

RECENSÕES
E NOTÍCIAS DE LIVROS

AUGUSTE HAURY, *La «Cirís», poème attribué à Virgile*. Bordéus, 1957.
XLIX + 79 pp..

Constitui a *Appendix Vergiliana* uma fonte inexaurível de comentários e discussões. Como tudo o que se refere ao extraordinário poeta mantuano, também estas composições atraem naturalmente a atenção dos estudiosos, que não repousam no seu afã de conhecer, tanto quanto possível integralmente, a obra literária de Virgílio. Quis A. Haury trazer agora um novo contributo para o esclarecimento dos múltiplos e complexos problemas da *Appendix Vergiliana*: *Ciris* foi o objecto escolhido para a sua investigação.

É o presente trabalho uma nova edição de *Ciris*, com texto, tradução, aparato e notas críticas, e uma bem elaborada bibliografia, tudo isto precedido duma valiosa introdução.

Antes de passarmos a uma breve análise desta introdução, é-nos grato acen-tuar desde já que o estabelecimento do texto e a tradução respectiva mereceram ao Autor a mais desvelada atenção, claramente expressa nas abundantes notas críticas que acompanham o volume. Elas atestam o esforço erudito do A. por conseguir um texto verdadeiro em luta contra as inúmeras dificuldades que rodeiam uma obra particularmente atingida pelas vicissitudes do tempo.

A iniciar a introdução, dá conta o A. das razões que motivaram a sua escolha do presente trabalho. Essas razões referem-se, afinal, à importância duma obra que muito especialmente interessa a personalidade de Virgílio.

Salienta o A. a dualidade de aspectos, o clássico e o alexandrino, que informa a estrutura do poema, enquadrado numa longa tradição literária e artística. Deste modo contesta o A. a originalidade de *Ciris*, tanto no que respeita à «invenção» como à «escolha de cenário». O interesse assim negado busca-o Haury na arquitectura da composição, na caracterização das personagens e nas qualidades artísticas da forma.

A análise da obra revela na sua estrutura duas divisões fundamentais: introdução e drama. Subdivide Haury esta última divisão em: 1.º acto, 2.º acto e desfecho. Nota o A. o desequilíbrio criado ao poema pelas exageradas dimensões do prólogo que entretanto se poderão justificar por uma intenção especial do escritor. Particularmente feliz se nos afigura a apreciação das personagens, cuja riqueza psicológica é devidamente posta em relevo, sem descuidar as relações ideológicas com outros autores, nomeadamente com Lucrécio.

Muito justa a observação da Haury sobre o contraste entre o estilo da introdução e o do drama. E a análise estilística conclui com a seguinte e importante definição:

«Ainsi, toute question d'authenticité mise à part, la *Ciris* apparaît comme un essai catullien mâtiné de Lucrèce, pédant, maladroit, vigoureux, original, indigne des préjugés qui frappent son auteur.»

Considera seguidamente Haury o problema da autoria de *Ciris*. Problema árduo, cuja solução se apresenta por enquanto impossível, a pedir prudência aos filólogos de coragem que o elegem para motivo de suas eruditas lucubrações. Em vão Giffen (séc. XVI), Barth, Voss, Skutsch, e tantos outros, forjaram e destruíram teorias. O enigma continua de pé e, infelizmente, não nos parece que tenha sido Haury o Édipo por que se espera. Decide-se, na verdade, Haury pela autoria virgiliana, mas a carência de argumentos convincentes impede-nos de aceitar a sua solução. Mais nos atrai a tese de Bayet quando atribui a um poeta posterior a Virgílio a autoria de *Ciris*. Mas importa notar que também Bayet nada demonstra, nem pretende demonstrar (*Littérature latine*, 1945, p. 298).

Na última parte da introdução aborda o A. o problema das origens paleográficas de *Ciris*. De entre todos os manuscritos existentes surge valorizado o recém-descoberto manuscrito de Gratz, a que se atribui uma importância excepcional. A este dedica o A. especialmente a sua atenção nas várias considerações que tece sobre o valor dos diferentes manuscritos e o difícil problema da sua génese. Aqui justifica a orientação que tomou para o estabelecimento do texto.

Para concluir, saliente-se o cuidado posto pelo A. na relação comentada das edições de *Ciris*, bem como o interesse da extensa bibliografia, modelarmente organizada por rubricas e acompanhada de utilíssimos comentários ao valor e à orientação das obras.

MANUEL DE OLIVEIRA PULQUÉRIO
Bolseiro do I.A.C.

VIRGILE, *Géorgiques*. Texte établi et traduit par E. de SAINT-DENIS.
Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1956. XLIII +
202 pp.

Concebeu Saint-Denis o meritório pensamento de enriquecer a bibliografia virgiliana com trabalhos valiosos. À sua edição das *Bucólicas* (1942) sucede-se agora uma edição das *Géorgiques* nos mesmos moldes da anterior: uma introdução crítica sobre a obra acompanha o texto estabelecido e traduzido pelo Autor.

Constitui a introdução um trabalho curioso de síntese em que se retomam alguns dos problemas mais importantes levantados pelas *Géorgiques* de Virgílio. Mas o seu objectivo principal é, na frase do A., «mostrar a elaboração das *Géorgiques*» (p. XI) e, de facto, a esta questão dedica Saint-Denis a parte mais interessante do seu trabalho.

O primeiro capítulo da introdução, *Intentions et circonstances*, discute o papel de Mecenas na criação das *Géorgiques* e o problema conexo de saber qual a característica essencial do poema.

Afrontam-se na discussão os partidários da liberdade artística criadora (E. Benoist, P. Van de Woestijne, F. Villeneuve) e os partidários da rigidez política doutrinária. Tenta Saint-Denis, em nossa opinião com inteira felicidade, a conciliação dos contrários numa tese que defende a identificação de Virgílio com o ideal propugnado por Octávio e Mecenas. Assim se mantém de pé a opinião de Sérvio que parecem autorizar as circunstâncias sociais e políticas: «item proposuit Maecenas Georgica».

Com a célebre campanha pelo «regresso à terra» se harmonizará, portanto, segundo Saint-Denis, a primeira intenção do poeta, que é escrever um poema fundamentalmente didáctico:

*Quare agite, o proprios generatim discite cultus,
agricolae*

(*Géorg.*, II, 35-6)

Depois de acentuar a permanência de motivos e continuidade de espírito nas *Bucólicas* e nas *Géorgiques*, bem como o reduzido tecnicismo do poema, aborda Saint-Denis o problema da composição das *Géorgiques* e sua divisão em 4 livros.

Arredada, por insignificante, a questão da divisão em 4 livros, procura o A. justificar a caprichosa distribuição no poema, e não menos surpreendente limitação da matéria às seguintes 4 secções: trabalho dos cereais; arboricultura (representada principalmente pela viticultura); criação de gado; apicultura (p. XIX).

Consegue Saint-Denis uma explicação original pela aproximação do plano de Virgílio duma frase do *Cato Maior*: o plano resultaria, pois, «dum elogio entusiástico e lírico da vida campestre», saído da pena de Cícero.

Sem negar o engenho e a força convincente da hipótese, observamos, no entanto, que esta interpretação levanta dificuldades: não conhecemos, por exemplo, grande parte das fontes consultadas por Virgílio. Afigura-se-nos, por isso, louvável a posição de prudente reserva adoptada neste assunto por J. Perret (*Virgile, l'homme et l'oeuvre*, p. 59).

Prosseguindo na análise da obra, resume Saint-Denis as diversas opiniões sobre a questão conhecida pelo nome de «As primeiras *Geórgicas*». Classifica de sedutora a tese de Bayet, defendida em *Les premières Géorgiques de Virgile* («Rev. Philol.», 1930), mas não se pronuncia claramente sobre o fundo do problema. Considera, no entanto, que a unidade do Livro I é de carácter artístico, não didáctico nem filosófico (p. xxiii e segs.).

Trata seguidamente o A. do alargamento da arte virgiliana que, atenta às fontes, delas se distancia na atitude libérrima da criação. Em tudo quanto toca deixa o Poeta a marca indelével do génio.

Fixa-se, depois, a atenção do A. na questão controvertida da substituição do elogio de Cornélio Galo pelo episódio de Aristeu no fim do Livro IV. Depois de se referir aos testemunhos de Sérvio e à sua pretensa contradição, adopta o A. a opinião verosímil de E. Galletier quanto à introdução no poema de todo o episódio de Aristeu e não só da lenda de Orfeu.

E, a terminar esta primeira parte da introdução, fala o A. da «união de precisão e fantasia» que, em sua opinião, «faz das *Geórgicas* talvez a obra-prima de Virgílio». E declara: «Esforcei-me por não sacrificar uma nem outra» na tradução (xl). Este o sentido do esforço que não se poderá dizer ter sido vão.

Na última parte desta introdução trata o A. sucintamente dos manuscritos das *Geórgicas* e do estabelecimento do texto. Uma referência especial é feita aos trabalhos de Sabbadini e encarece-se a importância das obras e comentários antigos que contêm passos das *Geórgicas*.

Importa, finalmente, mencionar o facto de o Autor ter reunido no fim do livro notas complementares da tradução, que constituem um breve mas importante comentário ao texto do Mantuano.

MANUEL DE OLIVEIRA PULQUÉRIO

GUILLAUME STÉGEN, *Commentaire sur cinq Bucoliques de Virgile (3, 6, 8, 9, 10) suivi d'une vue d'ensemble sur tout le recueil*. Namur, 1957. 155 pp.

Estamos em presença dum livro de múltiplas facetas, onde se discutem muitos dos inumeráveis problemas que a obra bucólica de Virgílio suscita e se propõem corajosamente novas soluções. Na impossibilidade de nos referirmos a cada aspecto da obra em particular, limitar-nos-emos à análise de algumas questões que reputamos fundamentais, dedicando uma atenção especial à posição tomada pelo Autor.

O 1.º capítulo, intitulado *Le jugement de Palémon*, é dedicado à interpretação dos versos 108-110 da Bucólica III, que constituem o remate da composição:

*Non nostrum inter uos tantas componere lites.
Et uitula tu dignus et hic, et quisquis amores
Aut metuet dulces, aut experietur amaros.*

Depois de citar as opiniões de Herrmann, Maury, Derenne, Cluytens, Latzarus (para referirmos só as mais recentes) sobre a dificuldade do passo em questão, o Autor exprime o seu ponto de vista nos seguintes termos:

«Par les mots *quisquis amores*... Palémon désigne tous ceux qui seront émus à la lecture ou à l'audition de ce chant. Les juger dignes de la génisse comme Damète et Ménalque eux-mêmes, cela équivaut pour lui à leur promettre autant de plaisir que les deux bergers viennent d'en éprouver à chanter.»

Perante tantas e variadas interpretações diremos como Virgílio: *Non nostrum inter uos tantas componere lites*. Mas, a termos de decidir, subscreríamos a interpretação de B. Latzarus, por mais clara, mais simples, e, por isso mesmo, mais verdadeira. Entende este Autor que *quisquis*... se refere a todos aqueles «que na realidade se inquietarem ou sofrerem por amor». E afirma: «Palémon se récuse, ne sachant à qui donner le prix; mais il estime bonnement que le grand poète est l'amour.»

Efectivamente, não será intenção de Palémon alargar a conclusão, dando ao debate profundidade e interesse humano? Virgílio, parece-nos, pretende exprimir uma ideia de fraternidade, uma comunhão de sentimentos com todos os homens, vítimas do amor.

O capítulo II, *La Sixième Bucolique*, começa pela discussão da «dedicatória a Varo». Trata depois o Autor do problema da unidade do canto de Sileno, que aborda sob dois aspectos: unidade de pensamento e unidade de forma. As opiniões

dividem-se e não é possível concluir com segurança. Mas, segundo G. Stégen, há de qualquer modo falta de unidade interna, a única válida do ponto de vista poético.

Note-se, de passagem, uma estranha interpretação do verso 73 *Ne quis sit lucus quo se plus iacet Apollo*, feita a pp. 48.

A propósito das palavras *pulsae referunt ad sidera ualles*, o Autor afirma que nelas Virgílio exprime a convicção de que os seus versos agradarão ao público (p. 55). Isto leva-o a classificar de contradição a pretensa oposição de pensamento entre este passo e o passo inicial, em que o êxito dos seus versos é apresentado pelo Poeta como mera suposição.

A nós afigura-se-nos não haver contradição alguma. Virgílio resume o canto de Sileno, dá dele uma humana, pálida imagem, e não são os seus versos, mas os de Sileno que, segundo o Poeta, sobem aos astros.

Depois da análise bastante feliz das ideias da Bucólica 8.^a, feita no cap. III, procede o Autor no capítulo seguinte à meritória tentativa de justificação literária da 9.^a Bucólica de Virgílio. Contra variados argumentos de diversos autores, demonstra a arte da composição, a naturalidade e verosimilhança do diálogo, o fino desenho dos caracteres, enfim, o domínio pleno duma arte feita de delicadeza e sabedoria. Não é este um pequeno mérito do trabalho de G. Stégen.

O cap. V é consagrado à análise dos problemas que se põem a respeito da 10.^a Bucólica de Virgílio. Entre estes problemas conta-se o da interpretação dos versos *Nunc insanus amor duri me Martis in armis | Tela inter media atque aduersos detinet hostes*, que recebe do Autor uma solução pouco satisfatória. Mais lógica e correcta se nos afigura a interpretação de Evenhuis que Stégen não conseguiu rebater de forma convincente: Galo busca o esquecimento de si próprio no meio dos perigos e dos trabalhos da guerra.

Também não nos parece bem estabelecido o objectivo desta Bucólica, que o Autor define nos seguintes termos:

«Tu écriras dans le genre pastoral, ou tu continueras à souffrir. Choisis entre ce remède et le désespoir.»

Tal interpretação, além de estar em contradição com o próprio texto de Virgílio, onde Galo nega a possibilidade de encontrar consolação na poesia, implica ainda, a nosso ver, uma diminuição do valor poético e humano da Bucólica, que resulta menos comovente e menos pura.

No último capítulo desta obra, *Vue d'ensemble sur les 10 Bucoliques*, discute o Autor a tese de Maury sobre a unidade das *Bucólicas*. Parte G. Stégen unicamente do conteúdo poético das composições e a sua análise leva-o a afirmar que, em cada um dos grupos estabelecidos por Maury, «une des deux Bucoliques est la réplique à l'autre: elles se ressemblent entre elles par le sujet et par la forme, et outre cela

la seconde renchérit sur la première, de telle sorte que le recueil tout entier pourrait être considéré comme un vaste chant amébéé».

Admitimos com o Autor que certos temas ou formas voltem em diferentes composições de Virgílio, reflectindo o teor das suas preocupações humanas e artísticas. Mas duvidamos que tal correspondência ou paralelismo seja fruto duma intenção organizadora da parte de Virgílio e concluímos que a ideia de interpretar as *Bucólicas* como um vasto canto amebéu carece de fundamento e objectividade.

Mais defensável se nos afigura a posição de Maury, quando procura a unidade das *Bucólicas* através dum complexo de ideias gerais e não no quadro rígido dum canto amebéu.

Discordamos ainda da interpretação alegórica da 2.^a Bucólica onde, segundo G. Stégen, Virgílio (Córidon) exprimiria o desejo de conquistar o público romano (Aléxis). Afigura-se-nos que tais interpretações podem revelar muito engenho e fértil imaginação, mas que oferecem o perigo de encaminhar os estudos para terrenos incertos, donde a personalidade e a intenção de Virgílio saem lamentavelmente desfiguradas.

A discussão da teoria de Maury conduz o Autor à conclusão de que a Bucólica que representa a cúpula do edifício das *Bucólicas* é, não a 5.^a, mas a 8.^a. Julgamos bons os argumentos com que G. Stégen combate a tese de Maury, mas não vemos que a nova opinião, que faz da Bucólica VIII a «Bucólica maior», esteja estribada em argumentos mais firmes.

O problema das coincidências numéricas nas *Bucólicas*, que desempenha um largo papel na teoria de Maury, é retomado com nova orientação por G. Stégen. Partilhamos inteiramente a opinião do Autor ao declarar que a construção de Maury seria perfeita, se não implicasse a modificação do número de versos de 3 Bucólicas. Não quer, porém, Stégen renunciar ao sortilégio dos números e architecta a sua teoria que, afinal, implica também as suas modificações.

A razão parece-nos estar em quem, como J. Marouzeau, se pronuncia contra a validade de tal género de investigações. Por nossa parte, confessamos não descortinar o interesse de tais requintes de erudição. É que nós respeitamos demais a realidade para sofrermos que a forcem às exigências da teoria.

MANUEL DE OLIVEIRA PULQUÉRIO

JEAN ZAFIROPULO, *Diogène d'Apollonie*. Société d'Édition *Les Belles Lettres*, Paris, 1956. 205 pp.

Escreveu Jean Zafiropulo um livro ousado e impressionante. Fê-lo com saber, com lógica, com precisão de raciocínios. Pertence o Autor àquela casta de homens que não têm o receio das conclusões exigidas pela marcha do seu pensamento. Daí o interesse e o alcance das suas opiniões.

O primeiro capítulo da obra, intitulado *L'appartenance*, consiste na apresentação ao leitor da figura curiosa e enigmática de Diógenes de Apolónia. É uma síntese das circunstâncias que explicam a sua influência e lhe definem o perfil. Depara-se-nos um Diógenes de Apolónia erguido, por ironia, à categoria de grande pensador — que não foi. Sorte estranha e feliz: da mediocridade ao génio!

Agradecemos a Aristóфанes o conhecimento deste fenómeno. As *Nuven*, que representam um triste documento de cegueira partidária (recorde-se a indignação de Abel Rey) (1), tiveram afinal a virtude de pôr o problema do destino de Diógenes de Apolónia. Foram o ponto de partida para o estudo de Jean Zafiropulo.

O fracasso das *Nuven*, além de vingar magnificamente Sócrates, revela-nos o estado de espírito do povo ateniense nesta época. A evolução do pensamento grego em todo o séc. v conduziu a este resultado (as *Nuven* são de 423): a tradição está em crise e o povo orienta-se para novas direcções.

Aborda o Autor o problema complexo da personagem central das *Nuven*. Personagem compósita e contraditória, em que se confundem Sócrates e Diógenes de Apolónia. Ambos, inimigos dos sofistas, são aproveitados por Aristóфанes para representar o pensamento sofístico.

Grande cultor de equívocos era Aristóфанes!

O facto de a teoria exposta por Sócrates nas *Nuven* ser a de Diógenes de Apolónia conduz J. Zafiropulo à conclusão de que, contra toda a expectativa, era Diógenes de Apolónia considerado pelo público ateniense como o mais ilustre representante da filosofia grega em finais do século v.

Parece-nos que tal conclusão precisa de ser aceite com cautela. Estaria Aristóфанes de facto iludido quanto à importância do pensador que foi Diógenes de Apolónia? Não seria antes a actualidade da teoria e as suas possibilidades cómicas

(1) «Les Nuées d'Aristophane sont bel et bien un de ces crimes, et des plus grotesques, des moins intelligents, en face des faits formels que nous connaissons.» — *La maturité de la pensée scientifique en Grèce*, L'Évolution de l'Humanité, 1939, p. 12.

que teriam determinado o comediógrafo a utilizá-la, independentemente de qualquer juízo de valor sobre o seu mérito essencial?

Mas a influência de Diógenes de Apolónia sobre os seus sucessores é realmente incontestável. Deve, porém, procurar-se o seu fundamento no êxito do novo tipo de explicação encontrado por Diógenes de Apolónia, o teleologismo, uma vez que as suas teorias físicas ou fisiológicas são plenamente destituídas de interesse ou originalidade.

Discutível se nos afigura a afirmação de J. Zafiropulo de que esta influência se deve também ao facto de Diógenes de Apolónia ter feito através das suas teorias uma espécie de resumo da antiga filosofia jónia, que principalmente por este meio se teria projectado no pensamento aristotélico e hipocrático.

Ora dever-se-á explicar esta projecção partindo de Diógenes de Apolónia ou da meditação directa dos sistemas que Diógenes vulgarizou? O argumento da dificuldade e obscuridade dos fisiólogos da Jónia, se é válido para o grande público, já o não é para pensadores da estirpe de Platão ou Aristóteles.

A ignorância em que estamos da divulgação das obras da filosofia jónia no último quartel do séc. v e no séc. iv torna arriscada a tese de Jean Zafiropulo, cuja defesa exigiria a demonstração insofismável da ausência de contacto directo dos grandes pensadores deste período com as referidas obras.

O 2.º capítulo, *Les écrits*, leva um pouco mais longe o nosso conhecimento da personalidade de Diógenes de Apolónia, cujas relações com o pensamento filosófico anterior são devidamente esboçadas. De entre as influências sobressai a de Anaxímenes.

De dedução em dedução, chega o Autor à conclusão de que as várias obras de Diógenes de Apolónia acabaram por ser reunidas num volume intitulado: *Περὶ φύσεως*.

O êxito desta obra busca-o o Autor numa razão de estilo. A simplicidade e dignidade da expressão teriam assegurado a Diógenes de Apolónia a difusão dos seus escritos.

Os três capítulos seguintes, *Les théories physiques*, *Les théories physiologiques* e *Le téléologisme*, conduzem-nos ao âmago do pensamento de Diógenes.

Procede J. Zafiropulo à análise subtil das relações do seu filósofo com outros pensadores gregos. Assunto de variadas e complexas facetas cujo exame conduz sempre à mesma conclusão: a falta de originalidade de Diógenes de Apolónia.

A sua solução para o problema da substância primordial (*ἀρχή*) é um eco da de Anaxímenes. Para o desenvolvimento das suas teorias despoja servilmente Anaxágoras, reduzindo, porém, o pensamento genial do Mestre a umas ridículas proporções.

As suas teorias fisiológicas não merecem mais atenção. Note-se, no entanto,

a influência que exerceram sobre Aristóteles, que alguma coisa deve a Diógenes de Apolónia neste capítulo.

Mas o grande título que Diógenes pode invocar para sobreviver é o descobrimento dum novo princípio de explicação: o teleologismo.

Estuda J. Zafiropulo a rápida propagação das ideias teleológicas e o papel que nela desempenhou o ensinamento socrático. Das múltiplas consequências da sua difusão aponta o Autor a mais grave: o cisma entre os domínios da ciência e da filosofia, de que se tem ressentido o pensamento ocidental até aos nossos dias.

Fraco motivo de glória para Diógenes de Apolónia!

O capítulo VI, *L'influence*, analisa detidamente os vestígios do pensamento de Diógenes nos autores que se lhe seguiram. Influência em Platão e Aristóteles, em Eurípides, em Filémon de Cilícia (autor da comédia de transição), etc.

Segundo Jean Zafiropulo, o aparecimento do teleologismo marca o começo do declínio do pensamento grego.

Segue-se o capítulo da conclusão (*Conclusion*), que encerra algumas das páginas mais sugestivas do livro. Procura o Autor traçar um quadro fiel do ambiente histórico-cultural em que se situa Diógenes de Apolónia, para o poder visionar em sua verdadeira luz. O quadro amplia-se para além da vida do filósofo, até à florescência do platonismo e às múltiplas correntes em que se divide o caudal magnífico do pensamento do séc. v.

É particularmente interessante a apreciação da obra de Platão feita pelo Autor, na esteira de Grote.

Observe-se ainda que a evolução do pensamento filosófico na Grécia é apresentada sob a forma de comentário a um gráfico de que o Autor fez acompanhar a sua exposição. É uma ideia engenhosa, que facilita uma visão global do objecto de estudo.

E, a concluir o seu trabalho, Jean Zafiropulo define o lugar de Diógenes de Apolónia na história do pensamento ocidental:

«Espèce d'Hérostrate de la pensée grecque, il ne mérite, tout comme l'incendiaire du temple d'Éphèse, une place dans nos chroniques que parce qu'il se situe à l'origine de la destruction d'un des plus beaux monuments érigés par l'humain: l'école classique de la philosophie hélène.»

Num último capítulo incluiu o Autor o texto, acompanhado de tradução, dos fragmentos de Diógenes de Apolónia. São 8 pequenos fragmentos, o mais extenso dos quais encerra a descrição do sistema venoso do homem. Neles se procurará em vão a imagem verdadeira de Diógenes de Apolónia, que dir-se-ia desaparecido para sempre sob as ruínas do templo augusto do pensamento grego, de que fala Jean Zafiropulo.

MANUEL DE OLIVEIRA PULQUÉRIO

RICCARDO AVALLONE, *La letteratura latina cristiana nasce con Cristo.*

Estratto dalla Rivista «Antiquitas», 9-11 (1954-1956). Salerno, 1956. 64 pp.

Representa este opúsculo uma tentativa audaciosa para solucionar um problema complicado: o problema das origens da literatura latina cristã.

A discussão conduz o A. a uma autêntica revolução dos pontos de vista tradicionais de considerar a literatura latina, quanto a limites e características fundamentais.

E tudo isto se realiza ao longo de, apenas, 37 páginas de texto, seguidas de 24 páginas densíssimas de notas com que o A. apoia as suas teses e alarga consideravelmente o âmbito do seu trabalho.

Independentemente da concordância ou discordância que possam suscitar as ideias do A., uma homenagem lhe é, pelo menos, devida, e essa, gostosamente, lhe prestamos: será difícil defender um ponto de vista com mais calor, maior esforço de inteligência e mais variada informação.

Pretende o A. demonstrar que o início da literatura latina cristã não pode ser datado da obra de Minúcio Félix ou Tertuliano, como até agora tem sido feito por todos os investigadores da literatura latina. Através duma argumentação exuberante, que vai buscar os seus materiais mais importantes à história literária, política e social de Roma e à história do Cristianismo, constrói o A. a conclusão de que a literatura latina cristã «nasce com Cristo».

É a primeira parte do trabalho dedicada ao estudo dos elementos cristãos nas obras de autores latinos do I século da era cristã. Concentra o A. a sua atenção em dois escritores principais: Estácio e Séneca.

A análise da figura de Estácio elimina desde logo este autor da investigação: Estácio é, indiscutivelmente, uma voz do paganismo.

Diferente conclusão tira o A. relativamente a Séneca, que é estudado ao longo de algumas páginas nos problemas mais agudos da sua vida, relacionados com o cristianismo. Afirma o A. que Séneca é, se não um cristão, ao menos um «para-cristão», inquietado pelo novo fermento espiritual que vinha transformar o mundo. E tal afirmação procura demonstrá-la com larga cópia de argumentos, que a seguir referiremos.

Vem em primeiro lugar a debatida questão das relações de conhecimento entre Séneca e S. Paulo. Arredada, por apócrifa, a conhecida correspondência, formula o A. diferentes hipóteses sobre o provável encontro em Roma de Séneca e S. Paulo. Na realidade, não consegue sair do campo das hipóteses. As provas pedidas por Amatucci, a pp. 58-59 da sua *Letteratura di Roma imperiale*, não aparecem, apesar

do esforço despendido na demonstração. O mesmo se pode dizer a respeito do conhecimento entre Séneca e S. Pedro. São, sem dúvida, plausíveis as conjecturas do A., mas não basta conjecturar.

O argumento de que Séneca conheceu, muito provavelmente, S. Pedro e S. Paulo num dos últimos anos da sua vida levanta múltiplas dificuldades. Impõe-se o conhecimento da cronologia da obra de Séneca, que permita distinguir o que na sua obra se deve apenas à formação filosófica daquilo que pode ter derivado para o escritor do contacto revelador com as duas grandes figuras do cristianismo nascente.

Também seria oportuna a discussão do pensamento de Séneca no intuito de apurar aquilo que é cristão por não poder ser já explicado à luz do pensamento filosófico, de carácter eclético, que caracteriza este autor.

O conhecimento directo dos textos sagrados do cristianismo também não passa de hipótese. Desejariamos que o A. nos falasse de vestígios dessa leitura, de qualquer reminiscência provante, encontrada nas obras de Séneca.

A contradição existente entre a vida e a obra de Séneca contribui, finalmente, para enredar ainda mais o problema. Sendo o cristianismo, como observa o A. a p. 16, um ideal de coerência perfeita entre o pensamento e a acção, não pode Séneca ser considerado um autor cristão, e tal facto leva o A. a classificá-lo de «para-cristão».

Falta também definir o que se deve entender por «escritor cristão». Desta deficiência resulta, afinal, que o trabalho, assenta, de algum modo, no indefinido.

Passa, depois, o A. a considerar a existência de textos cristãos, anteriores a Minúcio Félix e Tertuliano, como inscrições sepulcrais, traduções da Bíblia, cantos sacros e orações, *Acta Martyrum* e *Passiones*, etc.

Os testemunhos aduzidos pelo A. tornam inteiramente verosímil a existência destes textos, mas o que não fica demonstrado é que a intenção de tais escritos fosse literária e não exclusivamente prática.

Acresce ainda o problema de determinar a língua em que teria sido composta a maior parte destes textos.

Tenta, a seguir, o A. a demonstração duma tese interessantíssima e algo revolucionária: à literatura latina pertence toda a literatura cristã em língua grega, e não só a literatura cristã mas ainda toda a literatura pagã em língua grega, posterior à primeira metade do séc. II a. C..

Esboça-se, assim, um conceito de literatura latina mais amplo do que o tradicional, e tão arrojada iniciativa entusiasma o Autor e o leitor. Mas a exposição é, por vezes, demasiado sucinta e lamentamos não ver discutidas as relações entre língua e literatura.

E não será exagerada a afirmação de «bilinguismo» de todos os escritores latinos anteriores ou posteriores a Cristo? Diz o Autor:

«...onde ben si può dire che tutti gli scrittori romani, quelli anteriori come quelli posteriori a Cristo, ebbero almeno due cuori, due intelletti, due culture, cioè almeno due lingue, il latino e il greco, di cui si servirono come e quando vollero, usando l'una o l'altra, l'una e l'altra, sentendosi, nell'orbita della composita, ma inscindibile civiltà greco-latina, nati almeno bilingui.» (p. 32)

E sucede-se a indicação pormenorizada dos escritores latinos que compuseram obras em grego, sem, no entanto, ser abordada uma questão que reputamos fundamental: a da importância histórico-literária das tentativas apontadas. A verdade é que a parte significativa da obra dos principais autores citados é escrita em latim e a composição em grego aparece como diversão culta sem qualquer valor particular. E não é sintomático o que Suetónio diz de Augusto e o A. cita em nota, a p. 57, que «Augusto, pur eccellendo largamente nelle lettere greche, non giunse tuttavia a parlare speditamente il greco, né osò scrivere qualche cosa in tale lingua, ma, nel caso, scriveva in latino e faceva tradurre lo scritto in greco»?

Tampouco nos parece aceitável a atribuição à literatura latina de obras em Grego, como os Evangelhos e o Antigo Testamento (p. 34). O simples critério político, derivado da história do Império Romano, parece-nos francamente insuficiente para justificar tal atribuição.

E as exigências da tese levam o A. ainda mais longe, a defender o «trilinguismo» de Roma, porque Cristo falou em aramaico e, na opinião do A., a literatura latina cristã nasce com Cristo.

Apraz-nos concluir esta recensão de trabalho tão original e sugestivo, salientando a vastidão dos horizontes culturais abarcados em tão estreitos limites pela visão compreensiva do Autor.

MANUEL DE OLIVEIRA PULQUÉRIO

GUIDO MANCINI GIANCARLO, *San Isidoro de Sevilla. Aspectos literarios.* Publicaciones del Instituto Caro y Cuervo. Series Minor: IV. Bogotá, 1955. 131 pp.

Numas palavras introdutórias, assinala Fernando Antonio Martínez as características principais do trabalho que vamos recensear. Desde logo ficamos a saber que este livro resulta «da aplicação do método filológico moderno a um problema histórico-cultural, o problema de Santo Isidoro dentro da mentalidade e espírito da primeira Idade Média, de todo o séc. VII, e suas naturais consequências e implicações dentro da vida espiritual espanhola da época e dos séculos seguintes». (p. 11)

Trata-se, na verdade, de um ensaio de literatura que vem ocupar um lugar de relevo na bibliografia de Santo Isidoro, numa nova visão da obra isidoriana, que o professor Mancini pretende reabilitar de juízos que a deformam e diminuem. É a originalidade de Santo Isidoro o grande tema de Mancini e neste campo é particularmente valiosa a sua contribuição.

As primeiras páginas do livro, «Introducción», servem ao A. para fixar os limites à sua investigação. As considerações que tece sobre a bibliografia isidoriana são orientadas no sentido de marcar a independência da sua posição frente aos problemas suscitados pelo grande Bispo de Sevilha. Tal linha de proceder não o impede, no entanto, de prestar homenagem aos investigadores precedentes, nomeadamente a Arévalo, cuja actividade representa um marco decisivo no conhecimento da vida e da obra de Santo Isidoro.

No primeiro capítulo, «Biografía y leyenda», discute o A. a importância das lendas para a elaboração duma biografia do Santo. Afigura-se-nos ser este o capítulo mais fraco da obra que estamos a analisar. O esforço despendido pelo A. na valorização da tradição lendária é pouco mais que infrutífero. Nada acrescenta o A. de positivo à informação histórica de S. Bráulio, que continua a ser o repositório principal das notícias sobre a vida de Santo Isidoro. O problema do conhecimento que teria existido entre Santo Isidoro e S. Gregório não recebe do A. qualquer solução aceitável. Os argumentos da imaginação não bastam para garantir o que não está comprovado historicamente, segundo a própria declaração do Autor: «...imagina-se que Santo Isidoro foi a Roma para assistir a um grande Concílio. Inútilmente buscaremos nas actas a historicidade deste Concílio.» (p. 35)

O milagre da chuva, narrado pelo Arcipreste de Talavera, recebe do A. uma interpretação puramente arbitrária. A chuva com que a caridade do Santo acudiu à aflição dos agricultores, oprimidos pela seca, é interpretada como uma alegoria da cultura religiosa. Diz Mancini:

«Não quereríamos que o entusiasmo e a fantasia nos arrastassem também, mas custar-nos-ia não sublinhar, neste episódio, a alegoria relativa à ciência de Isidoro. A terra está queimada e os corpos enfermam pela falta da chuva celestial que é a cultura religiosa. A sabedoria do Santo leva remédio a estes males como uma chuva benfeitora.» (p. 37)

Parece-nos altamente perigosa esta transposição dos factos da lenda. O que se observa, afinal, é que as conclusões fundamentais deste capítulo as tira legitimamente o A. dos próprios textos de Santo Isidoro e que o papel da lenda se resume a uma simples confirmação dos dados históricos.

O segundo capítulo, «Notas sobre las obras isidorianas», é dedicado à análise estética e ideológica das diferentes obras de Santo Isidoro. Nele se procura mostrar uma evolução artística que culmina na obra fundamental: as *Etimologias*. O esforço

do A. orienta-se no sentido de uma valorização da produção literária de Santo Isidoro e, dum modo geral, a análise é certa e equilibrada. Assim, não foge o A. a assinalar os aspectos negativos das obras que julga e a sua apreciação de *Synonyma*, feita a p. 56, documenta perfeitamente a sua isenção. Mas, por vezes, dir-se-ia que o entusiasmo o leva a descobrir arte e poesia em passos onde dificilmente se podem vislumbrar tais características. A um trecho das *Etimologias*, citado a p. 66, acrescenta o A. este comentário:

«Porventura parecerá estranho que neste passo se possa encontrar valor poético, pois o seu tom geral é completamente informativo; desprende-se, no entanto, dele uma sugestão que vai muito mais além de uma fria notícia documental.» E a demonstração que se segue resulta pouco convincente.

No terceiro capítulo, «El enciclopedia isidoriana», estuda o A. demoradamente as *Etimologias*, cuja originalidade defende contra a afirmação tradicional de enciclopedia. Prova o A. a existência de um plano, que confere uma unidade profunda a esta obra de Santo Isidoro. Sugestivo e fecundo nos parece este aspecto da investigação de Mancini. Surgem, no entanto, problemas que não recebem do A. solução decisiva. Assim, a apresentação desordenada das etimologias no livro X não nos parece ter ficado cabalmente esclarecida. Como explicar, por exemplo, a presença, neste livro, de etimologias referentes a qualidades físicas do homem, se o livro seguinte é precisamente dedicado a este assunto? E, a p. 85, conclui o A. sobre a originalidade das *Etimologias*:

«Santo Isidoro quis fazer uma obra por meio da qual o homem tivesse a possibilidade de conhecer a sua origem e o seu fim, em relação com a divindade, juntamente com a visão do mundo e da sua própria vida.»

Recebem, assim, as *Etimologias* uma interpretação adequada ao espírito prestigioso do seu Autor.

No capítulo quarto, «El clasicismo isidoriano», discute o A. a natureza das relações entre Santo Isidoro e a tradição greco-latina. De acordo com a orientação impressa ao seu trabalho, procura o A. reduzir a importância dos elementos clássicos para fazer avultar a originalidade da obra isidoriana. A ideia fundamental do A. é que «as referências de autores clássicos são empregadas por Santo Isidoro essencialmente por necessidade poética e só em pequena quantidade com fim prático» (p. 98).

Afigura-se-nos, porém, que, despojada do prestígio de egrégio transmissor da cultura clássica, a figura do Santo fica, de algum modo, empobrecida.

O último capítulo, «El estilo isidoriano», corresponde a uma intenção fundamental do pensamento de Mancini. As observações de carácter estético, disseminadas ao longo da obra, são agora completadas e sistematizadas. À análise brilhante faremos um ligeiro reparo: o tom desataviado, exclusivamente didáctico,

que por vezes assume a prosa do Santo e onde se poderá vislumbrar uma atenção voltada para as ideias, desinteressada dos primores do estilo, é encarecido pelo A. de forma talvez pouco ajustada à realidade. Assim, por exemplo, a p. 122, afigura-se-nos desproporcionado ao trecho citado o comentário do Autor: numa enumeração de factos históricos, meramente informativa e desprovida de quaisquer ornatos estilísticos, vê o A. nada menos que «solenidade austera e quase hierática».

Marcaremos ainda a nossa discordância sobre um pequeno pormenor. A p. 128 transcreve o A. o seguinte período de Santo Isidoro:

Sol appellatus eo quod solus appareat, obscuratis fulgore suo cunctis sideribus (3, 71, 1).

E, mais adiante, acrescenta o seguinte comentário:

«No exemplo 1) o Sol aparece em seu fulgor e em sua solidão, e estas duas qualidades são aptas para reproduzir a imagem grandiosa, que não teria logrado a mesma eficácia com uma descrição mais cuidadosa e astronômicamente mais completa. Num caso como este, pode-se falar de um período muito ingênuo?»

Não vemos motivo que justifique estas palavras do Autor. No texto de Santo Isidoro apresenta-se uma etimologia, não se pretende fazer a descrição científica dum astro. O período reduz-se, portanto, aos elementos que interessam, eliminando tudo aquilo que seria supérfluo e deslocado.

Estas são, no entanto, pequenas manchas em livro tão valioso sob muitos aspectos. A Mancini fica devendo uma notável homenagem o alto espírito do sábio Bispo de Sevilha.

MANUEL DE OLIVEIRA PULQUÉRIO

JOHN JACKSON, *Marginalia Scaenica*. Oxford Classical and Philological Monographs. Oxford University Press, 1955. IX + 250 pp.

Um dos problemas mais sérios e, aparentemente, um dos mais áridos no campo dos estudos clássicos, é a fixação dos textos dos autores. Dada a condição precária em que os manuscritos e os paleótipos chegaram até nós, numa altura em que o trabalho de retransmissão da obra escrita dependia inteiramente da ciência e da atenção do copista, não é de estranhar que a lição de certos passos tenha levantado largos debates entre os eruditos mais eminentes e suscitado problemas cuja solução ainda hoje não se pode divisar. Uma investigação de tal ordem exige daquele que a

empreende, além de um vasto saber paleográfico, não só um profundo conhecimento dos dialectos helénicos, mas também uma agudeza literária e uma sensibilidade estética que são o apanágio de todo o bom humanista.

A Inglaterra, onde a educação clássica vigora em pleno esplendor, possui uma pléiade brilhante de estudiosos das humanidades greco-latinas, tendo até os nomes de alguns deles, como o do falecido professor Gilbert Murray e Sir Maurice Bowra, franqueado os umbrais de uma popularidade, que o grande público reserva geralmente para o escritor de temas mais ligeiros e obra de menor tomo. Por vezes uma extrema modéstia afasta da glória da cena pública e dos louros das academias o investigador probo e sagaz para quem se tornou mais compensador a clarificação de algum passo difícil que o louvor de seus contemporâneos. Está neste caso a obra do erudito Jackson, aparecida póstumamente, devido aos bons ofícios de outro sábio humanista, o professor Eduard Fraenkel, que prefacia o volume e nos dá alguns dados significativos sobre a sua composição. Produto, inicialmente, de algumas notas de leitura publicadas em 1941 no *Classical Quarterly* (vol. xxxv), as quais despertaram vivo interesse entre os especialistas, este livro foi escrito ao longo de vários anos de um labor paciente e continuado.

Contrariamente ao que o título parece indicar, a série de anotações e comentários críticos, que constituem o conteúdo do presente trabalho, não se refere unicamente a certos passos — alguns deles dos mais controvertidos — dos poetas dramáticos gregos. Seguindo o fio de uma investigação, cujo terreno, por sua própria natureza, está semeado de ciladas, de surpresas e inesperado, o autor foi levado a cotejar os mais variados textos e, por um processo de esclarecimento dialéctico, resultante desse mesmo confronto, viu resolvidas dificuldades e descobriu novo sentido em passos de prosadores como Heródoto, Luciano, Lisias, Platão, Plutarco, Teofrasto e Xenofonte. Divertículo do tema central, muitas das suas correcções, como no caso de Plutarco, podem considerar-se definitivas.

O editor chama, no entanto, a atenção para certas discrepâncias do aparato crítico, particularmente visíveis nas citas. Assim as linhas do verso e os capítulos e parágrafos dos textos dos prosadores, por vezes provenientes de edições diferentes, foram normalizados no seu conjunto pelo professor E. Fraenkel, a quem se devem ainda os índices geral, vocabular e de passos dos autores estudados.

Numa obra deste tipo não se pode esperar uma unidade sistemática na apresentação dos materiais estudados. Vê-se que não foi fácil a tarefa que coube ao editor ao ter de arrumar uma massa de elementos tão heterogêneos e algumas objecções se poderão levantar quanto ao critério adoptado. O método que presidiu à organização do volume foi fundamentalmente paleográfico. O livro está dividido em cinco partes (*Transposições de versos, palavras e letras. — Omissões e glosas. — Miscelânea. — Addenda: A. Repetições inconscientes do poeta; B. Repetições*

inconscientes do copista; C. Transposições; D. Seis notas suplementares. — Notas extensas.) e oferece, na totalidade, uma excelente fonte de informação.

Mas a sua consulta impõe quase sempre um exame cauteloso das observações coligidas na *Miscelânea*, pois nela o autor ora é guiado pela colação do texto, independentemente do género a que pertence, ora por uma associação de formas e sintagmas, que o levam à análise do conteúdo. As próprias condições do exame crítico e a necessidade em que o autor se vê de trabalhar em planos ambivalentes estão, por vezes, tão estreitamente ligadas, que é arriscado tentar uma classificação mais articulada dos passos estudados.

No entanto talvez valesse bem a pena ter procurado outra ordem na disposição do material que constitui a *Miscelânea*. O próprio termo é incaracterístico e deixa o leitor desprevenido, porque não há em todo o volume qualquer referência à importância que nele tem a dita secção. Todavia a *Miscelânea* é um dos meridianos principais desta obra pelas implicações e associações que tem com muitos comentários feitos noutros capítulos. O editor procurou suprir os inconvenientes da solução adoptada nos índices que juntou no final do livro e, sem dúvida alguma, conseguiu-o até certo ponto. Mas a acessibilidade e a prontidão de consulta para o estudioso está ligeiramente prejudicada por uma tal forma de compartimentação.

É praticamente impossível dar aqui uma ideia dos inúmeros problemas de crítica textual que são abordados pelo erudito Jackson.

O exame atento de todos eles há-de levar vários anos e só o uso diuturno deste livro pelos estudiosos tornará exequível no futuro quaisquer prováveis correcções de pormenor. E isto porque o autor é profundamente convincente, quando apresenta o seu ponto de vista, o que faz sempre à luz de uma objectividade lógica e com uma elegância de exposição, ao discordar dos comentadores que o precederam, que não podemos deixar de sentir a boa razão do seu argumento. Através da tradução de alguns breves passos das obras que analisa, vê-se que Jackson tinha notáveis aptidões de tradutor, que pena foi não terem sido aproveitadas. Uma tal afirmação poderá parecer banal, mas a verdade é que não basta o conhecimento profundo da língua de origem para se ser um bom tradutor. É necessário ainda o conhecimento da língua terminal. E Jackson dá-nos algumas versões que são absolutamente exemplares e provam, ao mesmo tempo, o domínio estilístico e a plasticidade de forma que ele possuía do seu próprio idioma.

A sua discriminação crítica dos textos gregos assinala-se particularmente na releitura a que procede de certos excertos das tragédias de Eurípides (pp. 1-54) e de alguns passos de Aristófanes. O autor combina aí dois processos de análise que se revelam fecundos: o exame rigoroso das estruturas rítmicas da tragédia ática e a interpretação do significado vocabular no contexto observado. O resultado obtido é quase sempre feliz e não poucas vezes surpreendente pela perspicácia com

que o comentador descobre confluências de termos até agora ignoradas. Muito penetrante é ainda o seu estudo dos grafemas vocálicos e ditongais *ε, ev, ov* (pp. 74-78) cuja confusão frequente nos copistas tem induzido mais de um editor arguto em lições erróneas.

Jackson nunca é enfadonho na argumentação, embora cubra um campo ingrato, e matiza as suas páginas de um colorido e de reflexões literárias, que provam ainda um vasto conhecimento das letras modernas e o situam à altura do ideal do verdadeiro humanista definido no princípio destas linhas.

LUÍS DE SOUSA REBELO

MANLIO SIMONETTI, *Studi agiografici*. Roma, Angelo Signorelli Editore, 1955. 136 pp.

Podemos sem receio afirmar que estes *Studi agiografici* representam um contributo valioso para o estudo da literatura cristã dos primeiros séculos.

Conquanto Manlio Simonetti, num ou noutro caso, tenha ficado apenas no campo das hipóteses, na maioria das vezes resolveu com inteira proficiência problemas delicadíssimos de atribuição, autenticidade, crítica textual e cronologia. Examina, com renovada atenção, assuntos sobre os quais competentes críticos pareciam ter dito a última palavra. Com Ettore Paratore, prefaciador da obra, podemos afirmar que a solução proposta pelo A. é sempre, ou pelo menos as mais das vezes, honesta, ainda que sintamos à primeira vista a tentação de seguir uma hipótese contrária.

Cinco capítulos compõem o estudo que passamos a examinar.

O primeiro, ao qual o A. dá maior desenvolvimento, trata dos *Actos* do mártir de S. Piônio, documento dos mais interessantes da hagiografia de Esmirna e considerado, através dos tempos, de grande valor, visto o seu autor confessar ter-se servido, para elaboração do seu trabalho, de um documento escrito pelo próprio mártir. Conhecem-se, além de uma redacção numa língua oriental e de pouco valor, duas outras redacções, uma em grego e outra em latim, que sempre mereceram o crédito dos estudiosos. Mas terão, de facto, estes *Actos* o mérito que se lhes atribui? Ou, pelo contrário, terão sido refundidos? Se o foram, em que medida? É o que o A. se propõe estudar.

Do exame sistemático dos vários capítulos, em confronto por vezes com outras *Paixões*, pôde concluir «provisòriamente», o seguinte: «A um grupo central de capítulos (10-18) que, exceptuados poucos pontos, têm todo o cunho de autenticidade, contrapõe-se uma parte inicial (cc. 2-9) e uma parte final (cc. 21-23), absolutamente cheias de particularidades inverosímeis, de lugares-comuns, de evidentes reminiscências dos escritos dos apologistas e da *Paixão* de Policarpo. Dos dois interrogatórios oficiais, o primeiro é cheio de interpolações e quase pode considerar-se inserido todo ele posteriormente. O segundo, pelo contrário, posto que não isento de traços suspeitos, é, no seu conjunto, aceitável.»

Depois, examinados o texto e as notícias que sobre tal assunto nos chegaram, conseguiu distinguir o A. três sucessivas estratificações: a primeira constituída pela narrativa autobiográfica de Píónio; a segunda pela *Paixão* que um desconhecido autor compôs, baseado em documentos existentes; e a terceira representada pelas interpolações posteriores, entre elas a que coloca o martírio de Píónio no tempo de Décio.

A data do martírio que vem nos *Actos* — ano de 250 — e é a data comumente aceite, excepto por Eusébio, que supõe o martírio sob o governo de Marco Aurélio, constitui um problema cuja solução o A. anunciou já no primeiro capítulo, confirmada agora com a verificação da interpolação deste passo. Também Manlio Simonetti é de parecer que o colocar-se o martírio de Píónio sob Décio ou Diocleciano é um processo muito habitual na hagiografia, devido à tendência para situar qualquer martírio no tempo das mais violentas perseguições e ao mesmo tempo para desculpar da fama de perseguidores dos cristãos alguns imperadores, como os Antoninos.

Muito mais complexo talvez, por não se poder chegar a conclusões tão satisfatórias, é o segundo capítulo que se refere aos *Actos* de dois mártires da Panónia, Santo Ireneu e S. Polião.

Dos *Actos* do primeiro existem duas redacções, uma em grego e outra em latim. Posto que concordem nos traços fundamentais, divergem nalguns aspectos particulares e divergem também as opiniões acerca da sua originalidade. Sustenta Tillemont a opinião de que o texto original deve ter sido escrito em grego, se bem que perdido; dele teriam derivado as duas redacções que nos chegaram às mãos — a grega e a latina. Mazzocchi, considera, pelo contrário, original a actual redacção latina, baseando-se no facto de que na Panónia se difundiu, depois da conquista romana, a língua latina e não a grega; a actual redacção grega derivaria de uma da mesma língua, mas que se perdera.

Segundo o A., tudo nos leva crer que a actual redacção latina derive de uma grega, pois o exame filológico do texto mostra-nos que determinados vocábulos e construções são traduções evidentes do grego. Todavia, é necessário verificar se

a sua filiação deve ser tomada em relação à redacção que possuímos, ou em relação à grega perdida. Como os passos latinos que não encontram correspondência na nossa redacção grega se limitam a lugares-comuns que aparecem também em *Paixões* gregas ou traduzidas do grego, facilmente se poderia deduzir que a filiação da latina deveria estar numa redacção grega perdida. Tal conclusão, bem clara e lógica à primeira vista e pela qual o A. parece optar, não pode considerar-se definitiva, pois, segundo o próprio Simonetti, as expressões e fórmulas de origem grega, pertencentes exclusivamente à versão latina, estenderam-se também ao campo latino, como podemos observar nos *Actos* de Crispina.

Se aceitamos a hipótese de um texto grego perdido, base da redacção latina subsistente, resta-nos agora saber qual a relação com o texto grego em nosso poder. Tillemont considerou original, em relação ao texto latino, um texto grego perdido, porque o grego que possuímos, representando mais uma forma de elogio, de panegírico, que de *Paixão*, poucas garantias nos oferece. O confronto, porém, dos dois textos até nós chegados, levou o A. a concluir que o texto grego é mais completo e mais perfeito que latino; enquanto naquele se usa o discurso indirecto, neste aparece o directo; se admitimos ter derivado a redacção latina de uma grega perdida, esta deverá derivar por sua vez da grega que até nós chegou e da qual se diferenciava somente pela junção de algumas expressões típicas do estilo hagiográfico e pela tendência de representar em forma de diálogo alguns aspectos particulares que na fonte eram contados em forma narrativa. Todavia, se se não aceita a hipótese de um texto perdido, fica provado que a redacção latina deriva da actual grega.

Mas outro problema surge ainda. Que valor se deve atribuir ao texto grego que conhecemos?

Os P.^{es} Bollandistas, Tillemont e Mazzocchi, consideram-no mais um panegírico, um elogio a Santo Ireneu que verdadeiros *Actos*. De facto, da análise desta versão podemos tomar como certo, apenas, que o mártir foi decapitado e o seu corpo lançado no Save. O resto é um conjunto de expressões típicas, lugares-comuns, e de fraco valor, portanto. É natural, por isso, que o seu autor não se tenha servido de uma redacção mais antiga e de valor, mas sim do vasto repertório de lugares-comuns que se formou em torno do mártir. Uma vez demonstrado o fraco valor de toda a tradição sobre Ireneu, «nenhuma dificuldade subsiste em admitir que em idade mais tardia se pensasse em modificar em forma de verdadeiros *Actos* (a actual redacção latina e talvez a grega perdida) uma obra sobre o martírio de Ireneu (a actual redacção grega) que apresentava sobretudo forma de elogio».

Ligados aos *Actos* de Ireneu estão os de S. Polião. A relação entre um santo e o outro não está só em Polião ter sido martirizado na mesma região, mas ainda em que esta *Paixão* recorda expressamente que o martírio de Ireneu se tinha dado

pouco antes. Também estes *Actos* gozaram de boa fama, mas, depois de analisados, o A. conclui que tal Paixão é igualmente um agregado de lugares-comuns, sem particularidade alguma que mereça confiança: nem sequer se pode postular a existência de um documento antigo, e de crédito, utilizado pelo autor do texto.

O capítulo seguinte refere-se a alguns problemas que os *Actos* do martírio de Máximo, e os de Pedro, André, Paulo e Dionísia suscitam.

Entre estes dois grupos de *Actos* e os de Carpo, Papilo e Agatónica, viu Lietzmann alguns pontos de contacto: o mesmo procônsul de nome Ótimo a presidir ao julgamento, o aparecer em todas elas um cristão que faz a sua própria acusação. Assim, todas estas três Paixões teriam sido traduzidas e transmitidas em conjunto e sofrido influência montanista.

Analisa cuidadosamente o A. os textos dos *Actos* para indagar da sua estrutura e carácter, e chega à conclusão de que a *Paixão* de Máximo não passa de um amontoado de lugares-comuns, sem o mínimo pormenor digno de fé e que revele autenticidade, pelo que se deve considerar do século IV e não do II, como pretendeu Lietzmann.

Depois, pôde distinguir na *Paixão* de Pedro e Companheiros duas partes distintas. A primeira, o martírio de Pedro, é bastante diferente da segunda — *Actos* de André, Paulo e Dionísia. Enquanto os *Actos* de Pedro se nos apresentam quase desprovidos de autoridade, cheios de lugares-comuns e expressões típicas, os outros contêm expressões típicas em menor número, e a narrativa gira à volta de dois acontecimentos miraculosos: a morte do apóstata Nicómaco e a prodigiosa aparição do jovem que salva a pureza de Dionísia.

Para resolver esta dificuldade, e na falta de texto grego, recorreu o A. à *Menaia* bizantina. Depois de um confronto sério, pôde formular, além de outras, as seguintes conclusões:

— A *Menaia* bizantina concorda com a narrativa dos *Actos* de Pedro, excepto no nome do procônsul — naquela Décio — o que leva a crer que já Lietzmann tinha razão em dizer que «Ótimo» era tradução de *Optime* (cônsul), tomado erradamente como nome próprio. No confronto com a segunda parte, pelo contrário, aparecem grandes divergências. Mas, porque a redacção grega (ainda que não integral) é mais simples, sem os dois milagres, nem acontecimentos extraordinários, fácil nos é concluir que foi escrita primeiramente que a latina, e por isso mesmo, também dentro da própria versão latina a segunda parte deve ser considerada como posterior em relação à primeira.

— O martírio de Dionísia, devido ao seu carácter lendário, não deve supor-se ligado aos *Actos* de Máximo, Carpo e companheiros, como pretendia Lietzmann. A narrativa, todavia, poderá estar na sua dependência, se, de facto, alguma relação existe entre esta e aquela.

— Analisando os dois milagres, de Nicómaco e de Dionísia, podemos concluir ser provável haver neles influência montanista.

«Algumas observações sobre os *Actos* de Carpo, Papilo e Agatónica» constituem o assunto do quarto capítulo.

As duas redacções mais importantes que se conhecem destes *Actos* são uma em grego e a outra em latim. Os estudiosos não são unânimes em atribuir o mesmo valor a cada uma delas. Até ao descobrimento da latina atribuíam-se grande valor à grega, que se supunha identificada com o texto do martírio possuído por Eusébio. Franchi, porém, negou-lhe valor considerando a redacção latina mais próxima do original, porque mais reduzida, sobretudo nos passos em que a grega apresenta inverosimilhanças. Lietzmann examina de novo o problema, para concluir que tanto uma como a outra são diferentes da redacção original, e é de opinião que a esta pertencem apenas os pontos nos quais as duas redacções convergem e uma ou outra particularidade contida em qualquer das redacções. Delehay, em 1940, voltou a atribuir grande valor à latina, na qual considerou de importância secundária somente as expressões finais e iniciais.

Feito, todavia, o exame dos dois textos, em confronto, não só com os *Actos* de Máximo e de Pedro, mas também com outras *Paixões*, concluiu o A. que tanto crédito nos merece a redacção grega como a latina, pois, exceptuando uma breve expressão, todos os passos de uma que não encontram paralelo na outra são apenas um conjunto de lugares-comuns e expressões típicas pouco aceitáveis, próprios de *Paixões* mais tardias; além disso, não se pode identificar a redacção original com a redacção do processo e do martírio, como pretendem alguns estudiosos, pois não se pode excluir o facto de já aquela conter quaisquer particularidades não autênticas, que teriam passado para as redacções grega e latina.

Há uma parte que difere nas duas redacções — a morte de Agatónica. Considerou Franchi original a versão latina: Lietzmann, ao invés, a grega. O A. aduz a favor de Lietzmann o seguinte: a redacção grega teve uma maior difusão e foi a única conhecida em ambiente grego, no qual surgiu a redacção original. Por outro lado, não faz sentido que ela tivesse tal aceitação e se houvesse sobreposto à latina, sendo de influência montanista. A redacção latina — continua o A. — respeita uma modificação da exposição em sentido mais ortodoxo, e talvez a refundição se tenha feito em ambiente latino, sobre um texto também latino, que, no martírio de Agatónica, devia corresponder, nas linhas gerais, à redacção grega.

O quinto e último capítulo trata do exame de alguns problemas relativos aos *Actos* do Martírio de Fileias e Filoromo.

Possuímos como fontes de informação sobre o martírio e morte destes dois mártires, Eusébio, *Hist. Eccl.* VIII, 9, 6-8; a tradução da *História Ecclesiástica* de Rufino; os *Actos* do martírio em grego e em latim.

Ao contrário dos *Actos* em língua grega, os latinos—sobretudo os que começam *imposito Philea super ambonem*—têm pelos estudiosos sido considerados dignos de crédito, representando o desenvolvimento do processo dos dois mártires. Desta fonte se teria também servido Eusébio. No entanto Schwartz nega-lhes valor, pois um longo passo dos *Actos*—desde *ille uelut...* [II, 11] até *gladio iubet* [III, 3]—aparece idênticamente em Rufino, o que o leva a concluir que os *Actos* são posteriores a este. Delehay, porém, é de opinião contrária, e vai até ao ponto de afirmar que é mais provável a hipótese de que fosse Rufino a copiar os *Actos*, e demonstra também que estes deveriam ter sido escritos primeiramente em grego e não em latim. Procurou ainda resolver o problema da data do martírio de Fileias e Filoromo que nos *Actos* vem colocada no ano de 307. Documentos, no entanto, aparecidos no Egipto, provam que foi destituído do cargo, em 305, o governador Culciano que presidiu ao martírio. Delehay considerou data do martírio o ano de 305, por achar que merecem mais confiança os documentos egípcios.

Diferentes, nalguns aspectos, foram as conclusões do A. Para este, os *Actos* são uma composição pós-eusebiana e de fraco valor. De facto, a análise do texto, no campo ideológico, e no aspecto linguístico, juntamente com o exame da parte dos *Actos* que aparece perfeitamente igual em Rufino, permite-lhe concluir o seguinte:

— A actual redacção dos latina *Actos* de Fileias e de Filoromo apresenta, ao lado dos passos que têm todo o cunho de autenticidade, expressões posteriormente interpoladas. Assim, a dificuldade relativa à data tradicional do martírio desaparece, se se considerar interpolado o nome de Culciano como magistrado que presidiu ao julgamento e cujo nome no cap. IX, 11, 4, Eusébio apresenta entre os governadores que exerceram com zelo a perseguição aos cristãos.

— Delehay, ao combater a tese de Schwartz, esquecera um pormenor importante: enquanto em Eusébio o cargo de Filoromo vem bem explícito «Filoromo... que ocupava um alto posto na administração imperial de Alexandria...», a personagem aparece nos *Actos* determinada por um rápido *uir agens turmarum*, interpretação errada da expressão *ὑπὸ στρατιώταις δορυφορούμενος* de Eusébio, que levou o autor dos *Actos* a supor que se tratava de um cargo militar.

— O autor de todo o passo, que é comum aos *Actos* e à tradução de Rufino, deve ser considerado o próprio Rufino.

— O passo de Eusébio sobre Filoromo e Fileias pode ser interpretado como alusão a dois martírios acontecidos separadamente, uma vez que se considera interpolada a narrativa sobre Filoromo. Certamente Eusébio, não intencionalmente, ao falar de Fileias associou particularidades de Filoromo cujo martírio acontecera numa época diferente.

A génese da actual redacção latina dos *Actos* de Fileias e de Filoromo e as

suas relações com os textos que examinou poderia, segundo o A., reconstituir-se da seguinte forma:

- 1 — *Actos* de Fileias em grego.
- 2 — Notícia de Eusébio sobre Fileias e Filoromo.
- 3 — Tradução de Rufino, que associou arbitrariamente os dois mártires e, por consequência, arbitrariamente também juntou todo o passo que diz respeito a Filoromo na narrativa do martírio de Fileias.
- 4 — Obra do interpolador, que, além de outras interpolações de sua mão, introduziu ainda nos *Actos* a narrativa do martírio que lera em Rufino.

MARIA DO ROSÁRIO CRISTÓVÃO

MANUEL MARÍN Y PEÑA, *Instituciones militares romanas*. Enciclopedia Clásica — II. Consejo de Investigaciones Científicas: Patronato Menéndez y Pelayo. Madrid, 1956. 516 pp. + 24 est. e 1 carta.

O segundo volume da *Enciclopedia Clásica*, iniciada com o *Arte Romano* de García y Bellido, intitula-se *Instituciones Militares Romanas*, e é da autoria de Marín y Peña, do Instituto «Isabel la Católica» de Madrid.

Acertadamente andou o Patronato Menéndez y Pelayo ao editar este trabalho, indispensável para quantos se dedicam ao estudo das instituições militares romanas. O interesse pela organização do exército de Roma antiga cresceu nos últimos anos ao ponto de se tornarem insuficientes obras que fizeram época e abriram caminhos, como sejam os trabalhos de Harster, Mommsen, Ritterling, Seeck, Baer, Cuntz, Homo... Mais recentemente apareceram estudos de Pagnoni, Birley, Gigli, Passerini, Vittinghoff, Forni, etc., para não falar numa multidão de artigos dispersos em revistas. Apesar de todo este interesse, não possuíamos na Península um livro que condensasse as fontes clássicas e o essencial do movimento presente. Como escreveu o Autor na introdução, «trata-se mais de uma obra de divulgação, em matéria sobre a qual não existe na nossa língua um tratado de conjunto, nem se acham ao alcance de qualquer leitor os estrangeiros, fora das bibliotecas importantes ou especializadas». Conseguiu-se de facto o objectivo previsto, não só quanto à ordenação

do conjunto, mas ainda ao manejo prático. Apesar de Marín y Peña ter a preocupação de nos apresentar um trabalho de divulgação, podemos reputar a obra de erudita, pela vastidão de informes que nos fornece e nível em que os assuntos são tratados.

O manual compõe-se de duas partes. Uma relativa a cada época, ordenada cronologicamente segundo as reformas. Outra trata da organização: é um complemento da primeira e ali se encontram as matérias distribuídas por assuntos.

No início do trabalho o autor apresenta uma bibliografia geral e uma lista das siglas usadas, a fim de tornar mais cómoda a exposição com economia de espaço. Os parágrafos dentro de cada assunto são numerados. As referências encontram-se no índice, o que torna a consulta rápida.

Na primeira parte estudam-se a época primitiva, a introdução do sistema manipular, a época das guerras púnicas, a época de Pompeio e César, as reformas de Augusto e o exército depois de Augusto; na segunda os comandos, a organização do exército, as condições de serviço, a disciplina, a guarda da cidade, a ordem de combate, a técnica de combate, a marcha, a travessia dos rios, os acampamentos, a cavalaria, os abastecimentos e saneamento, os símbolos e distintivos, as armas e o equipamento, a guerra, de posição e poliorcética, o *limes*, a estratégia e a acção política, a marinha, etc.

A obra está provida de um *index rerum* e de um *index nominum*, que indicam o parágrafo onde o assunto é tratado. Estes índices foram muito bem organizados: não só apresentam os nomes ou expressões empregadas nos textos latinos e até gregos referentes aos temas militares, como ainda indicam os assuntos mais gerais. Isto ajuda a uma rápida localização, não só os estudiosos, mas ainda os tradutores de textos clássicos: como é sabido, o significado exacto de um vocábulo ou de uma expressão técnica raramente figura nos dicionários vulgares.

Em segunda edição, conviria apresentar um índice das vinte e quatro estampas com que o manual está ilustrado. Também seria útil citar na bibliografia autores como Harster, Ritterling, Baer, Cuntz, Pagnoni, Birley, Gigli, Passerini e Vitinghoff, cujos trabalhos foram fundamentais na evolução do estudo das instituições militares romanas.

ADRIANO VASCO RODRIGUES

Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas. Câmara Municipal de Sintra, 1955. 30 pp..

Neste folheto, J. Fontes fala-nos da criação dum novo museu arqueológico.

Começando por expor as razões que levaram a Câmara Municipal de Sintra a aceder ao pedido feito pelo Instituto com vista à organização dum museu no concelho, lembra, ainda na pequena introdução, as personalidades que coadjuvaram na campanha de conservação das relíquias, afirma a antiguidade das mesmas, chamando a atenção para certas lendas e credices do povo, a elas ligadas, e informa como conseguir reaver alguns dos documentos que se consideravam perdidos e outros ainda inéditos, descobertos, a maior parte, na ermida de S. Miguel.

Esboça em seguida um «Guia do museu», em que, além de nos informar sobre os locais onde estão guardadas as lápides e restantes documentos, se refere, mais ou menos pormenorizadamente, a alguns deles, fazendo algumas observações sobre data, tamanho, inscrições, etc..

Cita outras antequilhas da região, pertencentes a todas as épocas, guardadas no museu e capela.

Sugere, finalmente, apoiando-se em vestígios comprovativos, que se façam escavações com o fim de procurar a necrópole romana.

Além da bibliografia, dum mapa com as localidades onde foram encontradas as relíquias arqueológicas, de duas gravuras (reproduzindo uma lápide e tampas de túmulos), o folheto apresenta no final o inventário do material recolhido, com a descrição, indicação da procedência e algumas observações sobre cada um dos objectos.

MARIA DE LOURDES RODRIGUES

HIPÓCRATES, Aforismos. Tradução e nota introdutória de Leduar de Assis Rocha. Prefácio de Gilberto Osório de Andrade. Recife, 1957. 127 pp. num. + bibliog. e ind.

Sabe-se que Hipócrates de Cós é considerado, muito justamente, o «Pai da Medicina», tantos e tais foram os sagazes e doutos princípios em que assentou a verdadeira arte, nesse distante período de quase cem anos, os que teria vivido entre os meados dos séculos v e iv antes de Cristo.

Contemporâneo de Péricles, de Fídias, de Sócrates, de Empédocles e de Platão, de Demócrito e de Aristóteles, Hipócrates de Cós seria o autor de muitos e variados textos médicos, desde o *Juramento profissional* aos célebres tratados das *Águas, dos Ares e dos Lugares, Epidemias, Preceitos, Dias críticos* e tantos outros, como os *Aforismos* (1), livro este de intenso domínio e influência na Medicina até princípios do século XIX (era então de uso ainda na Universidade de Coimbra).

Salientes no *Corpus Hippocraticum*, que assim se chama ao conjunto das obras do sábio de Cós, os *Aforismos* foram agora traduzidos para a língua portuguesa pelo Prof. Leduar de Assis Rocha, encarregado do Curso de História da Medicina na Faculdade de Medicina da Baía, Presidente do Instituto Pernambucano de História da Medicina e director e editor do «Jornal de História da Medicina». Assis Rocha é autor de curiosos estudos da especialidade, desde 1941: — *Velhos Médicos, Velha Medicina; História do Pronto Socorro do Recife; Padre António Manuel Félix, Apóstolo dos Hansenianos de Pernambuco; Médicos, Cirurgiões e Boticas; Efemérides Médicas Pernambucanas; Evolução da Profilaxia da Raiva em Pernambuco*, etc. A edição dos *Aforismos* é do Arquivo Público Estadual, dedicada à memória do Prof. José Correia Picanço, activo fundador do ensino médico no Brasil (1808), natural de Goiana (de que foi depois Barão), então da Capitania de Pernambuco. O claustro coimbrão contou-o, durante quase vinte anos, como professor de Anatomia, digno e proficiente.

O volume é prefaciado pelo Prof. Gilberto de Andrade, um dos ilustres coooperadores da monumental e belíssima edição crítica de três obras clássicas portuguesas dos séculos XVII e XVIII, no campo da Medicina Tropical (2).

Na *Introdução* aos *Aforismos*, Leduar Rocha, que tivemos o prazer de conhecer no Rio de Janeiro, em Abril do ano transacto, traça uma biobibliografia de Hipócrates e da Medicina do seu tempo, em que se não vislumbra marca, directa ou indirecta, de clássicas obras sobre a matéria, de há trezentos e mais anos, até à grandiosa bilingue (grego-francês) de Emílio Littré, *Oeuvres complètes d'Hippocrate* (1839-1861), de que a Faculdade de Medicina do Porto possui um dos raros exemplares existentes em Portugal. Leduar Rocha apenas os cita, por informação de Castiglioni.

(1) Um excelente médico português, Luís de Lemos, teria publicado em 1584 (seg. Chinchilla), em 1592 e 1595 (seg. Barbosa Machado) um estudo crítico sobre as obras de Hipócrates e sua legitimidade, com o título *De optima praedicendi ratione libri VI — Iudicium operum magni Hippocratis*.

(2) Intitula-se *Morão, Rosa & Pimenta. Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a Medicina no Brasil. Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade*, etc., Pernambuco, 1956.

No seu trabalho de tradutor, sem dúvida meritório e arrojado, o ilustre investigador recifense não teve à mão, ao que parece, qualquer dos textos dos *Aforismos*, individualizados ou em colecção. E são tantos, inúmeros, da autoria comentarista de Mercurial, Foës, Cornário, Fuchs, Valésio, o português Cristóvão da Veiga, Heurnio, Holler, Knoblóquio, Sardino, Esclano, Trivério, Cardano, Rieger, Verhoofd, Pasta, Janson, Leoniceo, Van der Linden, Hecquet, Leone, Gorter, Bosquillon, Haller e tantos outros, como os que os editaram em verso: Luisino, Ellinger, De Conde, Provanquério, Gânsio, Spaan, Dionísio, Estúrnio, Dubrávio, para não citar mais.

Sem estes compêndios Leduar Rocha conseguiu, todavia, recompor um texto dos *Aforismos*, juntando os excertos que em teses de licenciatura inseriam os finalistas médicos brasileiros e completando-os com os de uma edição francesa de nossos tempos, de Daremberg, que também possuímos (juntos aos aforismos de Salerno ou *Regimen Sanitatis*), talvez a edição de 1943 (Paris), edição essa que não pode igualar a de Littré, considerada a melhor até hoje (os *Aforismos* encontram-se no vol. IV, de 1844).

Da biografia e das obras hipocráticas se têm ocupado, além de Littré, em nossos dias, algumas das mais distintas figuras da História da Ciência, como H. Sigrist, A. Castiglioni, A. Mieli, W. Jones, Richard Kafferer, Jorge Sticker e tantos mais.

Do *Corpus Hippocraticum*, já citado (L. Rocha chama-lhe *Corpus Hippocraticus*), sobressaem, como dissemos, os *Aforismos*, de que estamos a preparar nova edição lusa, a que aludiremos a seguir. Dizemos nova, porque a primeira em língua portuguesa não é, como diz o Prof. Rocha, aquela a que se abalançou e levou a cabo, no Recife, mas outra de 1762, da autoria do médico lisbonense Francisco Daniel Nogueira, que temos aqui ao pé deste papel. Primeira no Brasil e primeira brasileira, sim, que o é, a edição de Rocha: mas em língua portuguesa já tínhamos uma em Portugal, há quase duzentos anos!

O seu título é como segue:

HYPPOCRATES LUZITANO, / OU AFORISMOS DE HYPPOCRATES / Traduzidos fielmente do Latim para o Idioma Portuguez. Obra util, e necessária a todo o genero / de Pessoas, que dezejaõ instruir-se na verdadeira, / e genuína intelligencia das sentenças do primei-ro, e maior Mestre da Medicina. / E principalmente para os Cirurgioens que ignoraõ / a Lingua Latina; pois leráõ explicados no seu / proprio Idioma por modo claro, e succinto aquel-/les mesmos textos, que primeiro compoz em Gre-/go o seu Author. / PARTE PRIMEIRA. Que offerece, e dedica / Á Virgem MARIA Nossa Senhora no seu singula-/rissimo titulo das

DORES / FRANCISCO DANIEL NOGUEIRA / Med. Uliss. / LISBOA, / Na Officina de Pedro Ferreira, / Impressor / da Muito Augusta Rainha N. S. / Anno de 1762.

Embora não tenhamos ainda absoluta certeza das fontes que serviram a Nogueira parece-nos que as encontraríamos nas edições de João de Gorter (Pádua, 1757) ou de Lucas Verhoofd (Lião, 1675).

O ilustre Professor Leduar Rocha desconhecia a obra do nosso setecentista, sobre a qual o rigoroso director da «Gazeta Literária» Francisco Bernardo de Lima, deixou nela agradável crítica (pp. 22 e seg., Março de 1762), dizendo, depois de apontar alguns senões de somenos valor: «enriquece a língua Portuguesa com a tradução de um opúsculo, que granjeou para o seu Autor uma glória imortal».

Cremos que a notícia desta primeira edição dos *Aforismos* em língua portuguesa será grata ao ilustre médico permanbucano e infatigável historiador da Medicina. Esta será a obra que o Centro de Estudos Humanísticos vai reeditar em breve, na sua colecção *Amphitheatrum*.

*

Na Introdução referida, Leduar Rocha expõe algumas indispensáveis notas e esclarecimentos interpretativos de certos passos mais obscuros dos *Aforismos*, identifica com o vocabulário actual alguma da terminologia antiga, presta outras informações não despidiendas sobre essas velhas sentenças médicas que distribui por sete partes ou secções — a maioria dos autores clássicos apresenta oito (como Nogueira), contando-se, deste modo, cerca de uma vintena mais de aforismos.

Enfim, parece-nos ajustado expor, em alguns exemplos, quanto é difícil a selecção de um entre vários textos que sirva convenientemente a qualquer tarefa tradutorial. Seguem, para justificar o asserto e, também, para esclarecer o assunto desta recensão, meia dúzia de provas, todas referentes àquele primeiro aforismo:

Litré (ed. de 1844): — La vie est courte, l'art est long, l'occasion fugitive, l'expérience trompeuse, le jugement difficile. Il faut non seulement faire soi-même ce qui convient, mais encore faire que le malade, les assistants et les choses extérieures y concourent.

Daremberg (ed. de 1943): — La vie est courte, l'art est long, l'occasion est prompte à s'échapper, l'empirisme est dangereux, le raisonnement est difficile. Il faut non seulement faire soi-même ce qui convient, mais encore être secondé par le malade, par ceux qui l'assistant et par les choses extérieures.

Leduar Rocha (1958): — A vida é curta, a arte é longa, a ocasião fugidia, o empirismo perigoso, o raciocínio difícil. Não só é mister que se faça aquilo que convém, como ainda que se seja secundado pelo doente, pelos que o assistem e pelas cousas exteriores (L. R. segue mais fielmente a versão de Daremberg).

F. Daniel Nogueira (1762): — He breve a vida, extensa a Arte, precipitada a ocasião, perigosa a experiencia, e difficultoso o juízo. Não basta só, que o Medico faça a tempo oportuno, o que da sua parte estiver, mas he necessario, que tambem concorram o doente, os assistentes, e as mais couzas exteriores.

Do mesmo (texto latino): — Vita brevis, ars longa, occasio celeris, experimentum periculosum, iudicium difficile. Oportet autem non modo se ipsum exhibere, quae decent, facientem, sed etiam segrum, & praesentes, & quae exteriora sunt (1).

Para cotejo, que dispensa mais comentários, damos o texto grego de que se serviu Littré: — «Ὁ βίος βραχύς, ἡ δὲ τέχνη, ὁ δὲ χαρὸς ὀξύς, ἡ δὲ πεῖρα σφαλὲρ ἢ δὲ κρίσις χαλεπή. Δεῖ δὲ οὐ μόνον ἑωυτὸν παρέχειν τὰ δέοντα ποιῶντα, ἀλλὰ καὶ τὸν νοσέοντα, καὶ τοὺς παρεόντας, καὶ τὰ ἔξωθεν.

Embora possa enfastiar, cremos ser também curioso dar três das muitas versões do 1.º aforismo hipocrático, para se avaliarem as respectivas diferenças, embora não de fundo:

a) Edição poética (*versu heroico*), de J. Bapt. Condé, Lovaina, 1781:

Ars longa est, & vita brevis, occasio praeceps,
Iudicium quoque difficile, experientia fallax,
Nec proprio Medicum satis est bene munere fungi,
Ritè suo jussus pariter nisi fungitur aeger,
Astantesque suo, sintque externa ritè parata.

b) Edição de Jac. Holler, 1620, Paris:

Vita brevis, ars longa, occasio volucris, periculosa experientia, iudicium difficile. Nec vero satis est medicum suum fecisse officium, nisi suum quoque aegrotus, suum astantes saciant, sintque externa ritè comparata.

(1) É reprodução exacta dos textos citados de Verhoofd (1675) e Goster (1757).

c) Edição de André Pasta (1), 1808, Coimbra:

Vita brevis, ars longa, occasio praeceps, experimentum periculosum, judicium difficile. Nec solum se ipsum praestare oportet opportuna facientem, sed et aegrum, et assidentes, et exteriora (2).

Para terminar, aqui ficam os nossos cordialíssimos cumprimentos ao primeiro tradutor dos *Aforismos* de Hipócrates no Brasil, Prof. Leduar de Assis Rocha.

LUÍS DE PINA

Anacreon edidit BRUNO GENTILI. [Lyricorum Graecorum Quae exstant: II, 3.] Romae in Aedibus Athenaei, MCMLVIII. — Em contra-rostto: BRUNO GENTILI, **Anacreonte.** Introduzione, testo critico, traduzione, studio sui frammenti papiracei. Roma, Edizioni dell'Ateneo, 1958. XLIII-219 pp.

Vive ainda a filologia clássica! Tome-se este livro, percorram-se atentamente algumas das suas páginas — e a exclamação brotará espontânea, irreprimível. Raras vezes, de facto, uma edição crítica nos dá, como o *Anacreonte* de Bruno Gentili, um sentimento tão profundo de satisfação pelo rigor do método empregado, a propriedade e elegância da forma adquirida, o esmero da apresentação gráfica.

Tudo é provisório, tudo instável na recomposição do texto dos líricos arcaicos: mas esta longa fadiga do mestre italiano não será baldada — antes dela partirão, de ora avante, como peça essencial da sua documentação, os estudiosos do primeiro poeta que soube fundir «as novas formas dionisiacas de vida com o ideal antigo da *χαρις* e da *ἀβρότης* iónica» (p. xxiv). Em primeiro lugar, porque a sua edição

(1) Deste ilustre médico de Bérgamo, que viveu de 1706 a 1782, existem comentários aos *Aforismos* de Hipócrates em edições de 1750 e 1841.

(2) Este primeiro aforismo tem sido referido e glosado fartamente, em todo os tempos. O médico português Manuel Gomes escreveu *De que el aforismo primero de Hipocrates vita brevis... sirve a la milicia como a la medicina* (1643); e Adalberto Pazzini, professor de História da Medicina em Roma, publicou em 1953 um valioso *Commento al primo aforismo d'Ippocrate* («Minerva medica», I, 21).

é completa: a única integral e verdadeiramente actualizada de Anacreonte, com todos os fragmentos de transmissão indirecta, todos os fragmentos papiráceos conhecidos (ainda os mais recentes), todas as glosas e todos os testemunhos (sem exclusão dos relativos à métrica do poeta). Em segundo lugar, porque é perfeita — quanto nas forças humanas cabe: uma introdução límpida e bem documentada, com muitos pontos de vista originais sobre a arrumação do texto anacreontico nas edições alexandrinas (mínimo de nove, máximo de dez livros — e não cinco apenas, como geralmente se supõe); uma bibliografia criteriosa e amplíssima, que abrange nada menos de cento e oitenta e nove números¹; um texto de confiança, produto de amadurecido estudo e penetrante sensibilidade, esteado já — para a revisão, ordem e disposição dos fragmentos — «no contributo dos novos papiros anacreonticos, que revelam os critérios seguidos pelos gramáticos alexandrinos na edição dos carmes do poeta» (p. v); um aparato sólido e extenso, copioso de remissões e referências, que vale, na maioria dos casos, por um inteiro comentário²; uma análise prosódica e métrica exaustivas; uma tábua tríplice de correspondências com as edições de Bergk e de Diehl; um *index uerborum* total, e cuidadosamente elaborado; uma tradução harmoniosa e precisa, fiel (à parte um número diminuto de casos) à palavra e ao tom poético do original³; e, por fim, em apêndice, um estudo pro-

¹ Estranha-se não ver citadas, na rubrica *editiones* — em que figuram antologias escolares como as de Lavagnini e Del Grande —, a excelente *Polimnia* de Perrotta e do próprio Gentili (que a p. xxxv menciona, contudo, alguns dos seus trabalhos), e a formosa colectânea de Pontani, *Pleiadi*.

² «O aparato crítico está dividido, regra geral, em três secções: a primeira compreende os testemunhos pertinentes ao fragmento, ordenados, segundo a oportunidade e a conveniência, isto é, quando necessário, segundo a importância da citação, ou então segundo o critério cronológico; a segunda respeita à interpretação e valor crítico do fragmento; a terceira compreende as variantes textuais e as referências linguísticas e estilísticas necessárias à inteligência do texto. Nesta secção adoptei o método do aparato «negativo»: e a ele só raras vezes renunciei, por motivo de maior clareza.» (p. v.)

³ Discordamos, porém, da sua colocação no final — não apenas depois do texto, como até depois dos *Prosodia et metra*, dos *Numerorum tabellae* e do *Index uerborum*! Terá inconvenientes a disposição característica das edições «Les Belles Lettres» — mas é ainda a mais cómoda.

A tradução, em duas dezenas de casos, vem anotada: uma ou outra das observações — em edição como a presente, de carácter científico — teria sido dispensável: assim a de 1, que se lê em todas as edições escolares do poeta, e as de 45, 128, 150.

fundo dos fragmentos papiráceos⁴. Em terceiro lugar, porque é materialmente bela: caracteres de uma frescura tipográfica admirável, composição arejada e enxuta, impressão nítida, papel de excelente qualidade⁵. A nobreza, o apuro, a sobriedade das melhores edições clássicas de Inglaterra. Uma obra digna do autor da *Metrica graeca arcaica* e dos *Studi bacchilidei*.

Compreende-se, todavia, que, em matéria tão opinável como é a edição de um autor clássico, e a sua interpretação, algumas dúvidas e dissentimentos se possam sempre exprimir. Sem preocupações de crítica exaustiva — que, em muitos casos, para mais, estariam fora do nosso alcance —, daremos algumas notas sucintas de leitura.

Nenhuma objecção de relevo sobre o texto. Simplesmente teríamos eliminado quase todos os epigramas duvidosos (que Gentili assinala com °), e todos os espúrios (marcados com °°): nada se ganha, com efeito, em obsequiar uma tradição mal-avisada. Se os epigramas são apócrifos, de que serve associá-los ao bloco dos autênticos? Querendo, por escrúpulo, inserir alguns dos incertos, mais valia — como faz o editor para os frgs. 186-190 — agrupá-los na secção dos *Dubia*⁶.

No frg. 31 (41 Diehl), Gentili aceita a correcção *λατάζων*, proposta por Wilamowitz e aprovada por Crusius. *παῖζων* de Bergk, embora menos «elegante» (p. 25), era todavia mais fiel à lição *δαίζων* do códice A. Quem pode assegurar que Anacreonte preferisse realmente a palavra técnica? — Em 58 (98), pelo contrário, adopta *Θρηϊκίης* < *παιδός* > de Bergk, em vez de < *πώλων* >, que o mesmo erudito, impressionado sem dúvida com o paralelo de 78 (88) *πῶλε Θρηϊκίη*, depois propusera (*Poet. lyr. Gr.*⁴). Quer-nos parecer, todavia, que a reconsideração do professor germânico não era de enjeitar: para mais, a ambivalência de *πῶλος* 'poldra' e 'hetera' (cf. a glosa de Hesíquio *πῶλος ἑταῖρα. πῶλον γὰρ αὐτὰς ἔλεγον, οἷον Ἀφροδίτης*) deve ter sido grata a Anacreonte (releiam-se, a este propósito, as considerações do próprio Gentili no seu estudo sobre o frg. 60, pp. 186-192; e cf. Del

⁴ Ali se republica (pp. 179-194), actualizado, o estudo de Gentili sobre o frg. 60 («Maia», 8, 1956, pp. 182-196). Com argumentos linguísticos, estilísticos e literários em nosso entender convincentes, o A. demonstra (pp. 206-218) a autenticidade, negada por Gallavotti, dos frgs. 71 e 72 recentemente descobertos (Pap. Oxyrh. 2322, 1, 1-10 e 11-19).

⁵ Apresentação gráfica superior à das meritórias edições da *Colección Hispánica de Autores Griegos y Latinos*, há pouco iniciada.

⁶ Convém, no entanto, esclarecer que é diminuto o número de epigramas francamente espúrios admitidos por Gentili: apenas quatro (195, 197, 205 e 206). Mas alguns dos duvidosos não têm maior autoridade.

Grande, *Φόρμιγξ*, p. 203). — O suplemento *δμάδ]ωι* do frg. 60 (Pap. Oxyrh. 2321, 1) deduzido com felicidade de O 689, é muito verosímil, e melhor que *προθύρ]ωι* de Gallavotti, *δνοφερ]ῶι* de Peek (apresentado, de resto, *ex. gr.*) e *προδρόμ]ωι* de Merkelbach — todos, de resto, superiores, pelo número de letras, ao espaço disponível no papiro. Entretanto, a despeito da sua probabilidade, deve reputar-se conjectura, e não aquisição: conjectura fundada e bem digna, claro está, de figurar no aparato crítico, mas não no próprio texto de Anacreonte. — A lição de 98 (68) perdura incerta: < *τις* > de Bergk (que primeiro sugeriu *γάρ*, depois *ἐφ'*) tem valor meramente «indicativo»: melhor resignar-se a ignorar, deixando o claro (como em 22 (32), 1, por exemplo). — *πρὸς ἱππους* do frg. 117 (20) tem todo o ar de glosa abusivamente introduzida no texto, e bem andou Hartung em suprimi-la (Gentili, na dúvida, escreve { *πρὸς ἱππους* }).

A preocupação do ritmo causou certas dificuldades ao tradutor que, algumas vezes, se viu obrigado a aceitar transposições da ordem das palavras do original (e esta, sendo um estilema, podia e devia — em italiano como em português e em espanhol — ser quase sempre conservada)⁷, e a preferir o termo «genérico» ao termo mais preciso. Uma ou outra equivalência será, para o nosso gosto, mais anémica do que requeria o contexto: raramente, porém, se pode falar de verdadeira incorrecção.

Frg. 1 (1), 5: *δῖναι* não vale, a rigor, 'correntes', mas sim 'remoinhos', 'torvelinhos', 'voragens', 'sorvedouros'. E não é de supor que, na ode clética a Ártemis Leucofriene — a deusa-serenidade erguida sobre o revolto abismo —, se trate precisamente de um emprego descolorido⁸. No v. 8, a equivalência literal *ποιμαίνεις* 'pastoreias' (em vez de 'guias') andaria melhor entoada com a vizinhança de *ἀνημέρους*.

3 (9), 1: *τρίς κεκορημένε* «três vezes sulcado» é versão muito convencional, *ad usum Delphini*... E, como tal, defeituosa (*κορέω*, de resto, não significa 'arar, sulcar', mas sim 'varrer', 'desencardir').

6 (13): *Λευκίππη ἐπιδίναει* exprime bem mais que um simples «tu pensas em Leucipe». O poeta alude (notar a construção partitiva, não registada, por sinal, nos dicionários de Bailly e Liddell-Scott) a uma verdadeira obsessão: «tu em Leucipe (sem cessar) *ruminas*», isto é, «tu andas por Leucipe enfeitado».

7 (6), 2. Quando se lê *μεις μὲν δὴ Ποσειδῶν | ἔστηκεν, νεφέλας δ' ὕδωρ |*

⁷ Assim 1 (1), 36 (44). Nalguns casos, a alteração da ordem do original foi compensada com vários expedientes (cf., por ex., o próprio frg. 1).

⁸ Mesma tradução inexacta em *Polinnia*, p. 231. Romagnoli, porém, correctamente (*Il libro della poesia greca*, p. 115): 'i flutti vorticosi'.

βαρύνει, etc., sente-se imediatamente que, para dar ἔστηκεν com o devido relevo, não baste escrever um neutro 'é' (valorizado embora pela posição à testa da frase), mas algo como 'já (no horizonte) se perfila', 'ei-lo que está presente' (ou 'sobrevém')⁹. Estranha-se que, perante a nova lição do v. 3 βαρύνει, βαρὺ δ'..., o A. não procurasse reproduzir o jogo etimológico: «pesa, e pesadamente...».

8 (16), 2. Tem certamente razão o editor em observar que περιφόρητος não deve entender-se 'in lectica circumlatus' (tal é ainda a opinião de Del Grande, Φόρημα, [1957], p. 211): mas traduzi-lo só por 'afamado', sem uma gota de veneno — quando a palavra se aplica a Ártemon, o miserável vilão enriquecido do frg. 82 (54), e tem, na sua enfática ressonância, um valor, digamos, sesquipedal ('decantado', 'trombeteado') — é manifesto empobrecimento.

13 (5), 5. εὐκτιτος está mal vertido por 'bela', que tem, para mais, o inconveniente de criar com Lesbos (ἀπ' εὐκτίτον / Λέσβου «de Lesbo bela») uma aliteração que não está no original.

26 (46). Também ἄμωμον ἄνθος não é «belíssima flor», mas «flor imareada».

28 (39): ἐπτοήθη: melhor do que 'tem medo' seria de dizer 'se sente espavorida'.

33 (43), 1. Não traduziu o ἄγε δὴ inicial, ao contrário do que faz com o ἄγε δηῖτε do v. 7.

36 (44), 9-10. Só exigências de ritmo podem justificar que Ἰδδω μυχός «o arcano do Hades» seja traduzido por «dos Infernos o recesso». Não se vê porque ἀργαλέη deva ser 'funesta' e não 'penosa' ('difficult of attainment', Liddell-Scott), nem por que motivo o A. descurou a aliteração θαμὰ Τάρταρον δεδουκώς (v. 8), «no temor constante do Tártaro».

43 (40), 2. Mais uma vez o genérico epíteto 'belo' serve à tradução de uma palavra de sentido mais preciso: ῥαδινός... μηγούς é «esguias (esbeltas, flexíveis) pernas» (lat. *teretes surae*), como observa, de resto, Bruno Gentili a propósito do frg. 137 [165 Bergk] ῥαδινὸς πόλιν, rectamente interpretado por «ágeis (ou esbeltas) poldras».

56 (96), 3. Os «belos dons» de Afrodite (ἀγλαὰ δῶρα Ἀφροδίτης) são, na realidade, as suas «dádivas esplêndidas». E, no verso seguinte, μνήσκειται tem a acepção normal de 'evoca' (assim em Polinnia, p. 252), e não a de 'canta'.

60 (Pap. Oxyrh., 2321, 1), 13: λεωφόρε, λεωφόρε Ἡρο[τ]ίμη: por muito que se apoie na sugestão do homérico λαοφόρον ὁδόν (O, 682), a tradução «ó frequentada,

⁹ Mesma tradução ('è') aconselhada em Polinnia, p. 235. Romagnoli, pelo contrário (ob. cit., p. 113): 'incombe'. Possível também, embora mais «prosaica» (cf., no entanto, Quasimodo, *Lirici Greci*⁴, p. 71), a tradução 'começou', já que μεις ἱστάμενος se chamava a primeira década do mês no calendário ático.

frequentada Herotima» (uma novel e salaz hetera) será sempre algo dessaborida (cf. o comentário do próprio Gentili no apêndice, pp. 191-192).

164 [158]: μανιόκηπος. A equivalência 'greta aluada' («solco smanioso», apodo de uma meretriz: cf. πανδοσία 163 [156] e πολύνυμος 165 [159]) só seria legítima se o segundo elemento da palavra fosse διασφάξ (διάσφαγμα), ῥαγὰς, σχίσμα (lat. *rima*), e não κήπος, que, como λειμών (Eur., *Cycl.*, 171) e πεδίον (Aristóf., *Lys.*, 88), sugere uma ideia diversa — a do *hortus* ou *campus muliebris*.

Mas a par destas, ou de quaisquer outras traduções «atenuadas» ou defeituosas — quantos acertos, quantas correspondências sóbrias e perfeitas! ¹⁰ Gentili conhece, como poucos, o seu mester: e vivamente desejamos que — tão bem iniciada a série *Lyricorum Graecorum Quae exstant* ¹¹ — não tarde a dar-nos outras demonstrações da sua clarividência e do seu saber ¹².

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

¹⁰ Vejam-se, por exemplo, entre tantas outras, as traduções de 13 (5), 14 (2), 15 (4), 36 (44: sem prejuízo dos reparos que fizemos), 71 (Pap. Oxyrh. 2322, 1, 1-10), 82 (54) e 95 (18).

¹¹ A despeito da referência «II, 3», o *Anacreon* de Bruno Gentili é o primeiro volume até agora aparecido da colecção. Deve sair em breve um *Alcman* de Gallavotti, e provavelmente o *Archilochus* em que Morelli trabalha há largos anos.

¹² É acuradíssima a revisão do volume, em que Gentili foi auxiliado por vários discípulos e professores amigos. No decorrer da leitura, apenas notámos (mas outros haverá fatalmente) dois lapsos: BUCHOLZ por BUCHHOLZ (p. xxxii) e 194 por 194 (p. 172). Escaparam, no entanto, algumas inconseqüências gráficas: *Peitho* (p. 162), *Aithiopia* (165), *Féidola* (173), *thyme* (173, n. 2: passaria, se escrita em itálico); notar ainda *Megiste* (144, 161), mas *Smerdies* (139, 145 n. 2, 155 n., 209).

Não deve esquecer-se, por último, que a edição pôde beneficiar do conselho de estudiosos ilustres como Perrotta, De Falco, Gallavotti, Scevola Mariotti e Latte (p. vi).

DINO PIERACCIONI, *Antologia della lirica greca*. 2.^a edizione riveduta. Firenze, Sansoni, 1957. 187 pp. + 4 estampas extratexto.

Em menos de um ano se esgotou a antologia maneirinha de Pieraccioni, que largamente apreciámos no volume precedente desta revista (*Em torno de uma nova antologia do lirismo grego*, «Humanitas», 7-8 [1955-56], pp. 195-214): o que traduz obviamente apreço pelas qualidades reais do trabalho — a boa (não diremos óptima) selecção dos textos, a perfeita actualização dos mesmos (desafrentada, para mais, de vãs conjecturas e discussões críticas muitas vezes desnecessárias), a clareza das introduções e a sobriedade das notas, a atraente apresentação do volume.

A nova edição reproduz substancialmente a anterior: Pieraccioni manteve todos os poetas e todos os textos, contentando-se com fazer algumas correcções e introduzir raros aditamentos. Destes, o mais avultado consiste na indicação — feita, aliás, em doze linhas (p. 105) — das características principais (válidas *grosso modo* para Álcman e, menos exactamente, para Teócrito) da língua de Simónides, Baquilides e Píndaro. Como na antologia figurava já um resumo das particularidades da língua de Alceu e de Safo, era sensível — conforme tínhamos observado (*art. cit.*, p. 211) — a lacuna para os poetas do «dórico literário». E diga-se, a propósito, que o Autor conservou, sem necessidade, a fórmula de compromisso entre a arrumação cronológica e a arrumação por géneros (ou dialectos literários), reproduzindo novamente as secções *Poetas Eólicos* (retocada embora, para «isolar» Anacreonte, pela adjunção do subtítulo *Alceu e Safo*) e *Poetas Corais* (designação infeliz que, à parte Colonna¹, têm enfeitado os editores das melhores colectâneas dos últimos vinte anos: Ugolini-Setti, Perrotta-Gentili, Gallavotti, Pontani, Del Grande).

Continua a faltar, na nota bibliográfica inicial, a menção das antologias principais de que Pieraccioni aproveitou para o seu comentário; um parágrafo para Álcman, em que viessem citados a edição de Garzya e o capítulo de Pontani na *Litteratura greca*, I, pp. 106-112; e os estudos de Massa Positano e Della Corte no parágrafo sobre Safo. Por outro lado, o Autor mostra desconhecer ainda a edição dos *Líricos griegos: Elegíacos y yambógrafos arcaicos (siglos VII-V a. C.)* de Adrados (vol. I, Barcelona, 1956), que lhe seria muito útil, em especial para Arquíloco. O *Archiloque* de Lasserre e o *Anacreonte* de Gentili são já posteriores à reimpressão da antologia.

¹ Não conhecemos ainda a antologia de Cervelli, cit. por Del Grande, *Φόρμυξ*, p. 343.

Tomando em consideração os nossos reparos, Pieraccioni aceitou a correcção *πλεόμυνας* (por *πνεύμονας*) no texto do frg. 7,5 Diehl de Arquíloco (opinião contrária em Del Grande, *Φόρμυξ*, p. 66) e emendou as suas versões dos frgs. 2 e 10,1-2 do mesmo poeta; *μεμφόμενος* de 7,2 aparece já rectamente traduzido por 'reprovando'. Também no caso de Alceu 69,5-6 L.-P., o professor florentino deu preferência à versão de Perrotta por nós aconselhada. Em contrapartida, mantém a lição *αὐτὸν δ' ἐξεσάωσα* do frg. 6,3 Diehl de Arquíloco (recordando embora, como nós, a sugestão de Gigante *αὐτὸς μ' ἐξεσάωσα* — que Del Grande rejeita, *ob. cit.*, p. 64); desaproveita, na introdução dos frgs. 7 e 10, o trabalho reconstrutivo de Adrados; e continua (significativamente?) a ignorar a sugestão de Gallavotti para o frg. 70. No belo fragmento alcmânico de cérito (94 Diehl), conserva inexplicavelmente o *ἰμερόφωνοι* de Barker, mas reconhece que «melhor seria, talvez», *ἰαρόφωνοι* (Perrotta-Gentili, Garzya); e em 58,1 alimenta ainda a correcção suspeita *εἰδοντι* (Wilamowitz, Perrotta), observando, no entanto, que *εἰδονσι* dos códices — ainda recentemente preferido por Del Grande (*ob. cit.*, p. 94) — «poderia justificar-se como elemento épico» (p. 28). Ao invés, o epodo 1 de Estrasburgo — se bem que venha ainda na cauda dos fragmentos de Arquíloco — é destes claramente separado por um traço e pela ausência de numeração seguida.

Em atenção às nossas observações de carácter linguístico (*art. cit.*, p. 213, n. 27), Pieraccioni corrigiu a fórmula defeituosa «o [eól.] = α [restantes dialectos] especialmente depois da consoante ρ» (p. 40), escrevendo, como cumpria, «na vizi-nhança»; mas guardou o mau exemplo *ξένος* e a explicação errónea que o acompanha. Persiste no frg. 326,9 L.-P. de Alceu a inexistente forma *ἄγκωναι* (em vez da pan-helénica *ἀγκωναι*), também por Del Grande (*ob. cit.*, p. 141) estranhamente adoptada...

Fazemos votos por que a próxima edição desta simpática antologia possa apresentar-se internamente melhorada pela exclusão de textos sem beleza poética (como o famigerado frg. 69 L.-P. de Alceu e o frouxo epinício 4 de Baquilides) e pela inclusão, ao menos, de alguns poetas indevidamente esquecidos (Íbico, Teógnis, Nóssis; e porque não Hipónax?²: «se por lírico se entende — dizia Romagnoli (*I poeti lirici tradotti da...*, I, p. 176) — o poeta que no primeiro plano coloque o próprio eu, nenhum foi mais lírico do que Hipónax»....

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

² Representado nas antologias de Taccone, Cessi, Lipparini, Ugolini-Setti, Perrotta-Gentili, Colonna e Del Grande; ausente apenas das de Lavagnini, Gallavotti e Pontani.

MANUEL F. GALIANO, **Safo**. Cuadernos de la «Fundación Pastor [de Estudios Clásicos]»: 1. Madrid, 1958. 90 pp.

Não é um ensaio de exegese literária, mas uma novíssima indagação dos sentimentos e da carne de Safo, «o primeiro capítulo de uma série intitulada *O descobrimento do amor na Grécia*» (p. 6). Incorre o Autor, deliberadamente, na excomunhão daqueles que se insurgem contra a plethora de estudos sobre a erotopatia da Lésbica, em detrimento das investigações sobre os valores formais e espirituais da sua poesia. Em estado de «ingenuidade científica, isto é, despojado de preconceitos e lugares-comuns», o professor espanhol deseja partir, com os fragmentos da poetisa na mão, à descoberta de uma «Safo verdadeira ou, pelo menos, verosímil» (p. 12). Empresa ambiciosa, senão desesperada para um erudito como Galiano que muito conscienciosamente se fora apetrechando com a melhor bibliografia dos últimos sessenta anos. Mas nem por tributária, aqui e além, de pontos de vista alheios, a sua interpretação é menos arguta e menos sugestiva.

Nem trfbade possesca nem cândida vestal: Safo era uma alma hipersensível e inquieta, «obsidiada, desde a meninice talvez, por complexos torturantes» (p. 67) — a morte prematura do pai e quicá da mãe, a educação dos três irmãos menores, a provável fealdade, a pobreza, a falência presumível do matrimónio —, e impelida, pelo rancor ao macho, a um homossexualismo de reacção (que se não compadeceria muito, no entanto — o próprio Autor o reconhece [p. 75] —, com o dedicado amor à filha Cléis). Vão alguns leitores achar excessivo, ou deslocado, o recurso a Freud, Marañón, Krafft-Ebing, Havelock-Ellis e... ao relatório Kinsey: mas se, por um lado, o professor madrileno é cautiíssimo nas suas afirmações, por outro — em que pese aos zeladores da Safo imaculada — não deixam de ser persuasivos alguns dos resultados a que consegue chegar. De resto, só uma atitude de comodismo ou falso pudor pode eximir um filólogo do tratamento de certos problemas ditos «tabu», quando, como no caso presente, os mesmos envolvem a explicação da poesia inteira de um autor. A *Sapphofrage* é certamente odiosa: mas nem por esquivada se resolve ou se torna menos anojante. Podem as opiniões de Galiano ser contrastadas, e não-de sê-lo com certeza: mas — depois das observações corajosas de Lavagnini (*Nuova antologia dei frammenti della lirica greca*, pp. 171-172), atenuadas ao cabo pela afirmação gratuita da pureza «material» de Safo — não se lhe deve negar o mérito desta abordagem total e desassombrada do problema.

Outro aspecto da «questão sáfica» é estudado com penetrante atenção: a natureza do «tíaso» de donzelas que rodeavam a poetisa (pp. 49-61). Não se trata de uma associação ou confraria feminina — sem precedentes na antiguidade —, devotada

ao culto de Afrodite ou de outras deusas (Schmid, Wilamowitz, Bowra); nem de uma espécie de educandato pré-nupcial para meninas de boas famílias (também Schmid, Wilamowitz, Bowra; Romagnoli, Schadewaldt, etc.), confiado, para mais, a uma directora sem afãs pedagógicos, que ousara proclamar as preferências do sentimento único padrão de beleza e de bondade (fr. 16 L.-P.); nem sequer (como parece insinuar a *Suda*, e outros na sua esteira) de uma escola literária, dado que lhe faltam preceitos e discípulas, e a expressão «casa das Musas» (frg. 150 L.-P.) não tem com certeza valor técnico. Seria apenas «um ajuntamento de amigas que se reúnem para ouvirem versos de Safo, ou talvez para os cantar, ou ainda — quando muito — para dedicar as suas actividades conjuntas à interpretação em comum de epitalâmios compostos pela poetisa» (p. 56). O tíaso, em suma — como disse excelentemente Pontani (*Letteratura greca*, I, p. 147) —, é «o próprio coração» de Safo, «e as figuras que nele se movem aparecem como hipóstases de suas palpações».

Quanto ao teor das relações íntimas entre a poetisa e as amigas, é evidente que — atenta a natural reserva feminina, o incôscio das reacções em muitas homossexuais, as incertezas da terminologia erótica (p. 58) — dificilmente será possível dar uma resposta satisfatória e documentada: mas parece lícito supor que, em Lesbos¹ — onde as mulheres tinham «certa personalidade cultural e social, por motivos ligados talvez à existência de velhos factores matriarcais» (p. 65) —, a modificação das instituições familiares tradicionais, a rígida separação dos sexos, determinava uma inversão amorosa em tudo paralela à que, ali e noutros lugares, se verificou com poetas como Alceu, Anacreonte, Íbico, Teógnis e Píndaro. «O génio poético de Safo é responsável pelo enorme relevo e transcendência que ganhou o caso concreto da sua ilha natal.» (p. 65)

Mais difícil será acompanhar o Autor em algumas conjecturas da parte final do seu trabalho. Julgamos muito duvidoso que o frg. 121 L.-P. (*ἀλλ' ἔων φίλος ἄμμι / λέχος ἄρυσσο νεότερον / οὐ γὰρ τλάσομ' ἔγω σνοι- / κην ἔοισα γεραύτερα*) possa ser autobiográfico e reflectir «a proposta de matrimónio de algum jovem atoleimado e falto do tacto mais elementar» (p. 81): têm razão provavelmente Wilamowitz, Schadewaldt, Lesky e outros em considerá-lo parte de uma poesia convencional. Depois, «deixando correr a imaginação em grau maior que o do costume» (p. 82), Galiano supõe que o belíssimo frg. 94 Diehl (*δέδυκε μὲν...*) — excluído da colectânea de Lobel-Page, mas inegavelmente sáfico — aluda a uma noite insone da poetisa envelhecida e plangente sobre as recordações da «sua vida estéril, seu amor frustrado, seu inquieto desejo insatisfeito...» (p. 83). Sem chegar ao exagero de Della Corte (*Saffo. Storia e leggenda*, pp. 74-77), que, na fé do «Epitalâmio de Aqui-

¹ Como também — sugere Galiano, recordando os parténios de Álcman e Píndaro — aconteceria em Esparta e em Tebas.

les e Deidamia» de Bión de Flossa e da oração epitalâmica de Himério, verosimilmente derivados de Safo, aproxima desse fragmento o da rapariga no tear (102 L.-P.) e entende que «o suspiro angustioso» (Carducci) não é «da donzela antiga», mas sim do herói mais viril da antiguidade (Aquiles, disfarçado de mulher, falando a Deidamia) — pensamos que, também neste caso, a poetisa põe na boca de outrem a desolada lamentação. De resto, conjectura por conjectura, concedendo que o fragmento fosse autobiográfico, a pessoa em vão esperada podia ser uma mulher, «branda companheira» sobre cujo peito a Lésbica dormisse apaziguada (cf. frg. 126 L.-P.). Mas estamos longe do propor... tal desencanto!

Para Galiano — como para Romagnoli, Perrotta, Page — o sentimento dominante na ode *Φαίβεταί μοι κῆρος...* (frg. 31 L.-P.) é o ciúme. «Que temos, pois, nessa congérie de sintomas maravilhosamente descritos pela escritora já serena? Simples amor carnal àquela rapariga? Sim, é possível, mas também agudo penar por uma defecção mais dolorosa que qualquer outra: porque a jovem não se limitou a mudar de grupo, unindo-se a Andrómeda ou a Gorgo [...], mas vibrou no coração de Safo a punhalada mais dilacerante que imaginar-se possa, ao entregar-se precisamente ao varão, esse abominável inimigo que, no fundo, se continua todavia a almejar. E, destarte, o sofrimento da poetisa é duplamente penoso: porque foi inconscientemente humilhada pelo retorno da donzela à normal expressão dos seus instintos, e também — em dose não inferior — porque a amável conversação com o homem agita os mais profundos arcanos de uma insatisfação que não bastam a remediar amores passageiros com as amigas. Insatisfação dolorosa, porque dolorosa é também a essência de um amor incompleto, mutilado na sua mais plena manifestação.» (pp. 78-79) Análise profunda e sugestiva, mas talvez inadequada: e não porque aceitemos as subtilidades de interpretação de Gallavotti, Valgimigli, Colonna — antes porque julgamos que o «nó lírico» da composição está no contraste entre a atitude (estranhíssima para Safo) de impassibilidade do homem que de perto frua a branda voz e o doce riso da donzela, e o tumultuar dos sentidos da Lésbica ao simples escutar daquela voz, ao simples entrever daquele sorriso. Del Grande — a quem devemos, como a Pontani (*ob. cit.*, I, p. 151), a orientação que nos induziu a este convencimento — vai até muito longe, ao escrever (*Φόρμυξ. Antologia della lirica greca*, p. 112): «Assim como no frg. 105 L.-P. [...] a poetisa compara uma donzela ainda não requerida em casamento à maçã do ramo mais alto que os apanhadores não puderam alcançar e colher, assim a uma rapariga do tíaso — ainda núbil e que, por isso mesmo, vivia ainda com Safo² — a poetisa diz: «Admiro-me que um

² Ideia contestável, que enraíza no conceito do «tíaso» como educandato pré-nupcial (v. supra).

homem possa ver-te, ouvir-te, falar-te e não ficar enamorado — quando o simples olhar-te me perturba ao ponto de me fazer tremer o coração no peito.» Por outras palavras, a poesia visa a consolar uma mulher privada ainda do prazer de ser amada»³. Interpretação que me parece aderente ao texto, e em condições de iluminar o enigmático *ἀλλὰ πὰν τόλματον* final.

Uma parcela importante do livro é consagrada ao estudo (feito sobretudo em notas) da «fortuna», boa e má, de Safo — desde a antiguidade até aos nossos dias. Alguns dos autores mencionados — por exemplo Ronsard, M.^{me} de Staël, Leopardi, Swinburne, Baudelaire — mereciam tratamento mais desenvolvido, toante, aliás, com os interesses da série «Cuadernos de la Fundación Pastor», que (segundo o prospecto com este volume distribuído) se ocupará «das línguas, literaturas e culturas grega, romana, francesa e inglesa, e da sua influência no mundo contemporâneo». Tratamento que, claro está, para evitar o desbordamento verificado de páginas 34 a 47 (em que o texto das notas teve de ser inserido fora das páginas a que dizia respeito), deveria fazer-se em apêndice — como de resto fez o Autor para a secção *Safo en España* que termina o volume.

Não recordamos, de momento, outros contributos em língua portuguesa além de uma desinspirada cena do *Sagrador* de Eugénio de Castro, em que por Alceu ficamos a saber que Safo (acolitada por Átis e Anactória) lhe enjeitou o amor e, doidamente apaixonada por «Faonte», se suicidou em «Leucate» (pp. 152-155); e da *Nova Safo — Tragédia estranha* do Visconde de Vila-Moura, «teia de sonhos e delírios de uma grande Artista, desvairada à mercê dos nervos» (p. 48), a híbrida *frictrix* Maria Peregrina, a quem não falta um Nuno-Fáon, e que sobre a Lésbica formula este juízo altissonante (p. 66): «Para mim, Safo a foi mulher de génio que aceitou como um facto a homossexualidade grega, o desprezo transitório pela mulher, e tirou daí estímulo para a campanha de amor, independente de preconceitos de sexo — fundando a sua escola para levar à civilização ática a quota parte que lhe devia a adolescência feminina, o mundo feminino, em uma demonstração de vício

³ «O fragmento mais famoso da poesia europeia [...] que, *stricto sensu*, não é poesia de amor, deve, no entanto, ser colocado no plano das poesias de amor, em que a beleza contemplada encadeia e apavora o amante — como se estivesse frente a um milagre capaz de fazer vibrar todas as fibras — e racionalmente não tem explicação. Ensino a extrair? As poesias mais belas, as únicas dignas do nome [...], revelam-se criadas em regime de contemplação: contemplação de um sentimento revivido em fantasia, e reexpresso em diáfana simplicidade. Bem se compreende como Platão, que era um contemplativo, fixo no pensamento das coisas eternas, apreciase tanto a poesia de Safo.» Del Grande, *ob. cit.*, pp. 110-111.

e de génio que eram paralelos ao génio e vício que contrastavam as maiores figuras do helenismo.»⁴

É abundantíssimo o material reunido nas 322 notas do volume, e muitos são os assuntos de interesse nelas estudados; assim, por exemplo — prescindindo já das anotações referidas sobre a «fortuna» de Safo (nn. 135-177): o sentido (n. 26) de ἀβρός e ἀβροσύνα, essa «aura espiritual em que — como diz Pontani (*ob. cit.*, I, p. 145) — as coisas se gozam como transfiguradas e brilhantes»; a questão (nn. 40, 127, 202, entre outras) de certas amigas atribuídas a Safo, e que só na imaginação dos filólogos existiram (Ábantis, Ágalis, Arignota, Erina, Hermíone, Hero, Nósis, etc.); a indicação (n. 136) das comédias em que verosimilmente a Lésbia figura como personagem; a improbabilidade (n. 186) do pretensu educandato pré-nupcial a cargo de Safo e o desacerto (n. 190) do paralelo entre Sócrates e a poetisa; a perplexidade (n. 219) criada pela tremenda palavra ὄλισθος que se lê, quase de certeza, no frg. 99 L.-P. 5; o problema da fealdade de Safo (n. 268), da ode Φαίνεταί μοι (n. 292) e dos fragmentos θέλω τί τ' εἶπην (n. 288) e δέδυνκε μὲν (nn. 310 e 311). Alguns passos importantes destas notas teriam sido vantajosamente incorporados no texto principal.

De lamentar, por último, a falta de um índice de autores e de uma bibliografia sistemática que, retomando todas as obras citadas, facilitasse o pronto entendimento das numerosas remissões⁶.

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

⁴ Desairada a tradução filintiana da ode Φαίνεταί μοι κῆπος, inserta na sua versão do *Tratado do Sublime* (*Obras Completas*, XI, 289-387), e feita, aliás, sobre a francesa de Boileau (pp. 317-318): «Feliz quem, junto a ti, por ti suspira, / e as falas te ouve, que o prazer lhe entranham: / vê teu meigo sorriso deleitoso! / Essa dita, a dos numes não a iguala. / Sinto de veia em veia subtil flama / coar, quando te vejo, em todo o corpo; / e, no arrobo em que esta alma se me prende, / busco a voz, busco a língua... ambas deixaram-me. / Nuvem de confusão me enleia os olhos; / já nada escuto, lânguida esvaneco; / gelo, e fogo me investe; e eu tremo e morro. / Quem nada seu possui, tudo arrisca etc.» [sic].

⁵ Notar, a propósito da referência a Puccioni, *Herodae Mimiambi*, pp. 114-115, que já Cataudella, na sua recensão crítica publicada nos «Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa», 20 (1951), pp. 272-279, considerava infeliz a sugestão do βαυβών como argumento em favor da localização do mimo vi em Mileto: um objecto raríssimo e afanosamente procurado... na própria cidade que maiormente os fabricava!

⁶ Estranhámos, no cuidadoso autor de *Sobre un proyecto de transliteración del griego clásico* (in *Ἀντίδογον Παολί*, pp. 124-136: v. a recensão nesta revista),

FILIPPO MARIA PONTANI, *Letteratura greca. I — Da Omero al VI secolo a. C.* 210 pp. + 8 est. extratexto. *II — Il V e il IV secolo a. C.* 470 pp. + 16 est. extratexto. *III — Dal III secolo a. C. al VI d. C.* 330 pp. + 12 est. extratexto. Messina-Florença, Casa Editrice G. D'Anna, 1954, 1955 e 1956.

Em Florença nos disseram que era um historiador «de sanctista»; em Roma, que era um historiador «esteticista». O rótulo, em um caso como o de Pontani, vale bem pouco. O mesmo que valeria a designação de «perrottiano», por exemplo. Ninguém mais culto, ninguém mais sensível que este homem externamente semelhante a Eça de Queirós, magro, sóbrio, anguloso, de sorriso melancólico ou extinto. E nenhuma história literária, a nosso ver, tão convivente e comungante com os autores como a sua história literária grega. Uma exposição crítica e amorosa ao mesmo tempo; e, por muitos aspectos, uma obra de arte também. Livro que, entre raros, apetecerá salvar em um naufrágio.

O método adoptado é o monográfico: pretende-se, «em uma série de ensaios, fazer reviver as maiores personalidades de uma literatura que, pela vastidão de interesses e altura de resultados, não tem porventura rival na história da humanidade» (p. 5). Criticado embora por vezes de vários quadrantes (por exemplo Del Grande, *Storia della letteratura greca*¹⁰, pref., pp. 5-7), o método monográfico — «temperado com a sucessão cronológica e as oportunas referências ao momento de civilização e de cultura em que viveram os escritores»¹ — é, assim ainda, «o menos incôngruo

a incongruência entre as grafias *Girino* (pp. 21, 23 e 24), com *i*, e *Góngula* (16 n., 23 e 24), com *u*, *abrosúna* (p. 13) e *habrosúna* (p. 18: se ática, mas não se vê a que propósito, esperar-se-ia a forma *habrosýnē*), e as acentuações *Plistodica* (p. 24) e *Plistódica* (pp. 29 n. e 62 n.). Quanto a *Góngula*, por sinal, nas condições em que a palavra é empregada, não haveria grande prejuízo em aceitar a forma tradicional *Gôngila*.

Informamos, para terminar, que tanto Del Grande em *Φόρμυγξ* (1957), p. 203, como Gentili na sua recentíssima edição de Anacreonte (1958: v. a recensão nesta revista), pp. 12 e 141, interpretam, ao contrário de Galiano (pp. 65 e 79), *πρὸς δ' ἄλλην τινὰ χάσκει* do frg. 5 Diehl (= 13 Gentili) como referido a *κόμην* e não a *νήπιν*.

¹ Notemos, a propósito, que falta, à entrada do segundo volume desta obra, uma panorâmica sobre a Atenas do século v — paralela, de certo modo, à que se lê, na abertura do terceiro (pp. 5-8), sobre a civilização helenística.

para uma reconstrução e uma análise das várias individualidades que — através, sobretudo, da poesia — entraram a fazer parte do património do espírito» (p. 5). Entende-se, por isso, que «a atenção dedicada aos *menores* se limita às raras iluminações de poesia que possam apresentar, e, subsidiariamente apenas, à identificação de substratos culturais e afinidades expressivas» (ibid.). Nenhuma preocupação, nem nominal nem substancial, de fazer concessões à ultrapassada arrumação por géneros — todos redutíveis, afinal, em poesia, a um género único, o lírico (p. 83): só nalguns casos, relativamente poucos, o Autor se permitiu, quebrando «a estrita ordem temporal», fazer certas aproximações, realmente oportunas, de epígonos ou modestos reflectores. Mas a intenção didáctica está patente na observância, para as maiores figuras, de um «esquema constante» de exposição; a vida, as obras, a arte, e a «fortuna» no correr dos tempos. Obrigou-se Pontani, além disso, a recordar «as questões filológicas principais» — e se, algumas vezes, o fez amplamente, noutras, à custa de um admirável poder de síntese, conseguiu, em meia dúzia de linhas, ou num breve parêntese, encerrar o enunciado de um problema ou os elementos orientativos para a sua solução. Mérito não pequeno desta obra é, com efeito, a sua *densidade* e a sua *concisão*: bem como um vigilante senso de *justeza crítica* — predicados que dificilmente se compadecem com a acusação, superficial, de esteticismo. Não faz esteticismo quem, como Pontani, não perde de vista um só momento a lição dos textos, que rigorosamente cita e aponta à consideração dos estudiosos. Mas «fruto», como é, «de longo amor» e «documento de um gosto e de uma experiência, moral e literária, intensamente sofrida» — esta obra requer dos seus leitores uma «amorosa atenção» (p. 5): a atenção que não vimos que lhe fosse dispensada dentro e fora da Itália.

Porquê?... Julgamos que, à parte uma presumível incúria editorial na expansão do livro, a justificação se deve procurar quer em um equívoco inicial sobre as características desta *Letteratura* (considerada tão-sómente «escolar», no sentido restrito do termo, ou servilmente tributária da *Storia della letteratura greca* de Perrotta), quer nas dificuldades da linguagem em que foi vazada, de custoso acesso, em especial para estrangeiros. Não há que ter ilusões, todavia, sobre os destinatários deste livro: poderão certos alunos, melhor dotados, do liceu aproveitar da lição de algumas das suas páginas, e haurir nelas o entusiasmo de uma vocação perdurável — mas a obra, tal como está, é feita para universitários (e oxalá todos se sentissem em condições de a apreciar plenamente!). Depois, não seria justo imaginar a *Letteratura* de Pontani como uma *editio maior* da literatura de Perrotta: Pontani é um admirador, não um discípulo do grande helenista; o seu livro vem depois do manual excelente de Perrotta, supõe em muitos lugares uma adesão e um débito (reconhecido, aliás, pela dedicatória ao mestre romano): mas é uma obra independente, com características diversas e um repensamento pessoal dos problemas — que conduz,

por vezes, a soluções diferentes das apresentadas pelo autor da *Storia della letteratura greca*. Temos, por último, o embaraço do estilo, profundamente sugestivo, mas coado através de todas as experiências, «herméticas» ou não, dos últimos decénios: estilo em que abundam os helenismos, os latinismos, os arcaísmos, os termos poéticos e os termos abstractos², as construções de reminiscência clássica ou andamento moderno; em que o ataque do período se faz, não raro, de maneira insólita e a solidadura dos membros por forma inaparente; em que a articulação ou abordagem do assunto supõe, com artifício ou sem ele, uma atitude de «pré-conhecimento» que gera, por vezes, no leitor, uma sensação de momentânea perplexidade. Não é manual para iniciação ou repetições apressadas: trata-se, antes, de um livro, em muitos aspectos, «complementar» — que, nem por ser particularmente endereçado aos jovens (p. 5), esquece os professores e quantos buscam, em obras deste género, uma orientação de crítica e de gosto. Pesada também (à parte as compensações, esplêndidas, de «fundo»), a responsabilidade de um tradutor. E quanto estimável seria, no entanto, a versão — para estudantes universitários portugueses — de uma obra tão viva e tão documentada!

Tocamos aqui um ponto melindroso. À parte as referências constantes ao texto dos autores gregos e latinos, a *Letteratura* de Pontani não faz uma única citação bibliográfica em rodapé ou no corpo da obra. Melhor avisado, todavia, que Paratore na sua *Storia della letteratura latina*, onde é quase impossível ler um só nome de investigador moderno, Pontani menciona³, entre parênteses, os responsáveis pelas doutrinas que aceita ou que critica. O processo, ainda assim, tem o seu quê de reprovável, mormente quando, como no caso de Pontani, se pensa quanto seria fácil ao autor das *Pleiadi* colocar, à testa da obra e de cada uma das monografias principais, uma nota bibliográfica orientadora⁴, que simplificaria as remis-

² Impressionante, por exemplo, a quantidade dos abstractos em *-ità*: *alterità, contraddittorietà, creatività, descrittività, desultorietà, discorsività, drammaticità, effusività, elementarità, eticità, fissità, meccanicità, modernità, opacità, passività, persuasività, positività, precarietà, tragicità, virtualità*...

³ Nem sempre, para dizer a verdade: e o facto causa alguma estranheza. Assim o, leitor inexperto ficará ignorando a quem pertence esta curiosa afirmação (I, p. 77): «Se por lírico se entende o poeta que no primeiro plano coloque o próprio eu, nenhum foi mais lírico do que Hipónax.» Ora teria bastado, de acordo com a prática usual do Autor, escrever, entre parênteses, Romagnoli: o passo vem na introdução à tradução dos fragmentos de Hipónax, in *I poeti lirici*, I, p. 176.

⁴ Muito bom, de facto, pela justeza da selecção e dos juízos críticos, o apêndice bibliográfico que encerra a colectânea *Pleiadi* (Roma, 1952).

sões e daria ao estudioso a possibilidade de conferir e desenvolver, querendo, os pontos de vista resumidos. Mas sabemos que Pontani tenciona suprir esta lacuna com a publicação de um volume, anexo à *Letteratura*, e totalmente consagrado à bibliografia crítica.

Não se comenta, em três ou quatro páginas, uma obra que representa, certamente, na sua realização próxima, alguns anos de trabalho aturado e, na sua remota preparação, uma vida inteira de devoção à cultura helénica, antiga e moderna⁵. Mais vale, depois de tudo o que fica dito, e em livro que nos deu tantas satisfações, assinalar preferências e um que outro ponto susceptível de melhoria. Aos poemas homéricos, aos grandes líricos dos séculos VII, VI e V antes de Cristo (nomeadamente Alcman, Safo, Hipónax, Simónides, Baquírides, Píndaro), aos trágicos maiores, a Aristóphanes, a Heródoto, Tucídides, a Demóstenes, depois, no período helenístico, a Asclepiades, Leónidas, Calímaco, Apolônio e Teócrito consagrou Pontani sínteses esplêndidas que se não esquecem facilmente. Menos impressiva e algo sumariada nos parece, ao invés, a monografia sobre Platão; é melhor, sem dúvida, a que dedica a Aristóteles — mais abarcável, de resto, como personalidade de escritor, a despeito da sua obra monumental. Partilhamos em absoluto do severo juízo que formula (II, pp. 391-392) sobre esse «campeão da *mediocritas*» que foi Xenofonte:

«Críticos antigos e modernos louvam a clareza como a qualidade principal de Xenofonte — quando, na realidade, ele oferece um exemplo vivo de contradições e incertezas. Obsequente das tradições éticas e culturais da sua gente, Xenofonte é, todavia, um apolítico, que antepõe os interesses individuais aos interesses da *pólis*. [...] A devoção a Sócrates e a adesão aos seus ensinamentos morais não excluem relevantes diversidades em relação ao mestre, quer no amor da pacificação campestre (Sócrates nunca saiu da cidade), quer no extroverso activismo e na solicitude pelos adestramentos físicos ou pela milícia e pela guerra. O chato bom senso é demasiado para fazer de Xenofonte um filósofo; o filosofismo é excessivo para fazer dele um poeta. [...] Não basta dizer que entendeu pouco de Sócrates: ele entendeu pouco de tudo. Campeão da *mediocritas*, sente-se habilitado a propinar a sua moral circunscrita, cautelosa, a cuja frouxa luz divide os homens em bons sem defeitos e maus sem remédio, criando manequins de santos e celerados, sem conseguir entusiasmar-se de veras por uns ou sentir rancor pelos outros.

«[...] Escritor fácil, nítido, límpido, afaga os ouvidos do leitor para logo o enfiar com certa monotonia de cadência: mas não provoca um só

⁵ Pontani é, também, um ótimo conhecedor da literatura grega moderna.

estremecimento, nem pode provocá-lo: *si uis me flere, dolendumst*. «Abelha ática», «ática musa» o reputava Dionísio. Cícero e Quintiliano foram seduzidos por aquele *sermo melle dulcior* (Cíc., *Or.*, 9, 32) com que *Musas quasi locutas ferunt* (19, 62) [...] O elogio do estilo foi tão concordemente repetido no decorrer dos séculos que Xenofonte acabou por se identificar com a greicidade ática e por surgir como uma das figuras mais representativas do mundo antigo. Mas ele foi apenas um homem versátil, um modesto divulgador, um expositor elegante. As suas limitações explicam bem a fortuna que teve junto dos pedagogos de todos os tempos, felizes com embalar-se na estupidez das sentenças e das sistematizações de uma vida que não conhecem. Ousaria dizer que o peso secular de Xenofonte na educação de gerações inteiras chegou mesmo a ser nocivo⁶»

Menos reticentes seríamos, talvez, no caso de Luciano, cujas «fulgurantes *causeries*» também para nós representavam «um desafogo contra o tédio das parangas» (III, p. 219). Mas consideramos fundamentalmente justa a opinião de que «a falta de calor» é o defeito maior do Samosatense (III, p. 218):

«Brilhante *moqueur*, dir-se-ia incapaz de um abandono; esquiva o idílico e o «pathos», o trágico e a amargura: serve apenas, e sempre, o jogo da inteligência.»

Com o mesmo desassombro com que considera Tirteu «um poeta mais famoso do que grande», ensopado — à parte alguns lances felizes — em «retórica patriótica», submerso por vezes «numa opacidade didascálica e gnómica, um discursivismo prosástico e raciocinante, com *τόποι* de antíteses e tropeços de silogismos» (I, p. 93); Sólon, notável como legislador, uma «alma árida e enfadonha, quase sem voos, sem colorido, sem entoação musical» (I, 119); Xenofonte, um convicto propugnador da mediocridade; Licófron, um cerebral empedernido na sanha de deslumbrar pela erudição e pelas escurezas e superfetações do barroquismo (III, 47); Herodas, um literato posticamente «realista» (III, 52); Políbio, um bom historiador, mas um péssimo escritor (III, 150-153) — Pontani elogia, por um lado, a «bellezza fucata» dos alexandrinos (III, 8):

«O refinamento, tantas vezes considerado a tara da poesia pelas insídias constantes do artifício e do arcanismo, é a glória maior desta idade.

⁶ Xenofonte é, realmente, uma alma sem lume de poesia. Não se estranha, por isso, a opinião coincidente de Perrotta (*Storia*, II, p. 181): «Nem um grande homem, nem um grande escritor. Em tudo, excepto na arte militar e na hípica, um dilettante.»

Tudo se apresenta como que filtrado: mas o filtro é o requinte formal de acrescida e aguçada sensibilidade: e quem, sem risco de vanilóquio, lamentará a ausência do ímpeto dionisíaco? Estamos, de facto, em presença da suprema cristalização do sentimento. Este artificialismo delicado estaria, disse alguém, para a verdadeira poesia como lábios retocados para uma boca fresca. Filhos que somos de civilizações literárias, sobressaturadas de analíticas subtilezas e capilares tensões e perfumes rarefeitos, dificilmente sentiremos a nostalgia dos beijos campesinos. Na beleza «retocada» há um génio de consumada perícia e nativa aristocracia: o timbre mais precioso da virtude transfiguradora do gosto.»

e louva, por outro, a candura soberana dos quatro Evangelistas, «onde [é citação alheia] a cor, o som, o sabor, o frémito são *factos* originais e perfeitos, sem desgarres de perspectiva nem revestimentos capciosos» (III, p. 238):

«Os homens, infatigáveis reelaboradores das suas criações, até destas narrativas vieram extrair o pretexto para numerosas obras literárias, em que raro atingiram representações geniais, e chegaram, por vezes, a revoltantes profanações («de parable del bellissimo nimico»). Mas, se textos poéticos existem que não tolerem esmoeduras e integrações, este é o caso dos Evangelhos. Tais documentos, dos quais descende uma era humana — pelo que «não é possível não se dizer cristão» —, apresentam, mesmo no plano da poesia, uma sua novidade inaudita, uma sua inimitável plenitude.»

Nenhuma incoerência nesta mudança de atitudes — antes a posição ideal do historiador da literatura que a produtos diversos aplica critérios diferentes e não confunde a objectividade do juízo com as preferências do sentimento.

Estudos publicados recentemente hão-de levar Pontani, em edições futuras da sua obra, a rever ou completar um ou outro ponto das suas monografias sobre Homero, Arquíloco, Sólon, Alceu, Safo, Estesícoro, Anacreonte, Hipónax⁷, os

⁷ Surpreendeu-nos, no caso do poeta efésio, a reexumação — cautamente feita, é certo («forse»: I, p. 174) — da velha hipótese do *Ἰππώναξ σκαφεύς*, a qual, por assentar na incertíssima leitura de uma glosa quase delida do segundo epodo argenteratense (v. 3) e em uma correcção arbitrária de Coppola no frg. 39,4 (irrefutável, se calhar, ao nosso iambógrafo), nos não parece já digna de qualquer men-

grandes trágicos, Menandro: para citar, ao correr da pena, alguns exemplos. Mas a validade global desta obra perdurará largamente, porque se baseia — repetimos — na lição constante e meditada dos textos. E num diuturno e esclarecido amor da civilização helénica. Que, aliado ao invulgar poder de ressurreição de almas e vivificação de poesia, torna esta *Letteratura greca* uma das melhores que se publicaram em Itália nos últimos cinquenta anos⁸.

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

ANTIΔΩΡON Hugoni Henrico Paoli oblatum. *Miscellanea philologica*. Istituto di Filologia Classica [dell'Università di Genova], [Varese], 1956. 335 pp. + 3 estampas extratexto.

Há fotografias ilusórias, ou inexpressivas, ou convencionais: esta fotografia de Ugo Paoli, colocada na abertura do volume de estudos que lhe foi oferecido pela Universidade de Génova, dá o humanista como há três anos o conhecemos, na sua casa florentina de Piazza San Felice, a poucos metros do Arno: irradiante de simpatia humana e afável bonomia, válido, operoso, profundamente vivo. Setenta anos de fortuna alterna — sem acrimónia nem travo de complexos. A serenidade vigilante do autêntico «cidadão do mundo». Podia recomeçar, querendo.

E recomeçou, fervente e incansável, elaborando novos artigos, compondo mais e mais poesias latinas, revendo um por um os livros mais queridos. *Cane del popolo*, um grosso volume há pouco editado (1958), é documento claríssimo de pujança e actividade. Vocação: inescusável vocação de magistério e de comunicabilidade. Ugo Enrico Paoli — escolar atento de Mazzoni, Rajna e Ramorino,

ção. — Mas importa dizer que, com a citada introdução de Romagnoli (v. n. 3), a monografia de Pontani sobre Hipónax é o melhor estudo de conjunto que conhecemos sobre os fragmentos deste «poeta maldito».

⁸ Apresentação agradável e cuidadosa revisão; bem escolhidas as estampas em extratexto. O índice final de autores é incompleto: regista apenas o estudo principal, desdenhando a menção instrutiva das outras referências.

discípulo dilecto de Vitelli, jurista e filólogo, poeta latino, conferencista e participante em dezenas de congressos internacionais — foi sobretudo, em Itália e no estrangeiro, um excelente professor de Direito Ático e de Língua e Literatura Latina, autor de quinze obras originais, setenta artigos (muitos dos quais sobre Catulo, Horácio, Petrónio, e Marcial), cerca de oitenta vozes da *Enciclopedia Italiana* e mais de cem do *Nuovo Digesto*, e editor de vinte textos escolares (um dos quais ainda recente: *Ape Matina*, 1957). A sua *Vita Romana* (1940; 7.^a ed., 1955), bem digna parceira do livro já clássico de Carcopino, está traduzida em quatro línguas (espanhol, francês, alemão e holandês); e um largo consenso de aplausos saudou os seus estudos sobre *Uomini e cose del mondo antico* (1947; tradução alemã) e *La donna greca nell'antichità* (1953). *Scrivere latino* (1948; 2.^a ed., 1952), reelaboração de um curso de seis anos professado na Universidade de Génova, se bem que destinado apenas, na intenção do Autor (p. vi), a estudantes e professores italianos, é — para todos os classicistas — «guida» indispensável «a comporre e a tradurre in lingua latina»; a *Grammatica greca*, escrita de colaboração com Marinelli (1938, 9.^a ed., 1955), e a *Sintassi latina* de parceria com Lasinio (1946, 3.^a ed., 1957), aliam à transparência do arranjo doutrinário o escrúpulo da actualização científica; e todos recordam ainda o belo êxito dos seus *Aenigmata* (1942) em latim, festejados em numerosas recensões críticas, dentro e fora do país.

Um mestre assim, proficiente e devotado, ardoroso e sempre jovem, por força deixará um rasto inapagável nas escolas que o possuíram. Florença e Génova tiveram presente a sua dívida, e na hora da partida — quase forçada, do grémio universitário — consagraram cada qual a Ugo Paoli os seus *χαριστήρια* de homenagem. Mais opulenta a colectânea florentina (*Studi in onore di Ugo Enrico Paoli*, 1956), que inseria nada menos de sessenta e sete escritos de filologia clássica, história antiga, arqueologia, epigrafia, linguística geral, egiptologia, papirologia, humanística, direito, antiquária — «todas as disciplinas em que, na versatilidade do seu engenho e da sua doutrina», o mestre «foi, em grau diverso, talentoso cultor»; menos medrada a genovesa (vinte e dois artigos), que pode, não obstante, ufanar-se de colaboração muito representativa — bastará recordar os nomes de Alfonsi, Cataudella, Della Corte, Galiano, Pisani e Untersteiner —, embora menos variada.

A miscelânea rompe com uma epístola magnífica do homenageado *Ad collegas Ianuenses* (pp. 11-12), em que recorda a hospitalidade gratíssima que Génova lhe ofereceu em horas de amargor: *O, quotiens animum cruciatum uulnere acerbo / leniuit Liguris uox per aperta maris! / O, quotiens rapidis uerrentibus aequora uentis / aerumnas tacitas tradidit ipse dolor!*; e, depois de render graças à amizade dos seus confrades (*Omnia iam sueui, mihi credite, uana putare / praeter quae uerax consiliatur amor.*), mergulha — através de um símile plástico de grande sugestão — em serenas reflexões sobre o avizinhar do dia extremo: *Esse paratum me sapientia cogit et aetas, /*

tardum uel moueat si peregrina pedem; / atque utinam possim uultu spectare sereno, / cum mihi languentem praeferet illa facem!

Mario Bonaria traça depois uma biografia bem documentada do humanista (Ugo Enrico Paoli, pp. 13-34), a que se segue o rol completo (ou quase: nela não figura, por exemplo, a dissertação de licenciatura, *Sul prestito a cambio marittimo nell'antica Grecia*, 1916, editado a expensas da Universidade florentina) das suas publicações, de 1915 a 1956, acompanhado, em geral, da indicação das recensões críticas às obras mais importantes.

De Luigi Alfonsi é o primeiro ensaio filológico do volume, *Studi corneliani* (pp. 41-56), em que se examinam sucessivamente a posição de Nepos em relação aos filósofos (possível atitude polémica versus o *Hortensius* ciceroniano, datável, por isso, de 45-44 aproximadamente); a sua actividade editorial (discutível a opinião, expressa por Malcovati, de que Nepos tenha sido editor de Cícero); os *Chronica* do historiador; e o fragmento 11 [Malcov.] dos *Exempla* (manter *crimina daret* dos códices «potiores» ou emendar para *c. adderet*, mas não alterar *crimina* em *crimini*).

À luz das informações que temos sobre os *Μυρμιδόνες* de Ésquilo, Giuseppina Barabino tenta (*I «Myrmidones» di Accio*, pp. 57-72) a reconstrução dos *Myrmidones* de Ácio, e exprime a hipótese de que esta peça e o *Achilles* formassem uma única tragédia.

Estudando um passo de Aristófanes (*Plut.*, 566; pp. 73-76), Quintino Cataudella observa que a lição de todos os códices e o testemunho dos escólios, bem como o de um leitor do século v da era cristã (S. João Crisóstomo, *Ad Ephesios*, 1), além de outras razões internas, demonstram a genuinidade do verso eliminado por Bentley e, na sua peugada, por todos os editores, ainda os mais recentes.

As letras *ANΨIXAN* de um *Frammento di stoffa antica iscritta proveniente dall'Alto Egitto* (pp. 77-81: com uma reprodução em extratexto) deverão, segundo Tea Coco, ler-se *αν ψυχάν* (= *ψυχάν*), pelo que é verosímil supor que o tecido pertencesse à faixa de uma múmia.

Esclarecendo e integrando os seus estudos precedentes sobre Suetónio (*Le opere minori di Svetonio e l'Enciclopedia dei Prata*, 1940; *Svetonio, grammatici e retori*, 1954; *Marmor Hipporegium Suetonianum*, 1954), Francesco della Corte discute (*Suspiciones*, pp. 82-95) vários passos que interessam lições textuais ou por menores biográficos do autor da *Vida dos Doze Césares*.

Do mesmo tipo, embora mais desenvolvido, é o artigo seguinte, de Paolo Frassinetti (*Pacuviana*, pp. 96-123), a propósito da recente edição dos *Scaenorum Romanorum fragmenta* (Munique, 1953), feita por Klotz. Como o estudioso alemão se não mostra ao corrente dos últimos resultados da crítica, o A. formula diversas objecções ao texto monacense, reexamina vários passos e modifica a recons-

trução de alguns dramas de Pacúvio (*Antiopa*, *Armorum iudicium*, *Atalanta*, *Chryses* e *Pentheus*).

A dura necessidade, em que se vêem certas revistas e livros científicos de dar as palavras ou os textos helénicos em transcrição latina, induzira o linguista Martinet a propor («Word», 9, 1953, pp. 152-161) um novo sistema de transliteração do grego clássico. Lamentando embora «la gris estandarización del mundo moderno» que não permite conservar uma bela excepção, Manuel Fernández-Galiano estuda em pormenor (*Sobre un proyecto de transliteración del griego clásico*, pp. 124-136) o sistema de Martinet, que corrige e amplia, com perspicácia e bom senso, até fazer dele um sistema coerente, capaz de satisfazer todas as exigências da ciência e da prática.

Muito interessante e muito documentado o artigo de Fulvio Grosso sobre *La morte de Tito* (pp. 137-162). Ao contrário do que afirmaram certas vozes sectárias a partir do início do século II, Domiciano não foi o assassino de seu irmão, *amor et deliciae generis humani* (Eutróp. 7, 23, 1; Ausón., *Caes.* 2, 17): Tito morreu, segundo o testemunho insuspeito de Plutarco (*De sanitate tuenda praecepta*, 3, 123 D.), por abuso de banhos nas águas geladas de Cutfilias. Mas o *caluus Nero* teria abandonado o leito do irmão expirante para se dirigir, em marcha rapidíssima, à capital, assegurar-se nos *castra praetoria* o favor dos soldados, e colocar os senadores, colhidos de surpresa, perante o facto consumado da sua sucessão.

Regressamos ao campo da literatura com o breve estudo de Jacques Heurgon sobre um passo de Plauto (*Plaute*, «*Mercator*», v. 16 et 17: pp. 163-167), para o qual o A. propõe a seguinte leitura e interpretação: *Et hoc parum ex re more amatorum institi, | quia praeconatus rem inde exorsus sum ilico*: «j'ai mal commencé à la façon des amoureux, car, dès après l'annonce, j'ai tout de suite abordé l'argument.»

Através do estudo de alguns fragmentos de Arquíloco, Álcman, Safo, Sólon, Íbico e Estesícoro, Giuliana Lanata procura demonstrar (*La poetica dei lirici greci arcaici*, pp. 168-182), que os líricos arcaicos haviam alcançado «uma clara consciência da parte que respeitava ao eu na criação poética»: mas todos — «ainda os mais orgulhosos exaltadores dos seus méritos pessoais» — «colocam no mesmo plano o elemento divino e o elemento humano da criação poética». Só Píndaro «supera o velho conceito homérico do θεῶν δῶρον e usa para designar a ajuda divina um termo novo — τύχη —», «que — melhor do que qualquer outro — define aquela colaboração entre o homem e a divindade, mediante a qual o canto se torna para os homens a alegria mais bela e mais duradoira».

Nenhuma das interpretações correntes de X, 126-128 satisfaz Vincenzo Longo, que, depois de fazer vários cotejos esclarecedores, propõe (*Un'interpretazione di Omero*, pp. 183-203) o entendimento seguinte: «Non è possibile che io cerchi di pre-

sentargli le proposte che vorrei, cominciando con una frase che lo richiami alla sua sensibilità e umanità (ἀπὸ δυνὸς οὐδ' ἀπὸ πέτρης tem valor proverbial: cf. τ 163 e Palas, *Anthol. Pal.* 10, 55), come sogliono fare gli innamorati nei loro colloqui.»

O «inusitado desenvolvimento» e «exagerado relevo» conferidos por Salústio ao episódio do *quidam Ligus* explicar-se-iam — segundo Teresa Mantero (*Sall., «Bell. Iug.»*, 93-94: pp. 204-226) — pelo conhecimento que o historiador tinha de passos catonianos em que se apresentavam situações semelhantes e seria outro exemplo mais da admiração que o Amiternense nutria pelo campeão da plebe. Explicação que se não opõe, afinal, à de Buchner (*Der Aufbau von Sallusts Bellum Iugurthinum*, «Hermes», 9, 1953, p. 58, n. 1), o qual, pondo o fulcro da obra na luta entre a plebe e a nobreza, pretende que Salústio trate amplamente esse episódio para o opor, como prova da audácia de Mário, àquele em que Metelo renuncia à conquista de Zama.

Se no *Thesaurus* e nos dicionários de Passow e Liddell-Scott buscarmos a documentação mais antiga para a palavra δῆμος, observaremos, entre Homero e os autores dos séculos V e IV, um largo vazio que, atenta a importância da palavra, Annalucia Forti Messina resolveu preencher (*Δῆμος in alcuni lirici*, pp. 227-241). Do sentido originário de 'quinhão de terra' e do seu detentor ou detentores, abonado por Homero, δῆμος passou a designar (Hesíodo e Arquíloco) todo o povo de uma πόλις, visto genericamente como população. Em Tirteu, Calino e Álcman, exprime todos os cidadãos de pleno direito, o corpo social da república; em Sólon e em Alceu é já o próprio 'estado' (ciuitas), a colectividade dos ἀγαθoί, para Teógnis. Há, por conseguinte, uma estreita relação entre πόλις 'o estado' e δῆμος 'o elemento humano do estado'. Ser δῆμος é ser uma comunidade de homens livres, baseada na ἐλευθερία e na αὐτονομία: mas o povo de uma cidade de bárbaros, seja cidade-estado ou não, nunca é δῆμος. «Os Bárbaros são δοῦλοι, os Gregos, livres πολῖται: — o conceito grego de δῆμος é, portanto, o conceito do povo livre.»

Na *Eneida* (6, 601-607), Virgílio afastou-se da tradição com atribuir aos Lápiatas a pena de Tântalo (o que justifica a lição *quos super* de Sabbadini): tê-lo-ia feito — segundo Carlo Nardi (*Reminiscenze pindariche in Virgilio*, pp. 242-249) — pela sugestão de dois passos pindáricos: *Olymp.*, 1, 54-58 e *Pyth.*, 2, 21-24. E tanto basta — como diz Traversa, «Paideia», 11 (1956), p. 378 — para que todo o passo da *Eneida* fique «imerso em uma nova e nobre luz: a espiritualidade que prevalece sobre valores puramente materiais».

Examinando um trecho de Minúcio Félix (*Oct.*, 3, 2-6), Agostino Pastorino demonstra, por forma convincente (*L'«epostracismo» in Minucio Felice*, pp. 250-261), que as *testae* com que brincavam, atirando-as ao lume da água (ἐποστρακισμός, it. 'rimbalzello'), os meninos de Óstia são, na realidade, 'cacos' de ânforas partidas durante as operações de descarga (cf., em Roma, entre o Aventino e o Tibre, o Mons

Testaceus, hoje *Testaccio*), e não 'seixinhos', como entende geralmente o comum dos tradutores.

Se *nummus* é aproximável de *numellae* (-mm- > -m-, de acordo com a chamada «lei *mamilla*») 'argolas de madeira (também de metal?) com que se prendiam quadrúpedes', talvez que o seu significado primitivo — como sugere Vittore Pisani (*Lat. nummus*, pp. 262-264) — fosse o de 'círculo, aro (de metal)'; e, neste caso, o seu valor como meio de troca poderia ainda entrever-se no episódio dos braceletes pedidos por Tarpeia aos Sabinos (cf. russo *grivna* 'moeda de dez copeques', que originariamente significava 'colar'). Com o seu à-vontade habitual, Pisani conjectura logo uma forma pré-histórica **nup-mo-*, relacionável com o scr. *nūp-ura-s nūp-uram* 'periscélide', e pertencente a uma raiz **(s)nōup-* que exprimiria a ideia de 'faixa, negalho'. Mas é pelo menos duvidoso que para *nummus* se deva procurar uma etimologia indo-europeia.

Nedda Sacerdoti repropõe (*È pitagorica la concezione dell'età dell'oro?*, pp. 265-273) o problema levantado pela famosa descrição ovidiana da idade do ouro, feita por Pitágoras (*Metam.*, 15, 96-103); e, depois de referir a posição dos órficos e dos *καθαυολ* de Empédocles, bem como o testemunho de Aristóteles (*Metaph.*, 12, 7, 1072 b), conclui: «não é próprio do pensamento pitagórico o motivo de uma idade feliz de que o homem teria decaído, nem sequer de todo coerente com as suas concepções fundamentais e características: e, se se infiltrou nos testemunhos que lhe respeitam, é porque o tema pertence a toda uma vasta tradição do pensamento grego a que o mundo pitagórico não pôde inteiramente subtrair-se.»

O único estudo que pôde dizer-se de linguística geral é o de Giuseppe Scarpit, *Dell'aggettivo* (pp. 274-279), que historia os conceitos antigos e modernos de adjectivo, sublinha as dificuldades sentidas por quantos têm procurado encontrar elementos que o distingam do substantivo (susceptível, como o adjectivo, de graus, moção, etc.) e tenta a seguinte definição «mais completa que as usuais»: «adjectivo é a parte nominal do discurso, isenta de género, que, unida ao substantivo, quer em forma atributiva, quer em forma predicativa, o determina de algum modo.»

Em nota brevíssima (*Un ragionamento di Antonius Volsco*, pp. 280-282), Gianfranco Tibiletti sustenta que os dados cronológicos do nascimento e da morte de Propércio, apresentados pelo humanista António Volsco, «parecem simplesmente resultar de uma troca do respectivo *terminus ante quem* com a data absoluta».

Muito longo, pelo contrário, o artigo de Augusto Traversa, *L'iscrizione metrica per Felice* (pp. 283-322: com uma reprodução em extratexto), que estuda minuciosamente a estela calcária encontrada em Wardian (Alexandria) e recoberta, na face anterior, por uma inscrição grega — o elogio de um jovem soldado morto em defesa da pátria. Em apêndice (*Postilla alla nuova epigrafe alessandrina*, pp. 323-324), Carlo Gallavotti considera inaceitável, «pelas manifestas absurdez gramaticais

e dialectais, além das métricas e lexicais», a lição proposta por Traversa, e contrapõe-lhe um texto diverso em muitos pontos e a correspondente interpretação — que, embora preferíveis, deixam ainda lugar a bastas incertezas¹.

Encerra a colectânea um artigo de Mario Untersteiner, *Problemi senofanei* (pp. 325-333), constituído por breves notas interpretativas dos fragmentos 21 A1, 21 A47, 21 B1 e 21 B31 de Xenófanes na edição dos *Poetarum philosophorum fragmenta* de Diels.

A arrumação dos artigos — exceptuando-se, como é natural, a biobibliografia de Paoli feita por Mario Bonaria — obedece unicamente ao radamânteo critério da ordem alfabética dos nomes dos autores. Dominam largamente os estudos de crítica textual e interpretação literária; de linguística, *lato* ou *stricto sensu*, apenas os artigos de Pisani e Scarpit (e, em certa medida, também o de Messina sobre *δημος*); isolada a investigação histórica de Fulvio Grosso sobre a morte de Tito.

O volume, bem revisto e nitidamente impresso, não desdiz, pela veste tipográfica decorosa, da homenagem prestada ao sábio humanista Ugo Paoli.

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

BERTRAND HEMMERDINGER, *Essai sur l'histoire du texte de Thucydide*.

Paris, Société d'édition «Les Belles Lettres», 1955, 76 pp. + 2 dobráveis com 9 fotografuras.

Impossível traçar um estema preciso e completo da tradição manuscrita de Tucídides: a instabilidade das «constelações»² demonstra que essa tradição está irremediavelmente contaminada. Embora ABCEFM sejam de certeza os códices mais antigos, não é lícito afirmar que deles dependem, única e exclusivamente, todos os restantes, nem eliminar, por simplificação, certos manuscritos *recentiores*, *non deteriores* (Pasquali) como H (Parisinus gr. 1734, da primeira metade do século XIV).

¹ Em *Replica a una postilla*, «Epigrafica», 17 (1955, publ. 1957), pp. 15-32, Traversa rejeitou a maior parte das correcções de Gallavotti, que este, todavia, não hesitou em confirmar, dando em *La stele di Ammonio*, «Parola del passato», fasc. 66 (1957), pp. 375-377, a leitura «definitiva» da inscrição.

² Isto é: grupos de manuscritos que apresentam a mesma lição. O Autor documenta a referida instabilidade com a transcrição das vinte arrumações diferentes tentadas por Bartoletti em *Per la storia del testo di Tucidide* (Florença, 1937).

A história do texto revela — segundo Hemmerdinger (p. 10) — que na base da tradição manuscrita do Ateniense está um arquétipo com variantes.

Remonta aos Alexandrinos a divisão tradicional da obra de Tucídides em oito livros, correspondentes a outros tantos *τομοί* (*volumina*) independentes: o mesmo sucedeu, aliás, com a obra de Heródoto, repartida em nove livros, quando é sabido que este a dividira em *λόγοι* — três dos quais, 1-94, 95-140, 141-216, ficaram incluídos no livro I. «A primeira parte da obra de Tucídides (livros I-IV) era constituída por dez rolos: o primeiro continha o *Προόμιον*, e os nove restantes correspondiam cada qual a seu ano.» (p. 18) De facto, à excepção dos anos um e oito, todos os restantes terminam por: *καὶ ...ὅν ἔτος τῷ πολέμῳ ἐτελεύτα τῷδε ὃν Θουκυδίδης ξυνέγραψε*(v).

Embora de Aristarco se saiba que escreveu um comentário sobre Heródoto, o Autor não hesita em atribuir a Aristófanes de Bizâncio — compilador de *Ἀττικαὶ λέξεις* e *Λακωνικαὶ γλῶσσαι* — a responsabilidade da edição alexandrina de Tucídides. Mas porque, na antiguidade, o editor não era copista, e sim corrector, a edição do Bizantino constituía já um texto (o recebido pelo Museu) com variantes (as correcções de Aristófanes). É desse manuscrito do III-II século a. Cr. que provêm os códices medievais, e até os papiros de Tucídides — nenhum dos quais é anterior à época romana (o que explica que se apresentem tão contaminados como os códices medievais).

Hemmerdinger procura depois localizar (pp. 23-26) a origem de alguns dos erros anteriores aos nossos manuscritos mais antigos (assim a coexistência em Atenas de dois sistemas de numeração, o iónico e o ático, de onde, por exemplo, Δ = 4 ou 10), estuda alguns casos de dupla transliteração que evidenciam a instabilidade das «constelações» (pp. 27-31); encarece a actividade dos iconoclastas João-o-Gramático e Leão-o-Filósofo na reunião, em Bizâncio, de todos os textos gregos antigos dispersos pelo Império (ABF descendem do manuscrito δ, que pertenceu ao segundo daqueles eruditos) (pp. 33-41); investiga a origem de A e de H (um e outro, bem como cinco fólios de F, da mão do ex-ministro de Andronico II, Teodoro Metóquita, exilado no mosteiro de Didimótica), e o autor das anotações de F e de S (Máximo Planudes) (pp. 43-46); transcreve a lista das variantes de B (que reproduz, a partir de 6,92,5, as lições de um manuscrito mutilado, cópia de δ, que o Autor chama *Decurtatus*) (pp. 47-54); e, por último, analisa extensamente H — que constitui, com B e C, um dos três mais importantes manuscritos de Tucídides, e em 1452 se encontrava em Roma, onde Lourenço Valla o traduziu para latim (pp. 55-60). Em breve apêndice (pp. 61-63), Hemmerdinger estuda o comentário que se lia nas margens de β (também de α) e que, embora anónimo nos manuscritos, se sabe ter sido composto por um certo Marcelo, autor de uma *Vida de Tucídides* e de um comentário intitulado *Μαρκέλλον* (*Μαρκέλλινου* cód.) *ἐκ τῶν εἰς Θουκυδίδην σχολίων*.

Bons índices e boas reproduções de manuscritos. Trabalho meritório, prejudicado, em nosso entender, pela falta de concisão e de sequência orientativa, e pelo abuso desmesurado de citações inúteis.

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

MICHEL LEJEUNE, *Traité de phonétique grecque*. Collection de philologie classique: III. Deuxième édition, revue et corrigée. Paris, Librairie C. Klincksieck, 1955. XVI + 374 pp.

Desconforto — traduz menos-mal o sentimento que nos deixa o cotejo desta edição com o texto da edição anterior, publicada nove anos atrás (1947)¹. Um desconforto paralelo ao que esperava, em 1948, o leitor ansioso de folhear o *Traité* de Meillet-Vendryes na revisão novíssima do discípulo co-autor tornado mestre. Com a agravante, no caso presente, de que a reimpressão — anastática — limitou ainda mais o número e a latitude das correcções ou aditamentos de Lejeune. A Vendryes empecnia, talvez, a sombra de Meillet, e a convicção de que o livro, feito para durar, não carecia ainda de maior rejuvenescimento; a Lejeune, porventura, uma impressão diversa: a inoportunidade de uma revisão profunda do seu tratado de fonética grega na hora em que o progresso constante das decifrações do minóico linear B infirmaria qualquer tentativa apressada de síntese, mesmo parcial. Renúncia justificável (já criticada, no entanto: Pisani, «Paideia», 11 [1956], p. 385), e aparentemente dolorosa para o autor das *Études de philologie mycénienne* («Revue des études anciennes», 58 [1956], pp. 3-39, e 60 [1958], pp. 5-26). É lícito estranhar, todavia, que, pertencendo a *Syntaxe grecque* (1.^a ed., 1945; 2.^a ed., 1954) de Humbert à mesma colecção, e tendo a casa editora consentido na sua total recomposição, o mesmo tratamento não fosse aplicado à obra de Lejeune — que tanto como aquela, ou ainda mais, é de uso corrente nas Universidades francesas e de outros países latinos e não latinos². Pode argumentar-se, e com razão, que a *Phonétique*³ é

¹ O texto, na realidade, a julgar pela data do prefácio da 1.^a edição (25 de Fevereiro de 1945), fora escrito há mais de dez anos.

² Recorde-se ainda que a mesma casa editora republicou, em novas edições quase simultâneas (1953), a *Phonétique*² de Niedermann, a *Morphologie*³ de Ernout e a *Syntaxe*² de Ernout-Thomas.

³ Mais «perfeita», aliás, que o livro de Humbert, objecto de uma crítica profunda, mas algo exagerada, de Lasso de La Vega, «Emerita», 25 (1957), pp. 514-524.

livro de composição gráfica mais trabalhosa e que o seu refazimento, nesta altura, viria encarecer o custo, já elevado, da edição: mas quer-nos parecer, ainda assim, que ao próprio Autor não desconveio, em última análise, a solução de compromisso.

O seu trabalho consistiu em redigir quinze páginas de «notas adicionais», reunidas no fim do volume (pp. 305-319), e em introduzir no texto as correcções, já numerosas, que figuravam na errata da primeira edição, as que julgou exigidas pela publicação de novos estudos ou pela modificação dos seus pontos de vista, e ainda uma parte considerável das que lhe foram sugeridas pela crítica — em geral elogiosa — do livro. Correcções, entenda-se, muitas vezes restritas a uma palavra, a uma, duas ou três linhas, raramente extensivas a parcelas maiores ou menores de um parágrafo (cf. pp. 81 e 154-155). Apenas aqui e além, quando por coincidência dispunha — em fecho de página, ou em rodapé — de maior espaço, o Autor se permitiu inserir alguns aditamentos no corpo da obra⁴ ou reescrever e acrescentar algumas notas⁵. Achamos, por isso, exagerada a afirmação preambular (p. xi) de que «poucas foram as páginas em que o texto não sofreu retoques». Nas trezentas e quatro páginas do livro (excluídas as notas adicionais, de que vamos falar, e os índices) haverá uma oitenta ou noventa emendas novas (em boa verdade, não contámos mais de umas sessenta e cinco, mas admitimos perfeitamente que, a despeito da nossa atenção, algumas correcções ou modificações de somenos nos tenham passado despercebidas): isto é, dois terços da obra, pelo menos, não apresentam, afinal, a mínima alteração.

As «notas adicionais» são o triste remedeio a que, infelizmente, se tem recorrido com excessiva frequência no nosso tempo, sempre que se trata de paliar os casos «desesperados» em que o aditamento ou a discussão de um problema se tornam urgentes, e autores ou editores hesitam ainda em abalançar-se à refundição ou substituição do volume. Assim a *Linguistique romane* de Bourciez, o *Dictionnaire* de Boisacq, a *Comparative Grammar* de Buck, o *Traité* de Meillet-Vendryes nas últimas reimpressões, a *Grammaire homérique* (I — *Phonétique et morphologie*)

⁴ A p. 35, onomatopeias e nomes próprios estrangeiros terminados em oclusiva; 124, referência à língua dos papiros ptolemaicos, a propósito da debilidade do -v; 129, explicações propostas para o fenómeno da prótese; 180, tratamento das vogais reduzidas em presença de labiovelares; 185, condições que determinaram a criação dos símbolos vocálicos η e ω ; 191, referência ao lébico e ao tessálico que desconhecem o alongamento compensatório; 304, efeitos da baritonese em grego moderno.

⁵ Por exemplo, pp. 5, n. 5; 35, nn. 1 e 2 (nova); 44, n. 1; 57, n. 4; 76, n. 4; 126, n. 5 (nova); 134, n. 1; 142, n. 2 (nova); 255, n. 1 (nova); 276, n. 6.

de Chantraine... E assim a *Phonétique* de Lejeune. Resignemo-nos, pois, e tentemos um rápido balanço da matéria principal contida nesta adenda.

A nota mais extensa — que é, por sinal, a primeira (pp. 304-305; cf. também pp. 318-319) — põe um problema de inegável interesse: «a definição das *frequências relativas* dos diversos elementos do sistema fónico», quer em relação a cada um dos falares gregos (o que permitiria apreciar as impressões dos antigos sobre a «moleza» do iónico, a «rudeza» do dórico, etc.), quer em relação a cada um dos autores (o que daria indicações sobre a «gravidade», etc., como processos artísticos). O trabalho, esboçado há um século por Förstemann na *Zeitschrift* de Kuhn (1852-1853), teria de ser refeito «em bases teóricas mais seguras e com método mais rigoroso». Entretanto, o Autor observa que «o estado do grego da época micénica devia comportar uma nítida predominância das breves» (p. 319).

Lejeune, que adoptara, na primeira edição da *Phonétique*, uma transliteração dos nomes semíticos das letras do alfabeto vizinha da proposta em 1904 por Nöldeke (muito hipotética, afinal), preferiu-lhe a transliteração de Cohen para os nomes massoréticos das letras do alfabeto hebraico (cf. pp. 23, 76, 85, 91, 250): mas tem o cuidado de advertir o leitor de que «tais nomes são conhecidos em data bem mais recente que a dos nomes gregos, e em região diferente daquela de que proveio para a Grécia o conhecimento do alfabeto» (p. 306).

Prescindindo de alguns aditamentos de pouca importância (menção do grego do período micénico, do lício e do messápico, pp. 306-307; notas de actualização bibliográfica, p. 307; valor em fonética do termo «condicionado», p. 307), aludiremos às observações que o Autor consagra aos difíceis problemas de pormenor levantados pelas oclusivas das séries **k^s*, **g^{zh}* e **g^{zwh}*: infelizmente, porém — quer se trate de *τέκτων*, já aproximado do hit. *taks-*, dos nomes da 'terra' nesta língua, da palavra que significa 'ontem' (hom. *χθιζά* de **g^{zh}hes-*; ou reconstrução analógica a partir de *πρωιζά* 'anteontem'?); do lat. *sitis* relacionável talvez com o irl. *tinaim* 'dissipar-se' — o caminho do comparativista está juncado de incertezas (pp. 307-308)⁶. As mesmas que acompanham, afinal, a etimologia de *λόκος*, *γυνή*, *κύκλος* (pp. 308-309): a propósito de *λόκος*, o Autor — que parece continuar perfilhando (p. 36) a explicação de Benveniste (possível contaminação de dois nomes indo-europeus) — refere, para satisfação da crítica, outras hipóteses (bastante verosímeis a

⁶ Reproduzimos a doutrina do Autor, mas, para dizer a verdade, sentimos bem pouca simpatia por esta «*Augenphilologie*», que não hesita em conjecturar para o indo-europeu certas africadas mais ou menos impronunciáveis, «em directa contradição com toda a estrutura fonemática» que se pode entrever naquela língua (Bonfante, *La teoria laringale*, «*Paideia*», 12 [1957], pp. 22-28).

ideia de uma metátese voluntária *luk^wo-, a filiar em tabus linguísticos); quanto ao nome da 'mulher', extraído de *g^wnā- («γυνᾱ-, βανᾱ-, μνᾱ-»), é possível que Lejeune não conhecesse ainda o discutido artigo de Benveniste (in *Festschrift Albert Debrunner*, Berna, 1954, pp. 13-19) onde se afirma que μνάομαι 'pedir em casamento' não assenta em um *βνα-ye/o, denominativo de *βνᾱ 'mulher', mas deverá ligar-se a μμνήσκω (cf. lat. *mentionem facere* [de puella])⁷.

A problemas etimológicos se referem ainda outras notas: διδάσκω (p. 310); nome indo-irânico do 'milhar' (310-311); origem e flexão de χεῖρ (de *gher-s-, como supõe o Autor no corpo da obra [p. 108 e n.], ou de *ghes-r-, como postula o hitita?⁸) (311); formas indo-europeias do numeral 'seis' (311-312); ἴσος (de *wid-s-wo-, ou de *wisu-, *wiswo-, que têm correspondentes em indo-irânico?) (312); πολὺς e κάλλος (312-313); ῥέζω, ῥύομαι, ῥυκάνη (313); εἰρημαί (314); ὄνυμα, νόξ (315); Πέρσαι (317); *v- > h v- (u- a wu-, wu- a hu-, segundo Benveniste, atido a exemplos do eslávico) (318). Nenhum aditamento vem, todavia, iluminar a história fonética de ἵππος (72 e n. 1, 162 n. 2), embora posteriormente Le Derooy lhe tivesse consagrado um artigo (*Les noms grecs du cheval*, «Revue des études grecques», 64 [1951], 423-426) e Grammont a estudasse em pormenor na sua *Phonétique du grec ancien*, 136-138. Mas nem a tentativa de Le Derooy, que vê em ἵππος uma alteração secundária de *ἔπος 'mula, cavalo, burro' (cf. hom. Ἐπειός, Ἐπειοί) resultante da analogia com teóforos em Hepa- (a grande deusa micrasiática citada sob a forma Ἰπτα nas inscrições lídicas e em dois hinos órficos: o cavalo era atributo de Deméter), e com geminação expressiva destinada a sugerir o galope (cf. a forma paralela epid., tarent. ἱκκος); nem a longa explicação fonética de Grammont a partir do étimo tradicional *ek-wos (*ek-kwos, *uk-kwos [cf. κύκλος], *huk-kwos, *hik-kwos [cf. εἰπεῖν, αἰδῶ], *hik-pos, hip-pos) — são, na realidade, tão persuasivas como os seus autores desejariam. Pelo que, se abrimos o *Etymologisches Wörterbuch des Griechischen* de Hofmann, s.u. ἵππος, leremos que ι por ε e κκ/ππ assinalam talvez um intermediário ilírico...

Algumas observações complementares merecem ser recordadas: até ao século v, σ transcreve z (zara(n)ka: Σαράγγαι), ζ zd do irânico (mazdara: Μαζάρης) (310); o duplo tratamento do iode inicial explicar-se-ia, segundo alguns autores, por uma combinação pré-histórica de *zy- (postulado também *zw- no caso do duplo tratamento de uau inicial: 314), segundo outros, por diferenças de origem dos termos

⁷ Mais sedutora, a nosso ver, a etimologia de R. Ambrosini («Rend. Lincei», 8, 10, 1-2 [1955], p. 62) que de μνάομαι aproxima δάμνημι, ἄ-δμής, etc. (δμ>μν).

⁸ A favor de *gher-s- se pronunciaram Brandenstein, *Etymologica*, «Studies presented to J. Whatmough», pp. 23-27, e Pisani, p. ex. «Paideia», 13 [1958], p. 393.

em que figura (313); αῖ (αἰ) poderia considerar-se o tratamento «regular» em princípio (ἄρκτος) e em fim de palavra (ἡπαρ), αἰ (αἰ) em posição interior em presença de consoante (πατράσι), mas perduram fora do esquema numerosas flutuações (314-315); «a repartição dos tratamentos *n- e *^hn- no primeiro termo dos compostos privativos em que o segundo começa por vogal (ν-ώνυμος/ἀν-ώνυμος) dependia, a princípio, da natureza, vocálica ou consonântica, do elemento final da palavra precedente na frase (facto de sandi), se bem que, depois, a analogia interviesse e, com poucas excepções, generalizasse ἀν-» (315-316; cf. também 317).

A propósito do duplo tratamento do iode inicial é interessante observar que Lejeune não faz qualquer referência à hipótese de Grammont na sua *Phonétique du grec ancien*. O foneticista francês recusava-se (e com razão) a admitir que as diferenças — não atestadas, pelo menos, em duas outras línguas de família — pudessem remontar ao indo-europeu: e via em *y- > ζ- (pp. 92-99) um reforço articulatorio explicável, na cadeia frásica, pela combinação do iode com as consoantes finais precedentes (que são, na maioria, dentais: *τοδ, τόν, πατήρ, ἔφερες, *ἔφερετ), e paralelo a fenómenos românicos bem conhecidos, romaicos (por ex. *lătrós, diă tí*, pronunciados *žatross, žati*) e até anamíticos (y- pronunciado *dya* ou *gya*). O silêncio de Lejeune pode significar rejeição: Grammont, de facto, não explica as razões por que o reforço articulatorio não interveio também nas palavras em que *y- > h-⁹.

Mais estranhável é o silêncio, que vem desde a primeira edição e já fora notado por Leroy (*Notes de phonétique grecque. A propos d'un livre récent*, «Antiquité Classique», 16 [1947], pp. 319-327; ref. p. 322), sobre a tentativa de explicação que em 1895 (*De liquidis sonantibus indagaciones aliquot*) o foneticista apresentou, e manteve ainda na *Phonétique du grec ancien* (pp. 279-290), da flutuação αλ/λα, αῖ/αἰ, que ele, com certa verosimilhança, faz depender do sistema silábico indo-europeu, ainda mantido no pretensu «grego comum» e no grego homérico. E já que falamos das soantes, observemos que Lejeune parece admitir uma divergência originária entre o e a no tratamento eólico e arcado-cipriota ολ/λο, οῖ/οῖ de *l̥, *l̥, ao contrário de Meillet-Vendryes, *Traité*², pp. 94-95, Pisani, *Glottologia indeuropea*², 21-24 e 53, Devoto, *Introduzione alla filologia classica*, 884-894, que nesse tratamento vêem uma inovação peculiar dos referidos dialectos. Ora — como diz justamente Cassola (*L'Ionia nel mondo miceneo*, Nápoles, 1957, p. 159 n.) — os textos micênicos sugerem de preferência a segunda hipótese, já que a grafia do minóico linear B

⁹ Era desfavorável, aliás, a opinião de Lejeune sobre a *Phonétique du grec ancien* de Grammont: «publicação póstuma, bem pouco cuidada, de uma obra de que muito havia que esperar, mas a que o autor não pôde dar a última demão.» (p. 307)

oscila entre o timbre *a* e o timbre *o*, e não é possível estabelecer uma regra precisa: assim, «parece lícito supor que o som vocálico fosse inicialmente indistinto, e só mais tarde (depois do final do período micénico) prevalecesse [...] uma ou outra das vogais». — Por outro lado, a evolução das soantes nasais, tipo i.-e. **ŋ* > *a*, poderia ser iluminada por um esquema como o sugerido por Leroy (*art. cit.*, pp. 321-322): **ŋ* > *an* (hit., toc., arm., lit., lat., gót. e, em parte, célt.) > *ān* (falares orientais do lit.) > *ã* (esl.) > *a* (indo-irân. e gr.)¹⁰.

Não é caso, portanto, para falar de docilidade do Autor às críticas e sugestões recebidas. Lejeune manteve, quase sempre, uma intransigente fidelidade aos seus pontos de vista (que são os «ortodoxos» da escola francesa), atitude muitas vezes de louvar, algumas de reprovar — quando a realidade científica imporia um nítido divórcio. Pensamos no caso flagrante do schleicheriano «grego comum» (pp. x, 8, 47, 269 n., por ex.), essa língua «sensivelmente unitária» que nenhum idioma do nosso tempo ajudaria a conceber, mas que o Autor continua obstinadamente a aceitar como uma cómoda realidade; pensamos na impertérrita confiança que demonstra na infalibilidade das «leis fonéticas», preferindo conjecturar fonemas impronunciáveis (tipo **g^{zwh}*: cf. pp. 31-33) a recorrer a explicações mais naturais e mais simples, como sejam «misturas dialectais que certamente existiram em todos os tempos» (Bonfante, *art. cit.*, p. 26). Mas se nos lembrarmos que é de Lejeune o artigo quase polémico *La position du latin sur le domaine indo-européen* («Mémorial des études latines», Paris, 1943, pp. 7-31), tão decididamente contrário às tendências «neolinguísticas», sentiremos bem quanto será difícil, neste campo e noutros afins, esperar uma «conversão» a breve prazo.

A reprodução fotomecânica, satisfatória em bloco, apresenta, no pormenor, vários defeitos: p. 22, *pitā* perdeu o acento; 36, evaporaram-se por completo as palavras «La voyelle *u* e la consonne *w* ont des articulations très voisines»; 68 n. 5, em *θάσσων* apagou-se de todo a quantidade do *a*; 152-153, a clareira deixada pela eliminação da forma sanscrita *gāvaḥ* foi preenchida com o desfazimento de duas abreviaturas e... o «gaguejo» de **g^{wou}*-; 182, mais de metade da página está «rarefeita»; 183, em *ŋ* desapareceu o sinal de soante; 286, perdeu-se o ponto final de parágrafo; 291, nenhum vestígio de apóstrofo em *λόγον-τιν'* (grupo de apóclise).

A revisão tipográfica foi cuidadosa e as gralhas subsistentes (por ex. p. 25 *ἔχειν* em vez de *ἔχην*, 122 *λευκος* por *λευκός*, 181 *δ-δόντ-* em vez de *δ-δοντ-*, 218 n. 4 *θυήσκω* por *θυήσκω*) são em número diminuto. Notar que a pp. 4 e 76 se lê a correc-

¹⁰ Pontos de vista originais sobre toda esta matéria em artigo recente de Rodríguez Adrados, *La vocalización de las sonantes indoeuropeas*, «Emerita», 26 (1958), pp. 249-309.

ção «alphabet cananéen», enquanto a pp. 27 e 184 se manteve, por lapso, «alphabet phénicien» da 1.^a edição. Parece-nos demasiado peremptória a afirmação (p. 244) de que *-m* latino não passava (mas quando?) de um mero sinal de nasalização. Não se menciona (p. 169) um único exemplo de **ŋ* > *ol* em eólico e arcado-cipriota, quando seria fácil recordar os alcaicos *χόλαισι* (frg. 316 L.-P.) e *μόλθακον* (338 L.-P.). Ao contrário do que sucede com *ŋ*-, *vi*-, em parte alguma se diz que, nos dialectos estritamente psilóticos (caso do lébico), *ŋ*- se articula *ŋ*-.

Não pertencemos ao número daqueles que entendem que a *Phonétique* de Lejeune «carece de um robusto enquadramento, o qual evitaria e impressão de que os seus muitos pormenores se difundem excessivamente, por lhe faltar uma rígida linha divisória entre as modificações fonéticas expostas» (Cirac Estopañán, *Manual de gramática histórica grega: I. Lecciones de fonética*, Barcelona, 1955, p. xvii): as «rígidas linhas divisórias» nem já em compêndios têm voga ou autoridade, muito menos em um tratado com justificadas pretensões a obra científica. Pensamos, ao invés, que, à parte as inevitáveis discordâncias de fundo ou de pormenor, o livro está bem construído e bem meditado: não será uma obra profundamente didáctica nem de consulta tão expedita como o *Traité* de Meillet-Vendryes — por algum motivo havia de pertencer à *Collection de philologie classique*, e não à *Nouvelle collection à l'usage des classes*... —, mas tem a sua lógica ordenação e o conforto de uma doutrina, em geral, sólida e prudente. Por isso mesmo se teria desejado que, nesta nova edição, o trabalho do corrector fosse mais extenso, mais profundo e — sobretudo — mais orgânico.

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

GENNARO PERROTTA — GIUSEPPE MORELLI, *MOYΣA. Grammatica greca*. Roma, Cappelli Editore, s.d. [1957]. XVI-514 pp.

Se para aqui trazemos o comentário deste livro escolar, é que ele nos parece exemplo satisfatório de como se deve elaborar uma gramática de grego para os estudantes remissivos ou desinteressados do nosso tempo. Há muito quem propugne as hóstias de cultura ou as sinopses pré-digeridas em muitas alíneas ou chavetas. E, no entanto, o esquematismo, em linguagem, é tão irracional como um acto contra natura. Entre gramática e geometria — está provado — o conúbio só pode gerar monstros: o asserto é válido para todas as línguas, validíssimo para a gramática

de uma língua indo-europeia. Num condensado gramatical impera o dogmatismo, e a náusea do leitor, constantemente obrigado a fazer apelo à relutância da memória. Creio porque dizes: mau sistema, sempre exorato e sempre abominável, o de jurar a esmo em regras sem justificação. O mérito deste trabalho está precisamente na confiança que Perrotta e Morelli depositaram na inteligência dos alunos: «quando o estudante tiver compreendido, ou antes *descoberto*, a razão de um facto, não tornará a esquecê-lo. E talvez que, desde então, a gramática grega deixe de lhe parecer tão árida e enfadonha: o que seria um bom ganho, com certeza.» (p. v)

Nenhum temor, por isso, em recorrer com moderação às luzes da linguística. É melhor evitar, desde o início, as «aproximações e expedientes» que tenham de ser corrigidos no ensino superior e que, à força de utilizados, gerem no espírito do aluno um deplorável cepticismo (p. vi). Assim se compreende — caso ímpar em todas as gramáticas escolares da língua grega que conhecemos¹ — que Perrotta e Morelli não hesitassem em dedicar mais de quinhentas páginas só à fonética e morfologia da língua grega.

O exagero é apenas aparente: cinquenta páginas que fossem amputadas prejudicariam o objectivo constante dos Autores — a clareza. E, reconheçamo-lo também, a verdade científica. Em nome da primeira, empenharam-se os dois heleinistas em apresentar não apenas os sólitos quadros (muito completos, aliás) da flexão nominal e verbal, mas ainda, com todo o relevo, evidentiíssimos «rectângulos» de decomposição de formas; e não se dedignaram, por exemplo, de repisar três vezes, pelo menos, o «specchietto» das contrações (pp. 58-62; e 134, 138, 272) nem de reinserir, no lugar próprio, a declinação completa dos participios do presente (diátese activa e média, 271), aoristo (activa e passiva, 313 e 333) e perfeito (activa, 350), que de algum modo se poderia considerar tratada na flexão adjectival. Em nome da segunda, obrigaram-se a fazer uma articulada exposição dos fenómenos principais da fonética grega (pp. 15-115: notável esforço!), a explicação minuciosa de todos os tipos de flexão nominal e verbal, uma ampla introdução aos tempos e modos do verbo (valorizada com o estudo da diátese e do aspecto, 239-263) e um vigilante comentário de muitos erros de doutrina e terminologia enraizados nas gramáticas tradicionais: pronúncia das surdas aspiradas (5, 7); impropriedade das designações: «mudas» (que, todavia, mantêm!), «ténues» e «médias» (15-16), ainda conservadas nas obras de um linguista como Pisani; inexistência de formas como ζάω, χαάω, inventadas pelos gramáticos (64); inconveniência da acentuação habitual de sinapóclise (εἷ τις τί μοί φησί ποτε por εἷ τις τι μοί φησί ποτε) (91-92); regularidade das crases

¹ As gramáticas gregas de Marinelli-Paoli (8.^a ed., Florença, 1955) e Pieracioni (Florença, 1954), que são as melhores em língua italiana, têm respectivamente 469 e 362 pp. (incluídas mais de cem de sintaxe!).

θαῖτα e χᾱίτα (103); natureza do -ν efelcístico (não «eufónico»!) (105); distinção entre casos «rectos» e «oblíquos» (121 n.); inexistência de um verdadeiro sufixo verbal -νν- (indicado por alguns gramáticos) (235 e 483); impropriedade dos termos «voz», «médio» e «depoente» (239-240); valor subjectivo (não «reflexo»!) da diátese média (242-243); noção de transitividade indirecta (248); carácter secundário (de «luxo», sim, mas não luxo inútil) da diátese passiva (253-254); inexpressão do tempo «relativo» em grego (ao contrário do que sucede em latim e noutras línguas) (257-258 e 391). A *Grammatica greca* de Perrotta-Morelli ganharia, por isso, em ser consultada por todos os professores de grego conscientes da sua missão e do progresso constante dos estudos.

Infelizmente, porém, e a despeito da sua inegável boa vontade e ânsia de renovação, os Autores transigiram com muitos termos inaceitáveis e algumas explicações manifestamente erróneas. Quando se tem o escrúpulo de evitar a designação imprópria «guturais», preferindo-lhe com razão a de «velares» (17, 145, 147), não se pode hesitar um momento em banir velharias como «som duro, som doce» (4, 5, 6), *mudas* (15), *espirantes* (15, 65), *fortes, doces* (16), *desaparecimento, perda, queda* (23, 24, 25, 33, 47, etc.), «vogais claras e escuras», *débeis* (50, 60), «alfa puro e impuro» (126), «*elisão* em -σ-» (157), «formas *débeis* e formas *fortes*» (252), «futuro *terceiro*» (257), «verbos *defectivos*» (em vez de verbos com supletivismo) (260), «futuro passivo *débil* e *forte*» (290, 301, 305), «aoristo *débil, forte, fortíssimo*» (308, 314), «perfeito *débil, forte, fortíssimo*» (347, etc.), «mais-que-perfeito *débil, forte, fortíssimo*» (383, etc.); além disso, é bom não esquecer que modernamente as nasais (μ, ν, γ em presença de velar) não são incluídas entre as constrictivas (18), mas sim entre as oclusivas. E quando se sente a obrigação de advertir que não existe a rigor um sufixo -νν-, porque o primeiro ν é produto de uma assimilação total regressiva de um grupo originário -σν- (235, 483, cf. 21, 70), fica-se automaticamente impedido de falar de «queda» de ν em presença de σ (por ex. 38, 66, 151, 152, 180) ou, pior ainda, no caso de πᾱν, de «*queda da dental final que provocou o alongamento compensatório do ᾱ precedente*» (181): não houve «queda» e, que houvesse, quando é que a obliteração de de uma surda (τ) provocou alongamento compensatório em grego?... πᾱν < * πᾱντ é simplesmente analógico do masculino πᾱς (Chantraine, *Morph. hist. du grec*, p. 60). Como estas, há outras explicações erróneas: prescindindo já da linguagem imprópria (quedas, perdas, desaparecimentos, mudanças de terminação, etc.) a que nos referimos, não é exacto que λάξ provenha de * κλάξ e seja comparável ao lat. *calx* (39); que τοι (* *toi*) seja a «forma originária» de σοι (* *twoi*) (89); que πόλεως «derive» da forma homérica πόλῃος (164); que, por não terem * ρ, os Gregos o «supriam» como podiam com α, «*escrevendo* [é problema de grafia?!] -τρ- em presença de vogal, -τρα- em presença de consoante» (p. 113); que o conjuntivo de εἰμι em iónico-ático proceda de * εσ-, como o homérico εῶ (446); etc.

Mas, com todas estas objecções de pormenor, o saldo da obra é largamente positivo. Tão positivo que nos faz lamentar a ausência da sintaxe. Uma lacuna, em suma, que — atenta a clarividência demonstrada na exposição sobre as diáteses, o aspecto verbal, o valor dos tempos e dos modos — Perrotta e Morelli deviam preencher em volume à parte. O qual poderia, como este, colocar-se sob a invocação da Musa propiciatória que adornava as escolas gregas². Na realidade, como dizia Pascoli e relembram os Autores, a gramática helénica arremeda a casa da estriça: *Vestibulum uideas seruare luposque leonesque, | ast intus Circae carmina longa sonant*.

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

LUIS PENAGOS, S. I., **Gramática griega** acomodada al 1.º y 2.º de griego de los Seminarios y 5.º y 6.º curso de Bachillerato. 4.ª edición. Bibliotheca Comillensis. Santander, Editorial «Sal Terrae», 1958. 166 pp. + 4 tábuas sinópticas.

—, **Gramática griega: Ejercicios**. 4.ª edición. Bibliotheca Comillensis. Santander, Editorial «Sal Terrae», 1958, 62 pp.

Um abismo separa a *Grammatica* sumarenta de Perrotta-Morelli da pobre *Gramática* sorvada de Luis Penagos. Que pensariam os autores de «*Μοῦσα*», colocados perante uma obra que realiza o prodígio de eliminar a fonética e comprimir em vinte e quatro páginas toda a flexão nominal grega (cinco páginas escassas para os substantivos atemáticos!), em quarenta e quatro a complicada flexão verbal da mesma língua?... Nós pensamos que não é lícito confundir simplicidade e simplificação. A *Grammatica* de Perrotta-Morelli é simples, sem ser simplificada; a *Gramática* de Penagos é simplificada... sem ser simples. Duvidamos mesmo que, a despeito das suas quatro edições, ela possa servir a um estudo consciente da língua grega. É uma sinopse dogmática e arbitrária, de um utilitarismo radical e muitas

² «Intitula-se *Μοῦσα* esta gramática porque em todas as escolas gregas havia a imagem da Musa, e porque *Μοῦσα* era o primeiro nome que os meninos gregos aprendiam a declinar.» (p. v)

vezes infeliz; um rígido esquadrão de formas e construções quadriculadas; a equiparação da língua a um formulário de receitas — e o aluno ao triste papel de um consumidor de sena e amargos vegetais. Vamos pelo docinho: e, em matéria de electuário, preferimos ainda um lambedor como o de Reinach, a *Eulalie ou le grec sans larmes*...

Verdade seja que não conhecemos as edições anteriores: e os excessos da simplificação podem datar precisamente desta¹. Mas é de crer, infelizmente, que desde a primeira viesse um cómodo descarte da realidade científica. Toda a criticada farragem dos compêndios tradicionais figura neste epítome: sons *suaves* e sons *fortes* (p. 10), alfas *puros* e *mistos* (13, 14), consoantes *mudas* (17, 38), *guturais* (17, 38, 54, 56), βασιλεύς, πόλις, πῆχυν, ἰχθῦς entre os *contractos* da terceira (20-21), Ἰησοῦς, Ζεύς, βοῦς, ναῦς, νῆος, χεῖρ e θοῖξ entre os *irregulares* (22), médio identificado em parte com o reflexo (36, 129), φημι, εἶμι, εἴμι entre os *defectivos* (38), verbos *mudos* (labiais, guturais, dentais, líquidos) (54-59), tempos *segundos*, futuro *segundo*, aoristo *segundo* (60-61), acusativo *genérico* (114), médio *directo*, *indirecto* e *dinâmico* (129), tempos da conjugação grega e denotarem simultaneidade, anterioridade, posterioridade (130), construção *ordinária*, construção *comum* (expressão desastrosa que se repete a partir de p. 134, e reaparece nas tábuas sinópticas finais). E lá vêm, nos raros casos de explicação de formas, as fatalíssimas *perdas*, *supressões*, *desaparecimentos*, *mudanças* (eufónicas ou não)... Assim, por exemplo, πατήρ «omite» o ε do «radical» no genitivo e dativo do singular (18: e no dativo do plural?); os nomes em -ις, -υς, -εως «perdem» geralmente o -ς no vocativo (18), os neutros em -ας, -ατος (tipo κέρας) «suprimem»... o τ (!) e contraem as vogais em contacto (21), alguns adjectivos no comparativo «eliminam» o ο ou «mudam-no» em -αι (!): caso de φίλος [sic], φίλτερος, γερος [sic], γεραιότερος (28, n. 2)... Também não se percebe muito bem porque as flexões temática e em -ā hão-de ter as honras de dual, e a atemática (bem como os adjectivos e os pronomes) vir desprovida dele: demais, não é exacta a alegação (12) de que o dual, no período clássico (?), é substituído pelo plural. E escusado será dizer que a análise das formas, à força de arbitrária, se torna de bem pouca utilidade: λέω, βλέπω, ἀγγέλλω, mas τί-θη-μι, ἔ-η-μι, e logo φημι, εἶμι, εἴμι (38)! Nos paradigmas, ao invés, λῶ-σομαι, λυ-έσθω (sem separação de vogal temática, características temporais e desinências) de um lado, τίθημι, ἵημι,

¹ Diz o prólogo da edição (p. 5): «Na morfologia, procurámos facilitar o mais possível o seu aprendizado. Por isso apresentamos declinações e conjugações na sua maior simplicidade.» Quanto à sintaxe, «expomos com amplitude [?] as regras mais usadas pelos autores gregos, prescindindo de esquisitices e matizes próprios de estilistas consumados».

ἴστημι, δίδωμι, δείκνυμι de outro... mas φημί; depois εἶμι, οἶδα, mas κάθημαι, κεῖμαι! O reino do caos. É tão clara, de resto, a falência do Autor neste particular que ele próprio aconselha, a p. 58: «N. B. — O mais prático sobre os verbos líquidos é estudar os principais, que são poucos, como se fossem verbos irregulares, deixando de lado estas regras gramaticais acerca da formação dos seus tempos².»

Os exemplos citados, e dezenas de outros que seria fastidioso enumerar, demonstram bem a infelicidade de uma obra que, de preferência a «gramática», se deve considerar, com muitas reservas, um medíocre «repetidor». Sinceramente, muito sinceramente desejamos que o Autor arripie caminho em edições futuras. Assim o exige o interesse dos alunos, e a beleza de uma língua que se quer aprendida com afecto e não com repugnância.

Apresentação gráfica aceitável, embora modesta. A revisão, satisfatória na parte morfológica, é mais descuidada na sintáctica.

Em volume anexo, o Autor publicou cento e trinta e três exercícios, muito singelos, de aplicação dos paradigmas e regras gramaticais: todos, em grupos de dois ou de três, precedidos de sucinto vocabulário; nenhuma anotação suplementar.

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

QUINTINO CATAUDELLA, *La novella greca. Prolegomeni e testi in traduzioni originali*. Collana di Antologie diretta da Giovanni Macchia. Nápoles, Edizioni Scientifiche Italiane, [1957]. 408 pp.

O leitor encontra neste trabalho de Quintino Cataudella, além de uma extensa monografia sobre a novela grega, um conjunto de textos criteriosamente seleccionados, e em tradução original.

A introdução merece uma especial referência. Nas 172 pp. iniciais, o A., que de modo algum se limitou a compilar teses e sugestões alheias, deu-se a uma tarefa útil e necessária, pois tratou exaustivamente a problemática da origem e desenvolvimento da novela grega. Oferece-nos uma visão do estado actual do assunto.

² Nosso o itálico e o espcado.

Parece-nos de toda a conveniência que a obra de Cataudella tenha começado, como começou, por definir o conceito de novela a estabelecer as diferenças entre esta e as formas afins da narrativa de invenção. Apesar de nem Gregos nem Latinos terem possuído uma palavra específica para designar este «género» (aqueles usavam λόγος, ἀπόλογος, αἶνος, διήγημα, διήγησις, πλάσμα, δοῦμα; estes, *fabula*, *fabella*, *enarratio*, *historia*, *mythistoria* e ainda *res ficta*, *exemplum fictum*, *argumentum*), apesar de o termo actualmente empregado ser de origem italiana, a novela grega (e greco-latina) apresenta características próprias.

No seu primeiro momento, é certo, a novela não constituía um «género» e andava ligada e confundida com os mitos, a epopeia, a narrativa histórica ou pseudo-histórica, aflorava na poesia lírica e na poesia dramática. É a fase que Menéndez Pelayo apelidou de «novela antes da novela». Só depois é que surge como forma artística independente.

Tem interesse ver como, na obra a que nos referimos, está tratado o problema da origem da novela grega. O A., aludindo a algumas correntes da moderna crítica, — por exemplo Reinhardt (*Das Parisurteil*, Francforte do Meno, 1938) —, que admitem um fundo novelístico subjacente aos poemas homéricos, põe o problema nos seus devidos termos: «Temi novellistici si possono dunque riconoscere nell'*Iliade*, e la stessa costruzione dell'intera *Iliade* è stata supposta da taluno — ma non è facile dare ragione in tutto a tali critici — come modellata [...] su uno svolgimento epico, che abbiamo riconosciuto di carattere novellistico, dunque su una trama di novella. Con molto maggior ragione e verosimiglianza una cosa simile si può dire, ed è stata detta, per l'*Odissea*, alla quale si adatta meglio — anche se storicamente non sia da accettare — la definizione romantica e vichiana di poesia ispirata dal popolo» (pp. 24-25). Mais adiante, estabelece-se: «A noi non spetta, qui, prendere posizione circa il problema generale della composizione dell'*Odissea*, a noi basta riconoscere [...] il carattere e l'origine novellistica di talune significative parti del poema» (p. 29).

E no capítulo III, Cataudella, já que no seu desenvolvimento a novela segue os caminhos apontados por Homero, recusa-se a aceitar a tese de uma origem distinta para a novela séria e para a realista. Dêmos a palavra ao A.: «Parlare della storia — come fa la Trenkner — come fonte della novella seria, e dell'aneddoto come fonte della novella realistica [...] vuol dire mettersi un po' fuori della storia e giudicare in astratto» (pp. 39-40). Para o A., a génese da novela explica-se de modo diverso: «Per noi — e non solo per noi — la novella è dunque una forma «decaduta» di storia; dall'impostazione storica o pseudostorica [...] si passa [...] a un'impostazione in cui l'invenzione opera sulla materia storica con evidenti deformazioni e anacronismi; e da questa a una forma in cui, pur restando press'a poco uguale la vicenda narrata, ai personaggi dai nomi storici sono sostituiti altri di pura invenzione, e infine a una forma (che è già, in un certo senso, degenerazione della novella), in cui

ai personaggi di pura invenzione vengono sostituiti personaggi «tipici», puramente generici» (pp. 40-41). Este processo, que na Jónia encontrou condições excepcionais para se realizar, é válido, ainda que lhe falte alguma das fases apontadas.

Nos capítulos seguintes, o A. examina as manifestações novelísticas na elegia, na poesia coral, na história e até nas artes figurativas. Ocupa-se também do problema da novela ática.

Para darmos uma noção mais completa das intenções e estrutura da obra, transcreveremos os títulos dos vários capítulos do prefácio:

«La novella e le forme affini della narrativa d'invenzione; la novella e l'epica; la novella erotica nella poesia lirica e nella storiografia; la novella «attica» nella poesia drammatica; la novela «storica»; la novella nell'elegia e nella letteratura parodioxografica e metamorfica; la novella nella favolistica, negli epistolografi, nei paremiografi e nella pittura parietale; la novella e le declamazioni retoriche; Sibaritiche e Milesie; raccolte di novelle.»

Da selecção de textos, que constitui a segunda parte deste notável trabalho, diremos apenas o seguinte: não falando dos méritos da tradução, basta referir, para avaliar o intuito do compilador, que, nos noventa e sete trechos escolhidos, estão sucessivamente representados Homero, Heródoto, Nicolau Damasceno, Xenofonte, Plutarco e Pseudo-Plutarco, Aristobulo, Cares, Ovídio, Flégon de Trales, Museu, Aristeneto, Luciano, Pedro, Ésquines, *Vita Aesopi*, Bábrio, *Aesopica*, Parténio, Antonino Liberal, Cónon, Eliano, Petrónio e Apuleio.

Especialmente por esta antologia da novela grega, o trabalho de Cataudella poderá interessar um público mais vasto — todos os que não cessam de admirar a extraordinária vitalidade da mensagem helénica.

MARIA ALICE NOBRE GOUVEIA

JUAN L. PEDRAZ, S. J., *Los resortes de la persuasión en la Oratoria Sagrada*. Santander, Editorial «Sal Terrae», 1956. 228 pp.

Se é verdadeiro o velho aforismo *poetae nascuntur, oratores fiunt*, quem pretender aperfeiçoar-se na difícil arte da palavra encontra neste manual de Oratória de Pedraz um precioso auxiliar.

Quase sempre livros deste género se abrem com certa prevenção, pois, normalmente, há a convicção de que, quem não tem autêntico *pectus* oratório, de pouco ou nada lhe valerá o melhor dos métodos.

Por isso mesmo é que o Autor, logo na introdução, principia por desfazer qualquer ilusão a este respeito. Evidentemente que «no hay método alguno que aumente las cualidades del sujeto». Um método não pretende criar qualidades, mas sim explorá-las, fazer com que sejam realizadas ao máximo.

Embora este tratado seja destinado directamente aos candidatos a oradores sagrados, pode igualmente ser de grande utilidade para oradores de qualquer tribuna. Saindo dos moldes dos tradicionais tratados de Oratória, Pedraz dá-nos o fruto de muitos anos de experiência no ensino da matéria, vindo por isso as ideias que explana, as sugestões e observações que faz, prestigiadas por grande eficiência prática. Nada de apriorismos inúteis. Reside aqui o seu principal mérito. Não pretende tanto «enseñar cómo hay que ser un discurso, cuanto cómo hay que hacer para que un discurso sea interesante, persuasivo, actual, etc.» (p. 15).

O livro consta de duas grandes partes:

a — Técnica das ideias a apresentar («Técnica del Fondo»).

b — Técnica da forma na apresentação das ideias («Técnica de la Forma»).

Definindo a Oratória como a «arte de expor ou impor ideias», o Autor classifica os discursos pela finalidade visada pelo orador. Este pode querer persuadir, emocionar, demonstrar ou explicar. A cada género corresponde uma técnica especial.

É evidente que as ideias, independentemente da forma como são apresentadas, têm já de si uma força intrínseca de persuasão e de emoção. Toda esta primeira parte pretende ensinar como se pode aumentar a força intrínseca das ideias.

Grande abundância e variedade de exemplos, tirados muitos deles de obras célebres da Oratória clássica, assim como grande número de temas para exercícios práticos, valorizam muito esta parte da obra.

Em toda a segunda parte desenvolve-se a chamada Técnica da Forma, outra mola real da persuasão.

Interessantes observações psicológicas e filosóficas acompanham a desenvolvida explanação sobre a *sensibilização* e visualização das ideias a expor, sobre a técnica de *comparar* e, por último, sobre o *estilo*, tudo com abundância de exemplos práticos que ajudam muito a compreensão da parte teórica.

No fim vêm alguns exemplares de sermões, charlas, etc., feitos por alunos, segundo o método preconizado neste tratado.

Em suma, óptimo instrumento de perfeição na difícil *ars dicendi*.

MANUEL PAULO

PLVTARCHI *Moralia*, vol. V, fasc. 1. Recensuit et emendauit C. HUBERT. Praefationem scripsit M. POHLENZ. Lipsiae, in aedibus B. G. Teubneri. MCMLVII. XXX + 142 pp.

A edição dos *Moralia* na Colecção Teubneriana prossegue activamente. Este novo fascículo contém os chamados *libelli politici*, uma série de opúsculos que provavelmente reflectem uma faceta do ensino da Academia de Plutarco, e, como tais, acrescentam ao seu interesse especulativo um valor informativo considerável. A série de pequenos tratados incluídos nesta rubrica compreende pois: *Maxime cum principibus philosopho esse disserendum*, *Ad principem ineruditum*, *An seni sit gerenda respublica*, *Praecepta gerendae reipublicae*, *De tribus reipublicae generibus* e *De uitando aere alieno*. Deste grupo, Pohlenz salienta o diálogo *De tribus reipublicae generibus*, por quase nos fazer assistir a uma aula do autor, e *An seni sit gerenda respublica*, pela sua importância autobiográfica.

O editor de Plutarco tem de resolver problemas de crítica textual não menos difíceis do que os que se deparam aos estudiosos dos autores da época clássica. Pelo interesse e permanente actualidade dos temas versados, muitas das obras deste escritor foram largamente difundidas e copiadas, o que implica também o aparecimento de grande número de variantes. Estão principalmente neste caso os *Praecepta gerendae reipublicae*, nos quais C. Hubert seleccionou para o seu aparato crítico as lições de oGVFISII, citando as demais variantes apenas ocasionalmente. O prefácio, da autoria de M. Pohlenz, historia ainda a tradição do texto de *De tribus reipublicae generibus* (já corrupto na Antiguidade — em Estobeu, por exemplo) cujo arquétipo deverá ter sido escrito pouco antes da idade bizantina, de *Maxime cum principibus*, *An principem ineruditum* e *An seni*, para os quais estabelece os códigos XyJ como pontos de partida, e de *De uitando aere alieno*, cujas cópias não ascendem àquém do século XIII.

Esta edição representa sem dúvida um assinalado progresso na restituição do texto da obra de um dos mais curiosos, polimórficos e fecundos espíritos da Antiguidade. E as vicissitudes por que passou a composição deste volume V, como aliás a de tantos outros da mesma prestigiosa colecção, são uma prova emocionante do espírito de continuidade e perseverança dos cientistas de um país: principiada por J. Wegehaupt, teve de ser continuada por W. Sieveking, e só pôde ser terminada por C. Hubert, que efectuou as necessárias colações e reuniu as notas e referências que iluminam muitos passos do texto destes opúsculos.

MARIA HELENA ROCHA PEREIRA

ANTÓNIO FREIRE, S. J., *Retroversão Latina*. Livraria Apostolado da Imprensa. Porto, 1958. 235 pp.

A composição latina tem sido bastantes vezes descurada no ensino oficial, com manifesto prejuízo do bom aproveitamento dos estudantes. Contudo, tal como nas línguas modernas, a retroversão para latim apresenta a indiscutível vantagem de obrigar a fixar, aplicando-o, o vocabulário e as regras de morfologia e sintaxe. E, mais do que os idiomas contemporâneos — porque essa qualidade é específica dos clássicos —, constitui um excelente exercício intelectual, verdadeira ginástica do espírito. Por todos esses motivos é que o tema deve ocupar lugar de relevo nos programas, mesmo no ensino superior. Em Oxford, por exemplo, os alunos têm de apresentar semanalmente uma composição ao seu tutor, e uma das provas de exame para obtenção do grau de bacharel é a de retroversão grega e latina, com carácter obrigatório; facultativamente, acresce a de composição em verso nessas mesmas línguas.

Entre nós, o novo plano de estudos das Faculdades de Letras, ao dividir em duas matérias distintas a cátedra de Língua e Literatura Latina, veio recentemente possibilitar o estudo mais intenso de uma, sem prejuízo de outra. E, deste modo, caberá mais facilmente no programa de Língua Latina, em complemento do estudo científico da mesma, inseparável do ensino universitário, uma prática mais aturada da tradução e da retroversão.

Para esta última, a bibliografia em português é escassíssima, para não dizer nula, contrariamente ao que sucede noutros países. É por isso que o livro do Rev. P.^o Dr. António Freire, S. J. — autor já bem conhecido pelos seus trabalhos em diversos campos, nomeadamente no didáctico, onde se têm sucedido as edições da sua *Gramática Grega*, *Selecta Grega* e *Gramática Latina* — é bem vindo como introdução a esse género de exercícios.

Destina-se ele sobretudo a aplicar doutrina expressa na já referida *Gramática Latina* do mesmo autor, e por isso são contínuas as remissões de um para outro livro. Temos como especialmente úteis, e como um dos maiores méritos da obra, a longa série de exercícios a duas colunas, com a tradução latina a par das setenças propostas, porque facultam ao aluno o conhecimento de exemplos concretos de aplicação da matéria estudada. E, neste grupo, apreciámos em particular a presença de grande número de frases de sabor moderno, como esta, colhida, ao acaso, na p. 9:

«Em dois meses aprendeu a língua francesa e ensinava-a aos filhos.»

Duobus enim mensibus linguam Gallicam didicit eamque liberos edocebat.

A preocupação de encontrar equivalentes latinos para certas manifestações da vida hodierna, que se notava já num interessante apêndice à *Gramática*, surge agora repetidamente, dando ao livro um ar de juventude que decerto agradará à mocidade, a quem se destina. Discordamos, no entanto, de toda a latinização de nomes que ultrapasse a dos de baptismo (como, por exemplo, a p. 101) — no que aliás não fazemos mais do que conformar-nos com uma norma estabelecida há alguns anos, e correntemente aceite. Igualmente preferimos *Conimbriga* a *Conimbrica*, forma não documentada. Embora uma e outra prática estejam amplamente atestadas nos nossos humanistas de Quinhentos, parece-nos mais aconselhável não a seguir.

São de louvar a variedade, elegância e segurança do fraseado, que tem o cunho da originalidade, forjada num longo convívio com os autores. Desta última preocupação, logo nos adverte o prefácio, ao dizer:

...satiŭ habui sententias ex meo excudere marte, quam ex Latinis eruere scriptoribus.

Os exercícios estão distribuídos por cinco anos, partindo do emprego dos casos para chegar até à sintaxe dos modos e a noções de estilística, prosódia e métrica. Seria agora para desejar que o Rev. P.^e Dr. Freire completasse o seu trabalho com um segundo volume, para os últimos anos, constituído por textos seguidos, talvez mesmo versões de passos escolhidos dos nossos clássicos. Que o Autor tem a preparação e as qualidades para o fazer, demonstra-o amplamente esta *Retroversão Latina*, que saudamos como um excelente contributo para o aperfeiçoamento dos estudos clássicos.

MARIA HELENA ROCHA PEREIRA

VIRGIL, *The Aeneid*. Translated into English prose with an introduction by W. F. JACKSON KNIGHT. The Penguin Classics. Penguin Books Ltd., Harmondsworth, Middlesex, 1956. 361 pp. + 2 mapas + um esquema genealógico. Preço: 3 s. 6 d.

A colecção dos *Penguin Classics*, sob a direcção de E. V. Rieu, tem publicado, no decurso destes últimos anos, com assinalado êxito, traduções novas das obras-primas da literatura universal. E nunca será demais lembrar que a versão dos Poemas Homéricos, da autoria do próprio organizador da série, conta entre os *best-*

-sellers desta década, nomeadamente a *Odisseia*, que chegou a ser impressa duas vezes no mesmo ano.

Caracterizam-se estes trabalhos pela simplicidade e clareza de linguagem, em vez da pompa shakespeariana com que os ingleses habitualmente revestem as suas traduções dos autores clássicos. Tal método tem, pelo menos, a vantagem de facilitar ao leitor não-iniciado o acesso às grandes obras. E, se alguma vez se foi longe demais, como nos parece que é, em parte, o caso da versão de *Os Lusíadas* por William C. Atkinson, pode afirmar-se, que, no conjunto, o processo dá uma impressão de simplicidade, quase de espontaneidade, que é a melhor garantia de agrado da parte de quem lê.

Está neste último caso a nova tradução de W. F. Jackson Knight, professor da Universidade de Exeter e conhecido especialista de problemas virgilianos. Ele mesmo proclama o cuidado que, nesse aspecto, lhe mereceu o seu trabalho:

«Obviously it must be contemporary English, reasonably smooth and free from any serious jolts. To make the story of the Aeneid dull, slow-moving, hard to read, or obscure, would probably be the unfairest thing of all, both to the reader and to Virgil himself.» (p. 22).

A sua versão, simples, sem deixar de ser elegante, e fiel, sem dureza, torna extremamente agradável a leitura seguida do poema. Uma lista das variantes adoptadas, em relação ao texto de Oxford, e um glossário de nomes, sintético e preciso, um mapa de Lácio, para ilustrar a segunda parte do poema, outro do Mediterrâneo, para documentar a primeira, e ainda a árvore genealógica das casas reais de Tróia e de Micenas ajudam a esclarecer o leitor sobre os dados históricos e geográficos da epopeia.

Mas, mais importante ainda, é a introdução, que condensa em relativamente poucas páginas o que urge saber para a compreensão da *Eneida*. Aí mais se evidencia o profundo conhecimento que o Autor tem das diversas questões que sucessivamente apresenta: situação da *Eneida*, entre o paganismo e o cristianismo; vida de Virgílio e sua posição na política de Augusto; obras; o género épico e a *Eneida*; ideias morais que a informam; o processo de trabalho do poeta e as suas fontes; incongruências da obra incompleta; a musicalidade do verso; dificuldades da tradução; influência da *Eneida* no mundo ocidental.

De passagem, o Autor toma posição em diversas questões virgilianas. É com prazer que o vemos aceitar a autenticidade de dois poemetos apenas da *Appendix Vergiliana* (certamente os n.^{os} 8 e 10 do *Catalepton*). A sua interpretação da temática das *Bucólicas* como «ten short poems, professedly fiction about goatherds and other country people, but sometimes mentioning real people, some of them

contemporary, or hinting at realities in a highly elusive kind of allegory... and underlying it... a deep wisdom» (p. 12), sem cair no exagero interpretativo de L. Herrmann e de outros, mantém-se no clássico e virtuoso meio. Especialmente felizes, a nosso ver, a definição de poesia épica (pp. 12-13) e dos conceitos e tendências fundamentais da *Eneida*. Jackson-Knight atribui como *motto* à epopeia o famoso «nada em excesso» grego e «sê fiel» (*be true*) romano. Esta fidelidade é a que decorre do epíteto de *pius*, constantemente atribuído a Eneias, e que pressupõe a lealdade aos deuses, à pátria, à família, amigos e subordinados. A tendência para a reconciliação e harmonia, patente em toda a epopeia, e, sem dúvida, expressão do sentimento geral da época, exemplifica-a o A. com o símile aplicado a Vulcano, quando se levanta para forjar armas novas a Eneias.

Para ilustrar os processos de trabalho do poeta, o A. analisa a discutida cena entre Eneias e Helena, no canto II. Como é sabido, tal passo não consta da edição da *Eneida* por Vário e Tuca, e foi unânimemente rejeitado pelos críticos alemães da primeira metade do nosso século, a partir de Leo, mas tem encontrado acolhimento junto dos estudiosos de outros países, e actualmente é considerada autêntica. O A. apresenta-a como um exemplo notável de reelaboração de um episódio transmitido por uma tradição não-homérica. Sobre a sua origem, aliás, é provável que ainda possamos vir a ser esclarecidos. Ainda há pouco, com a publicação de mais um volume de papiros, se revelou uma nova cena passada em Esparta, entre Menelau, Helena e Telémaco, em versão distinta da que se conhecia da *Odisseia*, e tratada por Estesícoro (1). Quantas mais novidades não poderemos vir a ter neste campo, que melhor ilustrem, não só a lírica grega arcaica, mas as fontes de Virgílio, como já aconteceu quando se descobriu, por exemplo, a Ode V de Baquilides!

A propósito da publicação da *Eneida*, notamos que o A. aceita a informação da *Vita Donati* sobre a aquiescência final do poeta.

Por duas vezes se faz referência, na introdução, ao Livro VI e ao célebre «ramo de ouro». Lembrando-se certamente do exemplo de Frazer, que tentou escrever um ensaio sobre este último, e acabou por se expandir em doze grossos volumes, o A. limitou-se a poucas palavras. Evidentemente que a natureza deste prefácio desaconselhava o tratamento mais demorado do tema. Mas esperamos que, em ocasião mais adequada, nos dê a conhecer por completo o seu pensamento neste ponto, sobre o qual sabemos que se encontra profundamente informado.

Quanto à influência de Virgílio, estranhámos que o A. não tenha mencionado o decisivo contributo da interpretação messiânica da *IV.^a Bucólica*, que verdadeira-

(1) Cf. Werner Peek, *Die Nostoi des Stesichoros* in *Philologus*, Band 102, 1958, pp. 169-177.

mente fez do Mantuano um profeta quase cristão, desde os tempos de Lactânio e do imperador Constantino. Apesar de contestada já por não menor autoridade do que S. Jerónimo, tal interpretação campeou triunfantemente durante séculos. Lembremos apenas a égloga sacra *Messiah*, de Pope, imitação da *IV.^a Bucólica*, e os conhecidos versos de Victor Hugo sobre a mesma égloga.

Eis algumas das reflexões sugeridas pela leitura da introdução, que constitui, sem dúvida, uma excelente preparação para a leitura do poema, e que, pela sua clareza, rigor e capacidade de síntese, forma um belo pórtico à nova versão da *Eneida*.

MARIA HELENA ROCHA PEREIRA

ATHENÉE DE NAUCRATIS, *Les Deipnosophistes*. Livres I et II. Texte établi et traduit par A. M. DESROUSSEAUX, directeur d'études à l'École des Hautes Études, avec le concours de CHARLES ASTRUC, conservateur au Département des Manuscrits de la Bibliothèque Nationale. Collection des Universités de France, publiée sous le patronage de l'Association Guillaume Budé. Paris, Société d'édition «Les Belles Lettres», 1956. LXXIII + 177 pp. duplas + 30 pp.

Desde o Renascimento que o diálogo entre os *Deipnosofistas* constitui um inesgotável manancial de informações sobre os mais variados aspectos da vida e da cultura gregas, delícia daqueles que entendem que o nosso conhecimento do mundo clássico seria ainda mais mutilado e imperfeito, se nos limitássemos ao estudo da língua e da literatura. Sem os livros de Ateneio, não teriam chegado aos nossos dias fragmentos inúmeros, sobretudo dos líricos e dos cómicos, que de outro modo seriam desconhecidos. É certo que os achados papirológicos no Egipto vieram recentemente demonstrar que tão vasta informação, designadamente no que toca à comédia de transição e à comédia nova, não era exclusiva de Ateneio, conforme nota o Prof. Desrousseaux. Mas o papel de transmissor da cultura desempenhado por este «diálogo gigante», como lhe chamou Wilamowitz, nem por isso fica diminuído.

A extensão desmedida da obra condicionou, como era de esperar, a sua redução a epítomes sucessivos, o que dificulta singularmente a tarefa do editor. Para

isso, encontrava-se especialmente preparado o Prof. Desrousseaux, que desde 1887 tinha efectuado a colação integral do MS A (*Marcianus Graecus 447*), com o fim de preparar os volumes de Ateneio para a colecção Firmin-Didot. Só agora, porém, as circunstâncias permitiram que nos fosse apresentado o resultado do seu longo e paciente trabalho.

Uma extensa introdução, escrita numa linguagem mais pitoresca do que seria de esperar numa obra científica, aborda sucessivamente os principais problemas atinentes a esta obra: a personalidade do autor e os seus modelos literários; identificação das figuras do diálogo; história da obra; suas fontes; a tradição manuscrita, desde o segundo epitome a que se haviam reduzido os trinta livros iniciais, focando a questão da transliteração em minúsculas e suas consequências; análise das edições e traduções anteriores; princípios seguidos nesta edição, na tradução e no comentário.

O A. estabelece quatro fases na transmissão do texto: os primitivos trinta livros, que nunca chegaram até nós; o primeiro resumo, em quinze livros, restituído por conjectura; o segundo, com falta de dois livros e do começo do terceiro; e o terceiro, mais completo do que o anterior.

Do segundo resumo, considera representante mais antigo, desde III 74 a a XV 702 c, o *Venetus A* — seguindo na esteira de J. Schweighauser. É esse códice que usa como base do seu texto, excepto, evidentemente, para os dois primeiros livros e começo do terceiro, onde teve de empregar C, E e B.

Ainda na introdução, o A. dá-nos conta dos obstáculos que se deparam ao editor de Ateneio, que, para este livro fora do comum, tem de estabelecer, não um texto, mas centenas deles, e ao tradutor, que se vê na necessidade de verter para a sua língua inúmeros nomes de peixes e de outros animais, que os dicionários quase sempre confundem. A demorada experiência pessoal que temos de uma e de outra dificuldade faz-nos compreender o embaraço do A. e admirar o extremo cuidado com que se esforçou por resolvê-lo.

De passagem, gostámos de ver salientar, a pp. LII-LIII, a mudança de rumo nos Estudos Clássicos, operada pouco antes do começo do último quartel do século passado, e devida sobretudo ao desenvolvimento das ciências auxiliares.

Na nota de p. XXVI, o A. faz referência ao hábito de ler sempre em voz alta, na Antiguidade, ainda que se estivesse só. A questão tem sido largamente discutida, mas não podemos deixar de subscrever a opinião emitida, não há muitos anos, pelo Prof. E. G. Turner, ao dar a sua lição inaugural da Cadeira de Papirologia na Universidade de Londres (1): basta o conhecido passo da cena da entrega da carta de

(1) E. G. Turner, *Athenian Books in the fifth and fourth centuries B. C.*, London, 1951, p. 14, n. 4.

Ifigénia a Orestes, na *Ifigénia na Táuride*, de Eurípides, para provar o contrário, pelo menos para a época clássica:

αὐτὴ φράσει σιγῶσα τὰγγεγραμμένα (763).

A tradução é correcta e elegante, e consegue tornar claro e compreensível um texto cheio de descontinuidades estilísticas.

Em resumo, os estudiosos devem felicitar-se por esta nova edição de Ateneio, tanto mais de apreciar, quanto é certo que as melhores dentre as anteriores (nomeadamente a Teubneriana, de Kaibel) se encontram há muito esgotadas. Esparemos a sua continuação para breve.

MARIA HELENA ROCHA PEREIRA

PÍNDARO, Olímpicas. Texto, introducción y notas de M. FERNÁNDEZ-GALIANO. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Clásicos «Emerita» Griegos y Latinos con Notas. Madrid, Instituto «Antonio de Nebrija». 2.^a edición, revisada, 1956. 342 pp.

Dissemos no volume anterior desta revista, ao fazer a recensão da edição crítica de Píndaro de B. Snell, que os estudos sobre o Poeta tebano tinham levado um incremento animador nestes últimos anos. Aqui temos, na nossa frente, mais uma comprovação desse facto: a segunda edição das *Olímpicas* na colecção dos *Clásicos Emerita*, agora num só volume, que veio substituir a obra em dois tomos, publicada em 1944 pelo mesmo editor.

O Professor Galiano tem-se consagrado, já há alguns anos, ao estudo dos líricos gregos, e especialmente de Píndaro. São bem conhecidos os seus trabalhos acerca dos papiros pindáricos (in *Emerita*, XVI, 1948, pp. 165-200), preliminares da publicação de um *Lexicon Pindaricum*, cuja necessidade se faz sentir de forma premente, pois só quem tem a felicidade de trabalhar nas grandes bibliotecas encontra ainda um exemplar de Rumpel, que aliás tem de completar, a cada passo, com o suplemento final da edição de Snell.

Todo esse seu longo contacto com Píndaro pôde ser aproveitado, portanto, para esta edição correcta, que o conhecido Professor madrileno oferece aos estudantes que abordam as odes do difícil poeta. Do carácter didáctico desta obra decorre a amplitude do comentário, onde abundam as notas de natureza linguística, literária, histórica, mitológica, que o texto requer. Cada ode, aliás, é precedida

de uma introdução, em que se analisam as ideias nela contidas, o mito, data, qualidade e origem do destinatário, e ainda um esquema temático e outro métrico.

Para se compreender o texto de Píndaro, é preciso um mundo de conhecimentos e informações. Na sua introdução geral, o A. faz uma exposição clara e rigorosa, que permite logo enquadrar as *Olimpicas* no ambiente em que foram compostas, falando-nos sucessivamente do santuário de Olímpia, da organização dos Jogos e suas consequências para a vida grega, dos epínícios, das odes e sua estrutura, da biografia de Píndaro, suas relações com os clientes, viagens, carácter e obras, sua glória junto da posteridade, tradição textual, métrica e linguagem (uma pequena «gramática» de Píndaro, de 43 páginas), estilo e ideário, mitos, religiosidade. Segue-se a bibliografia, as vidas antigas, uma tábua cronológica, um esquema da genealogia de Hierão e de Terão e um plano de Olímpia.

Pelo que toca à introdução, apenas nos surpreende que o A. considere autêntica a notação musical do começo da *I.^a Pítica* (p. 22), transmitida pela *Musurgia Vniuersalis* de Athanasius Kircher, em 1658. Apesar da brilhante defesa feita por Paul Friedländer (1) em 1934, hoje poucos são os que não a têm apenas na conta de mais uma das muitas fraudes que obscurecem o nosso escasso conhecimento da música grega.

No comentário, registamos com prazer que o A. continua a manter a sua interpretação do v. 82 da *II.^a Olímpica* e a admitir a possibilidade de um acusativo dórico no v. 78, embora aceite a lição mais corrente nos manuscritos. Para outros passos desta mesma ode, encontrámos outra interpretação, que o ilustre Professor madrileno aceita em parte, segundo lemos em recensão publicada na revista *Emerita* (2). Notamos ainda o paralelismo estabelecido entre *πάρεδρος* de *Ol. II*, 84 e o de *Ol. VIII*, 22, que é, indirectamente embora, um dos nossos argumentos a favor da identificação de *πατήρ* de *Ol. II*, 84 com Zeus, e não com Cronos, mediante uma ligeira correcção do verso seguinte.

Esta nova edição, além de algumas emendas inevitáveis e naturais, no decurso de doze anos de estudos, foi refundida no prefácio, especialmente no capítulo sobre a transmissão do texto, no da linguagem (agora muito mais extenso) e no da métrica, onde abandonou a nomenclatura e escansão ultrapassada de versos «logaédicos», para adoptar a classificação moderna, baseando-se sobretudo nos trabalhos de

(1) Paul Friedländer, *Die Melodie zu Pindars erstem pythischen Gedicht in Berichte über die Verhandlungen der Sächsisch Akademie der Wissenschaften zu Leipzig, Philologisch-historische Klasse*, 86. Band, 4. Heft. Leipzig, 1934.

(2) Tomo XXV, 1957, pp. 531-533, recensão a *Concepções Helénicas de Felicidade no Além, de Homero a Platão*, Coimbra, 1955.

A. M. Dale. Na introdução a cada ode, porém, não vai ao ponto de empregar a notação com letras e sinais convencionais. Pela nossa parte, felicitamos o A. por ter preferido a antiga, embora com a divisão moderna. Pertencemos ao número dos que subscrevem inteiramente a opinião há pouco expendida por Werner Peek, ao analisar um novo fragmento de Estesícoro, de que tal notação dá aos textos a aparência «als handle es sich nicht um Verse und lebendige Rhythmen, sondern um eine Summe mathematischer Formeln» (3).

O plano de Olímpia também foi agora actualizado, de acordo com os dados de Schleif, *Die neuen Ausgrabungen in Olympia*, Berlin, 1943. A bibliografia, amplamente completada, inclui agora uma nota sobre as versões catalãs do texto do poeta.

Uma larga e segura informação, um comentário adequado e útil caracterizam esta reedição de Píndaro, à qual auguramos o êxito que merece.

MARIA HELENA ROCHA PEREIRA

PAUL MAAS, *Textkritik*. 3. verbesserte und vermehrte Auflage. B. G. Teubner Verlagsgesellschaft, Leipzig, 1957. 34 pp.

A *Textkritik* do Prof. Paul Maas, que as Edições Teubnerianas em boa hora se lembraram de destacar da *Einleitung in die Altertumswissenschaft* de Gercke-Norden, teve acolhimento tão favorável que, sete anos depois, se tornou necessário reeditá-la. Já nessa altura aparecera em Florença a versão italiana (Felice Le Monnier, 1952), e teria igualmente sido publicada uma tradução portuguesa algum tempo antes dessa, se dificuldades de vária ordem a isso não obstassem. A versão inglesa acaba de aparecer.

O livro do Prof. Paul Maas é, na verdade, uma pequena obra-prima, daquelas que recolhem numa síntese luminosa o saber clarificado ao longo de uma carreira brilhante de investigador. É esquemático, sem ser omisso, e rigoroso, sem ser dogmático.

A terceira edição mantém a disposição de matérias da anterior: Bibliografia (crítica); A. Conceitos básicos; B. *Recensio*; C. *Examinatio*; D. Consequências para

(3) *Die Nostoi des Stesichoros in Philologus*, Band 102, Heft 3/4, 1958, p. 170, nota.

o estabelecimento de uma edição crítica; E. Exemplos; Apêndice: *Erroris significatiui* e tipos de *stemmata*. Mas acrescenta a este um outro apêndice (*II. Rückblick 1956*), no qual aproveita a oportunidade para esclarecer alguns pontos da sua doutrina: «Evidência latente», *Recentiores, non Deteriores* e «Conjecturas Diagnósticas», e ainda um utilíssimo índice, que só é pena não separe assuntos de nomes de autores ou de passos citados.

Particularmente incisiva é a nota acima mencionada sobre *Recentiores, non Deteriores*, em que o A. abandona a classificação de «bom» e «mau» para os *testimonia*, a favor da de «dependente» e «independente». Lembra ainda a este propósito a terminologia que os críticos textuais ingleses de edições do séc. XVI e XVII começam a usar — *substantive* em vez de *independente* — terminologia essa que, declara o A., não ousa adoptar. Pelo que toca à nossa língua, não seria fácil introduzir nela o neologismo semântico, tanto mais que a palavra é corrente num sentido já bastante desviado do original.

Entre os exemplos que enriquecem e consubstanciam a matéria no quinto capítulo, salientamos a discussão, a p. 23, de um caso de corrupção excluída pela qualidade do *testimonium*. Trata-se do famoso e discutido final da *IV.ª Bucólica* de Virgílio:

..... *cui non risere parentes,*
nec deus hunc mensa, dea nec dignata cubili est.

em face da observação de Quintiliano, IX, 3, 8, à discordância entre o número do sujeito (lendo *qui non risere*) e o do pronome *hunc* no verso seguinte. Tal afirmação não teria tido cabimento, observa o A., se já então fosse conhecida uma variante *cui non risere*. Logo, não precisa de se tomar em conta para a *recensio*. Uma vez que *qui* não faz sentido com *parentes*, J. Schrader propôs a emenda *parenti*. A lição dos manuscritos de Quintiliano — continua — ao manter simultaneamente *cui* e *parentes*, assenta já, provavelmente, na contaminação da tradição virgiliana corrupta.

Muitos outros exemplos igualmente interessantes e sugestivos ilustram a obra, que é, sem dúvida, de extrema utilidade para quem se dedica a tão fascinante como difícil especialidade.

MARIA HELENA ROCHA PEREIRA

ERNESTO VALGIGLIO, *L'Ippolito di Euripide*. Ruata Editore. Torino, 1957. 63 pp.

O A. tem-se dedicado a estudar a psicologia dos heróis antigos. É conhecido o seu *Achille eroe implacabile* (Torino, 1956). Neste ensaio ora publicado, analisa o famoso drama de Eurípides à luz do mesmo método, começando por estudar separadamente as figuras de Hipólito, Fedra e Teseu, para depois chegar à parte que deveria ser central: *Il significato dell'Ippolito*.

Tais figuras têm sido já largamente discutidas pelos mais variados hermeneutas do drama antigo. O A., bom conhecedor de literatura actualizada sobre o assunto, vai tomando posição no problema. Para ele, Hipólito é possuidor da virtude não-combativa — portanto, não de *σωφροσύνη*, no sentido de Antífote — de certos santos, e, seguindo acertadamente na esteira de Pohlenz, vê em Fedra a moralidade convencional, exterior, oposta à pureza natural de Hipólito. Em Teseu aprecia um carácter bem definido. De passagem, faz referência a algumas hipóteses de reconstituição do «primeiro» *Hipólito*.

Quanto ao significado da tragédia, o A. equaciona o problema em dois planos, o humano, que se desenrola entre Fedra e Hipólito, e o divino, que ocorre entre Afrodite e Ártemis, reconhecendo, a pp. 30-31, que está neste último a causa essencial do destino do herói. Acaba por concluir que: *L'elemento umano sovrasta quello divino, non solo come tema d'arte, ma anche sul piano dei valori morali* (p. 42). Do desfecho da tragédia, faz decorrer dois motivos de conforto para a humanidade: a confiança na capacidade própria da alma, capaz de perdoar, e a esperança numa religião sem caprichos (p. 43).

O A. vê a peça como um ataque de Eurípides à religião olímpica, cuja ausência de unidade e de elevação o não satisfaz.

Em nossa opinião, o *Hipólito* não apresenta tal atitude polémica. Como I. M. Linforth (citado na nota 13 da p. 15), entendemos que o herói é culpado de *hybris* para com Afrodite. E que tanto esta como Ártemis são, na peça, aquelas divindades imanes, não transcendentais, de que fala o Prof. H. D. F. Kitto (*Sophocles Dramatist and Philosopher*, Oxford University Press, 1958, p. 44) com tanta exactidão. Isso explica a atitude impassível de Ártemis na cena final, sem que seja preciso justificar a sua inacção, como querem Spranger e La Magna, citados a p. 27. De resto, esta interpretação, que toma as duas deusas como representantes de forças da natureza, impessoais, incompatíveis, foi já apresentada por outros helenistas, nomeadamente pelo Prof. E. R. Dodds, *Euripides, the irrationalist* in *The Classical Review*, XLIII, 1929, p. 102 (artigo aliás também citado).

Sob o ponto de vista das relações do homem com a divindade, há um aspecto muito interessante, em que o A. nem sequer toca: o misticismo de Hipólito, um dos casos mais notáveis de toda a literatura grega, como já acentuou o P.^e A. J. Festugière na sua obra *Personal Religion among the Greeks*, Sather Classical Lectures, University of California Press, 1954, cap. I.

Algumas observações marginais poderíamos ainda fazer. Assim, a p. 14, fala-se da possibilidade da existência de práticas ascéticas nos Mistérios de Elêusis, que não estão documentadas. Na nota 37 da p. 27, apresenta-se a compreensão para com os escravos como uma antecipação de Eurípides aos estóicos, quando na verdade tal atitude está documentada em Antífote. A p. 28, a semelhança entre Antígona e Hipólito parece-me inexistente. Quanto à dúvida formulada a p. 41, nota 57, se Eurípides cria num prémio para os bons na outra vida, abundam os elementos para responder a esta pergunta, embora nenhum seja decisivo. Pelo contrário, as opiniões expressas em passos diversos das obras conservadas são discordantes. Assim, por exemplo, em *Electra*, 59; *Helena*, 1015-1016; *Orestes*, 1086-1087; *Supplices*, 531-536, 1140-1142; frags. 839, 971 Nauck — as almas vão para o *aiθḗr*, concepção esta difundida, pelo menos, desde o epitáfio dos heróis de Potideia (C. I. A. I, 442 = Kaibel, E. G. 21 b). Em *Alceste*, 359, 851-853, etc. usa-se a expressão estereotipada em que «morrer» é apenas sinónimo de «ir para o Hades». Em *Alceste*, 743-746, em passo de grande interesse para o problema em causa, duvida-se que haja na outra vida alguma recompensa para os bons. Nalguns fragmentos (638 e 833 Nauck), revela-se uma atitude céptica, talvez mais de acordo com a índole do poeta, como não o será menos o discutido monólogo da ama no próprio *Hipólito* (191-197). Finalmente, em *Helena*, 1676-1677 e em *Bacchae*, 1338-1339, fala-se do lugar dos bem-aventurados, como destino particularmente reservado a heróis especiais. Como se vê, todas as concepções escatológicas em voga no séc. v-iv a.C. estão representadas no que nos resta do teatro de Eurípides. O facto é naturalmente condicionado pelo género dramático, que põe em cena figuras e mentalidades várias, sem que devamos fazer coincidir o seu pensamento com o do autor.

Um extenso apêndice sobre a *Medeia*, que o A. considera afim do *Hipólito*, ocupa as últimas páginas do livro. Muito sugestivamente, afirma o A., logo de início, que *un'atmosfera fortemente elettrizzata caratterizza la Medea fin dal principio* (p. 45). Discute as explicações propostas para o carácter da protagonista e as razões do crime que comete. O A. aceita, como Page (*The Plays of Euripides, Medea*, Oxford University Press, 1952) que, no êxodo, as simpatias do público pendem um pouco mais para Jasão, mas não reconhece, como aquele famoso editor inglês, que elas se voltem inteiramente para ele. Pensamos que o próprio Eurípides quis marcar bem esta mudança, usando um processo caro aos antigos, isto é, ecoando os versos 534-538, então de carácter irónico, com os 1329-1343, plenamente justificados

nesse momento. O motivo da oposição entre Bárbaros e Helenos regressa agora no seu ambiente próprio, corrigindo a sua primeira aplicação. E a última sentença que recai sobre *Medeia* é a de que procedeu de acordo com a sua origem selvagem.

Um índice dos autores modernos citados completa os dois ensaios.

MARIA HELENA ROCHA PEREIRA

CARMEN V. VERDE CASTRO, *Dos Notas a Esquilo*. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Instituto de Lenguas Clásicas. Textos y Estudios: 4. La Plata, 1957. 79 pp.

Apresenta-nos a A. neste livrinho dois ensaios sobre o teatro de Ésquilo: *Los Coros del Prometeo Encadenado* (trabalho apresentado para a obtenção do título de *docente complementaria* da cátedra de Língua e Literatura Gregas IV) e *Los Persas*.

A análise das tragédias é feita com um notável poder de penetração, revelado em diversos passos, como, por exemplo, quando opõe o primeiro ao segundo estásimo do *Prometeu* (p. 37), quando sublinha a universalização da *moīra* nesta mesma peça, em face da *moīra* familiar de *Agamémnon* (p. 35), quando nota que o estado de sensibilidade alerta ao conflito é criado pelo coro em *Agamémnon* e *Persas* (p. 49), que nesta última tragédia é o coro que «com a sua recordação do passado, os seus lamentos e as suas inquietações pelo futuro, sozinho cria a atmosfera que torna possível delinear o acontecimento dramático» (p. 65).

Alguns aspectos que importaria discutir não foram abordados. É o caso da colometria do párodo do *Prometeu* e outros problemas a ele atinentes. A esse respeito não pode ignorar-se o artigo do Prof. E. Fraenkel, *Der Einzug des Chors im Prometheus in Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, serie II, vol. XXIII (1954), fasc. III-IV — para já não citar o mundo de informações e reflexões que todo o comentador moderno de Ésquilo encontra na famosa edição do *Agamémnon* (Oxford University Press, 1950, 3 vols.) do mesmo Professor.

A A. estuda a questão do número de episódios dos *Persas* e decide-se pela divisão em dois, com dois *stasima*, por lhe parecer mais simples e reveladora de uma estrutura mais simétrica (p. 42). Afigura-se-nos que a invocação do fantasma de Dario é, só por si, um estásimo, tal como o considera, por exemplo, Sidgwick (*Aes-*

chylus, Persae, with introduction and notes, Oxford, Clarendon Press, repr. 1937). Sob o ponto de vista da estrutura, repete-se o que se passara no primeiro estásimo: aos anapestos dos versos 532-547 seguiam-se os versos líricos de 548-597, tal como aqui aos anapestos dos versos 623-632 se sucedem as líricas de 633-680. Mesmo sob o ponto de vista ideológico, os motivos do canto do coro harmonizam-se perfeitamente numa linha contínua que passa da triste consideração do desastre actual (primeiro estásimo) à invocação do fantasma de Dario (ponto central e segundo estásimo) até ao elogio do monarca defunto (terceiro estásimo). Este último acentua, por contraste, a lamentável situação em que se encontra Xerxes vencido, no êxodo, que se lhe segue.

A bibliografia é bastante restrita, num campo de estudos onde têm trabalhado alguns dos mais eminentes helenistas antigos e actuais. No entanto, os dois ensaios ora apresentados a público revelam uma capacidade de análise e um sentido de interpretação de que certamente ainda haverá muito a esperar.

MARIA HELENA ROCHA PEREIRA

GIUSEPPE TOFFANIN, *L'Arcadia. Saggio storico*. 3.^a edizione accresciuta da un discorso su Scipione Maffei. Bolonha, Nicola Zanichelli Editore, 1958. 214 pp.

Giuseppe Toffanin, professor de Literatura Italiana na Universidade de Nápoles, é, indiscutivelmente, um dos grandes nomes da historiografia literária do seu país. Investigador arguto do humanismo, pertencem-lhe, entre outros, trabalhos tão importantes como *La fine dell'Umanesimo*, *Machiavelli e il tacitismo*, *Storia dell'Umanesimo*, *Il Cinquecento*, etc., cujas afirmações originais e, por vezes, arrojadas, abriram fecundas perspectivas novas.

A obra que hoje recenseamos — *L'Arcadia*, «saggio storico» — é mais um título a acrescentar àqueles que fazem o justo renome do seu Autor. Refundição de *L'eredità del Rinascimento in Arcadia*, trabalho publicado em 1923, o presente ensaio (1.^a edição, 1946) beneficiou de todo o enriquecimento intelectual que largos anos de investigação e de novas experiências trazem sempre.

Num estilo cheio de vivacidade, revelador de um espírito irrequeto e luminoso, capaz de intuições fulgurantes, mas por vezes bem difícil de seguir, retrata o Autor o processo intelectual do movimento arcádico, procurando agarrar todas as

«sfumature» de pensamento que permitem compreender intimamente o paradoxal século XVIII, que, tendo começado por reagir, fiel ao ideal clássico, contra a literatura fátua e lasciva de Seiscentos, terminou «moderno» e revolucionário.

O nascimento da Arcádia é, para Toffanin, mais um episódio da famosa «Querelle des Anciens et des Modernes», suscitado pela questão sobrevivida ao aparecimento do tratado cartesiano do Padre Bouhours, *La manière de bien penser dans les ouvrages de l'esprit*, onde ao neoclassicismo francês à maneira de Boileau, todo feito de razão, de bom senso e de limpidez, se opunha, denegrindo-o, o classicismo italiano de Seiscentos, todo esplendor de imaginação, fatuidade, hipérbole.

Concordando com a censura feita ao «marinismo», procuraram os árcades atingir, mas por caminhos diversos dos propostos pelos retóricos franceses, o que fosse o verdadeiro «classicismo». Na análise perspicaz do paralelo constantemente estabelecido entre os conceitos diversos que esse termo encerra na crítica italiana e na francesa do século XVIII reside um dos aspectos importantes do estudo de Toffanin.

Enquanto, pela vitória dos «modernos», «classicismo» era, para a retórica francesa, «esprit de géométrie», aderência da linguagem artística à vida, instinto das proporções, bom senso (o «esprit classique» de Taine), tornou-se na Arcádia — por uma reacção nacionalista, desejosa de restaurar o bimilenário universalismo latino e, portanto, italiano, gravemente atingido — sinónimo de imitação fiel das literaturas grega, latina e italiana do Renascimento. Por isso mesmo a Arcádia, apesar das suas infantilidades, dos seus artificiais disfarces pastoris, dos seus exageros, aparece a Toffanin, ao considerar as razões íntimas que moveram os seus maiores representantes, como «la più notevole riscossa dello spirito nazionale fra il Rinascimento e il Risorgimento, fra *Il Principe* del Machiavelli e *Il Primato* del Gioberti».

Continuando a estética humanista, a Arcádia cavava, pois, ao contrário da retórica francesa, uma distinção profunda entre linguagem poética e linguagem natural, entre verdade poética e verdade racional, entre arte e vida. E curioso é que mesmo espíritos abertos a todas as preocupações intelectuais da Europa culta de então, como Maffei ou Muratori (dois dos vários casos particulares estudados por Toffanin no decurso do seu trabalho), se mantiveram, em estética, absolutamente fiéis aos ideais da Arcádia, na sua admiração profunda pela tradição formal que até eles chegava desde a Antiguidade, através do Renascimento. A única voz que, na primeira metade do século XVIII, se fez ouvir na Itália contra a estética dos árcades, em nome da liberdade e de um certo mundanismo — a de Francesco Montani —, até essa se calou, ao verificar, no seu próprio estilo mau e incaracterístico, os perigos da originalidade e as vantagens da tradição!

Diz-se-ia que o «classicismo», tal como o entendiam os humanistas, correspondia a uma tendência essencial da literatura italiana! Assim o reconhecia, pelo menos, um árcade menor, Eustacchio Manfredi, quando — diz-nos Toffanin —

afirmava, numa intuição crítica espantosa, que as literaturas francesa e italiana «procedono da due aspirazioni opposte: l'una alla classicità (un assoluto), l'altra alla spontaneità (un relativo); cercano di uscirne ma vi ricadono».

Quando, na segunda metade do século XVIII, sob a pressão da Europa iluminista, começaram a infiltrar-se na Itália os preceitos da estética francesa, uma reacção rápida e eficaz se esboçou contra Arcádia. Toffanin estuda-a nos capítulos consagrados a Becelli, a Baretti, ou à crítica exercida pelo jornal dos enciclopedistas italianos, o *Caffè*. Só então se sentiu a necessidade de adaptar a língua italiana às exigências da cultura moderna, à realidade da vida, à intimidade da alma.

Se é certo que o romantismo continuou em muitos aspectos esta reacção, certo é que perpetuou também alguns grandes temas da própria Arcádia. Através da polémica suscitada pelo tratado do Padre Bouhours — diz Toffanin, no seu capítulo de conclusões — «i grandi motivi della tradizione umanistica rientrano nell'Italia arcadica e di lì risalgono all'Italia romantica e al giobertiano *Primato*». Basta recordarmos quanto a Arcádia e o Romantismo, além de um comum sentimento de exaltação nacionalista, foram conscientes da necessidade imprescindível de uma tradição e de uma língua poética.

Nesta capacidade de relação que permite considerar a literatura como um contínuo transformar-se de pontos de vista que secretamente se infiltram para desabrocharem, às vezes paradoxalmente, em movimentos à primeira vista opostos, está um dos grandes méritos de Toffanin. Foi essa busca dos elos de ligação, das «sfumature» de pensamento de que há pouco falávamos, que levou o Autor a considerar por vezes árcades menores, como Orsi, Manfredi ou Montani, geralmente esquecidos. É nela também que devemos procurar a razão da própria dificuldade do texto. Não diz Toffanin, justificando o subtítulo do seu trabalho, tê-lo chamado «saggio storico» e não «saggio critico», «inquanto le idee delle generazioni passate esso preferisce riportarle vive, nel palpito delle passioni a cui furono congiunte, piuttosto che stecchite nel raggio dell'intelletto giudicante»?

Certo é que Toffanin conseguiu, através do seu livro, que tanto faz reflectir, evocar toda a complexidade do movimento arcádico, bem significativo de um estado de espírito e de uma tradição.

Em apêndice, publicou o Autor um discurso pronunciado em Verona por ocasião do bicentenário da morte de Scipione Maffei. Aí se evoca a complexa figura desse árcade que, embora curioso de todas as conquistas da ciência moderna, soube, num mundo já minado pelo naturalismo iluminista, perseverar ardorosamente nas grandes sínteses de filosofia antiga e de cristianismo da cultura humanística.

OFÉLIA MILHEIRO CALDAS

L. ANNAEI SENECAE *Agamemnona* edidit e commentario instruxit
REMVS GIOMINI. Collana di testi critici latini diretta da Ettore
Paratore. Roma, Angelo Signorelli, 1956. 219 pp.

Já Marchesi assinalara, contra o voto generalizado na crítica literária, que «mau grado os defeitos de estrutura, a sonoridade empolada do estilo trágico, a abundância molesta das sentenças; mau grado os propósitos morais, didácticos e políticos por demais evidentes [...]; mau grado o frequente dialogar sem contactos de alma, sem que a frase de um venha como impensada pela frase do outro — a arte de Séneca tem um contínuo sentido de humanidade que vivifica todas as suas tragédias, ainda as forjadas sobre as lendas mais desumanas, e liga todas as personagens do mito, ainda as mais repulsivas, como Atreu, ao resto dos homens, mediante aquele fio ténue e invisível de simpatia que nasce da desventura» (*Storia della letteratura latina*¹, II, p. 248). Mas a Paratore se deve principalmente, nos últimos anos, a revalorização das tragédias do Cordovense, que «muitas vezes nos soube comunicar o arrepio de uma sensibilidade nova, aberta às mais tenebrosas perversões e aos mais pavorosos abismos da passionalidade humana» (*Storia della letteratura latina*, p. 577). Não admira, por isso, que o seu antigo discípulo Remo Giomini se tenha insistentemente dedicado ao estudo das peças de Séneca, de que, com breve intervalo, publicou um *Saggio sulla «Phaedra»* (Roma, 1953), uma edição crítica comentada da mesma tragédia (ibid., 1955), e a presente do *Agamemnon* (ibid., 1956).

O livro, que apresentaria, a olhos de puritano, algumas características «híbridas» — rosto¹ parte em latim; parte em vulgar; aparato crítico em latim, mas introdução e comentário em italiano; *conspectus metrorum* em latim, mas desenvolvimentos em vernáculo —, satisfaz, na realidade, os objectivos da colecção em que está integrado e que se propõe «dar um texto o mais genuíno possível, fundado no exame severo da tradição manuscrita e na utilização escrupulosa dos estudos críticos até agora editados, e oferecer aos estudantes um material apropriado para investigações e exercícios». Reconheçamos, até, que, em matéria de comentário, o trabalho de Giomini é de feitura excelente, e em grande parte original. Se algum defeito se lhe quiser arguir, esse será provavelmente o de uma adjectivação por vezes excessiva²,

¹ Perfeitamente legítima, mas de duvidoso bom gosto a indicação em acusativo do título da peça.

² Por exemplo: «essi [Eschilo, Sofocle ed Euripide] hanno mirato al drammatico con maggiore semplicità, maggiore naturalezza, maggiore concisione, ban-

que a intensa compenetração com o tema pode justificar, e um certo repisamento doutrinário, perdoável em objecto sujeito a repetidos contrastes de interpretação. Em vez de um comentário fragmentado no exame de passos ou de expressões, Giomini dá-nos—por cada coágulo de sentido—uma exposição orgânica e sequente, em que harmoniosamente se fundem as discussões textuais e conceituais, as notícias sobre as fontes e as imitações antigas e modernas, as informações bibliográficas, as constantes observações de natureza estilística. E destas se pode dizer — mérito incontestável do seu a-propósito e penetração — que sai o Cordovense redimensionado e o leitor persuadido. Não que se minimizem os artifícios e expedientes retóricos do asiatismo senequiano (v., por exemplo, as pp. 105-108), mas porque se integram no balanço geral dos seus processos de escritura — ornada e prolixa nos descritivos e lanços acessórios, quase sempre enxuta e lapidar nos momentos críticos do drama. Um escritor sensível e comovido, e não apenas um artificioso e frígido literato.

A introdução (pp. 7-22) expõe sôbriamente o porquê do título da peça (a despeito da sua fugaz e banalíssima aparição em cena, o Atrida domina, como em Ésquilo, o drama inteiro: é a mira constante do «démon vingador — ἀλάστωρ — que serpeia no peito dos Pelópidas») e as fases homérica e pós-homérica (Estesícoro, Estasino, Píndaro, Ésquilo, Sófocles, Eurípides) da lenda de Agamémnon; discute o problema — desenvolvido a seguir no comentário — das fontes utilizadas (Ésquilo, Sófocles, e certamente o Eurípides das *Troades* e da *Helena*; Lívio Andronico, Pacúvio, Ácio, Énio, e ainda Virgílio e Ovídio, porquanto é negável a entoação trágico-épica de alguns trechos, nomeadamente a fala do núncio Eurílates; excluída, pelo contrário, a dependência de modelos alexandrinos) e as notas originais da interpretação senequiana (radical transformação da figura de Clitemnestra, que de δῖππος λέαινα se volve em súcuba de Egisto; introdução da personagem da Ama dialogante com a *Leda sata*; as profecias de Cassandra e o seu monólogo de ἄγγελος revelador do assassinio de Agamémnon: *uicimus uicti Phryges*. [...] *Bene est, resurgit Troia; traxisti iacens, | parens, Mycenae, terga dat uictor tuus!*); e demonstra a sem-razão dos que, pretextando uma obsessiva intenção retórica e pedagógica do Cordovense (exemplo recente em Lana, *Lucio Anneo Seneca*, Turim, 1955), lhe negam toda a capacidade trágica e humana.

O *conspetus librorum* — que o Autor manda completar com o inserido na

dendo ogni gonfiezza, ogni enfasi, ogni rifinita elaborazione, raggiungendo una vivezza di coloriti, una chiarezza di espressione, un ordine di inquadrature, un realismo di toni che danno alla materia un'impronta spontanea e ottengono risultati feracissimi.» (p. 108); «una nota di profonda tristezza, di agghiacciante orrore, di acuta nostalgia, di conturbante abbandono e sconforto» (p. 138).

sua edição da *Phaedra* — compreende, ainda assim, nada menos de cento e quatro livros e artigos. O aparato crítico é muito condensado; a discussão de algumas variantes textuais faz-se, como dissemos, no comentário em rodapé. A este propósito, seja-nos lícito observar que, no estabelecimento do texto, mais vezes teríamos preferido certas lições do códice A: *5 en horret* (também de V; Giom. *inhorret*), *38 incestae* (assim também Delrio e Escalígero; Giom. *incertae*, com argumentos que nos não parecem decisivos), *220 ultrix* (Giom. *uictrix*, reconhecendo embora que a lição de A daria «um oxímoro não destoante, pela certa, na retórica dominante do passo»), *260 rapis* (Giom. *agis*), *297 aduocas* (também Herrmann; Giom. *addimus*), *341 fregere* (Giom. *uidere*, que todavia lhe parece muito menos expressivo que a lição de A). Iríamos, ao invés, pela aceitação de *23 repetamus* (Giom. *reputemus*, «assaz limitado», no dizer do próprio editor) e *529 pudenda* (Giom. *perdenda*, com dúvida) do códice Ψ. E não nos convence a erudita conjectura de Wilamowitz para *526 sed trunca toto puppis Icario natat* em vez do *Ionio* comum a todos os códices (pior o *in ponto* de Herrmann, improvável o *Iliaco* de Damsté, que o paralelo muito relativo com *41 Iliaca maria* não basta para justificar).

Encerra o volume uma *appendice metrica*, em que se apresentam algumas novidades, fruto de investigações pessoais do Autor, sobre os *cantica polymetra* do coro. Muito se lamenta, terminada a leitura da obra, a ausência de uma tradução, que vem programada para outros volumes da mesma série (a *Medea* de Séneca e as *Heroides* de Ovídio): e que, por sair da pena de um conhecedor tão arguto do texto senequiano, representaria certamente uma consolidação da doutrina exposta no comentário.

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

ANTONIO MARZULLO, *Il mimo latino nei motivi di attualità*. Separata dos «Atti e memorie della Accademia di Scienze, Lettere e Arti di Modena», serie V, vol. 16 (1958). Módena, Società Tipografica Editrice Modenese, 1958. 44 pp.

Pesam sobre a fama de Labério e de Publílio Siro — além das prevenções sobre a trivialidade do género que cultivaram — os juízos agrestes de Cícero (*Ad fam.*, 12,18,2: *sic [...] obduri ut ludis Caesaris nostri aequissimo animo [...] audirem Laberii et Publilii poemata*) e de Horácio (*Serm.*, 1, 10, 5-6: *nec tamen, hoc tribuens, dederim quoque cetera, nam sic | et Laberi mimos, ut pulchra poemata, mirer*). Na realidade, porém, uma e outra dessas afirmações devem ser temperadas — a pri-

meira pela consideração de que o orador atravessava um período de azedume causado pela desfortuna política, a outra pela certeza de que Horácio reconhecia a Labério, como a Lucílio, a capacidade não despicienda de *sale multo urbem defricuisse* (Serm. 1, 10, 4). Os dois representantes do mimo literário romano mereciam, com efeito, o apreço que César publicamente tributou a Siro, e a Labério recusava por motivos pessoais — as frechadas com que este *coram populo* o ia flagelando. Os fragmentos, em geral muito breves, mas ainda numerosos (uma centena e meia) do *eques* desairado permitem — ao contrário do que sucede com Publílio (monocórdicamente conservado em sentenças e ditos morais) — apreciar a variedade dos temas e a riqueza dos processos desenvolvidos nas peças de Labério. Predominam, claro está, os «motivos actuais»: e estes são, além das representações típicas da sociedade burguesa ou do baixo povo (herança da atelana e da comédia popular), as farpas dirigidas contra os homens políticos e a deformação caricatural de algumas doutrinas filosóficas. Tal é a matéria da primeira parte do estudo de Marzullo (pp. 3-27), a quem artigos anteriores — *Le origini italiche e lo sviluppo letterario dell'atellana* (1956) e *Le satire menippe di M. Terenzio Varrone* (1957) — creditaram para este género de investigações.

A segunda examina (pp. 27-44) «a requintada eficácia que o mimo literário, com Labério especialmente, pôde alcançar no uso da língua». Eficácia que se traduz na abundância e colorido dos termos empregados, na frequência das assonâncias e homeoteutas, dos contrastes e das expressões metafóricas, e até na inspiração lírica de um que outro fragmento. Parecem raros os «metaplasmos» na língua de Labério, onde, quando muito, se pode arrolar um acusativo *dogmam* (que lembra o *diademam* de Pompónio [163], o *glaucumam* de Plauto [Mil. glor., 148], o *syrmam* de Afrânio [64]) e um neutro *latrinum* (também em Lucílio, 6, 29): os outros citados por Marzullo — *colustra*, f.; *lanitia*, f.; *simius*, m. — não podem, a rigor, dizer-se tais¹. Escassos são também os diminutivos (*asellus*, *botulus*, *talabbariunculi*), mas pode tratar-se de simples acaso: porquanto abundam as formações neológicas de tipo popular — frequentativos e desiderativos (*adulescenturire*, *puellitari*)², incoativos (*cinresco*, *ignesco*), factitivos (*depudicare*, *elucificare*, *elutriare*, *maestare* = *maestificare*), denominativos (*manuari* por *furari*); adjetivos em *-bundus* (*amora-bunda*) e *-osus* (*annosa*, *bibosa*, *mammosa* no mesmo frg.: 80 Ribbeck = 98 Bonaria,

¹ *Colostrum* é provavelmente uma invenção do gramático Sêrvio (ad Virg., Buc. 2, 22, e Marc., 13, 38), extraída do pl. *colostra*, *-orum*; *lanitia* concorria certamente com *lanitium*: cf. o tardio *lanities* (Tertul., Marc., 2, 3); *simius*, embora secundário em relação a *simia*, deve ser género antigo na língua.

² Cf. também *catulientem lupam* (56 Ribb. = 69 Bon.) e *grundientem scrofam* (82 Ribb. = 102 Bon.).

somniculosus)³; advérbios em *-ter* (*irridenter*, *miseriter*, *obiter*) e em *-tim* (*efflictim*), substantivos em *-o* (*coctio*, *appetones*), *-arius* (*manuarius*) e *-tor* (*suppolitores*, em um passo fortemente obsceno). A que se contrapõem, no entanto, numerosas formações abstractas em *-tas* (*adulteritas*⁴, *deleritas*, *lubidinitas*, *luculentitas*), em *-mentum* (*delenimenta*, *deleramenta* no mesmo frg. 134-136 Ribb. = 119 Bon.), em *-monium* (*mendicimonium*, *miserimonium*, *moechimonium*) e alguns compostos de tipo plautiniano (*reciprocicornis*, *testitrahus* no mesmo frg.: 154 Ribb. = 16-17 Bon.). Acrescem os vocábulos de procedência estrangeira — grega (*emplastrum*, *eugium*, *malaxare*, *pittacium*), hispânica (*gurdus*), africana (*obba*)⁵. Labério — como Plauto, como Petrônio, como Marcial — amava, a par das palavras e expressões de sabor popular⁶, os termos hauridos na linguagem literária. Mais ainda: não desdenhava o estilo conceituoso que será apanágio do seu adversário Publílio Siro. O mimógrafo romano «foi certamente um fino homem de letras [...] influenciado pelo crescente favor do estilo asiático, pela insistência em virtuosismos correspondentes a ditames retóricos, pela procura de expedientes rítmicos e expressivos, pela redundância de vozes adquiridas no campo da antiga comédia ou retomadas da fala do povo, ou então cunhadas em velhos moldes ou em novas sugestões» (p. 43). O que marca vivo contraste entre a atelana vulgar e o mimo literário que lhe sucedera.

O breve estudo de Marzullo — agradável de seguir e provido de boas referências (204 notas para 44 páginas!) — dá, como se vê, algo mais do que o título promete. E, em campo mal explorado ainda⁷, pode ser o ponto de partida para novas e mais amplas investigações.

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

³ Cf. também *lanicus* (*aries*: 154 Ribb. = 16-17 Bon.) e *tolutarius* (*-es sententiae*: 153 Ribb. = 176-180 Bon.).

⁴ A par do *adulterio* (*-onem*: 150 Ribb. = 120 Bon.).

⁵ Etrusco seria *leuenna* (por *leuis*) e — acrescentamos nós, na fé de Ernout (cit. por Walde-Hofmann, LEW, s.u.) — o misterioso *talabbariunculi* (al. lect.: *tabellariunculi*).

⁶ Recordamos, a propósito, o delicioso *amore cecidi tanquam blatta in peluim* (94 Ribb. = 116 Bon.).

⁷ «Não existe, por enquanto — observa Marzullo (p. 3, n. 1) —, uma verdadeira história do mimo: a obra do Reich (*Der Mimus*, Berlim, 1903) é desordenada, e de resto dedica ao mimo grego e latino uma pequena parte das suas páginas; estão ultrapassados os trabalhos de Ziegler (*De mimis Romanorum*, Gotinga, 1788) e de Gysar (in *Sitzber. d. K. Akad. d. Wissenschaft*, Viena, 12, 2, 1854, pp. 237-337); genérico o estudo de Bernini in «*Annali della Sc. Norm. Sup. di Pisa*», 27, 1915 [...]».

W. J. W. KOSTER, *Traité de métrique grecque suivi d'un précis de métrique latine*². Leida, A. W. Sijthoff, 1953. VII-380 pp.

Dezassete anos correram entre a primeira e a segunda edição deste livro: anos que não viram nenhum descobrimento importante no campo da métrica grega ou latina, mas assistiram à publicação de alguns tratados de desigual valor — o *De metrica poetarum Graecorum et Romanorum* de Kolář (Praga, 1947), o *Traité de métrique latine classique* de Nougaret (Paris), os *Lyric metres of Greek drama* de Dale (Cambridge, 1948), o *Abriss der griechischen Verslehre* de Rupprecht (Munique, 1949), o *Griechische Rhythmus* de Georgiades (Hamburgo, 1949), a *Metrica graeca arcaica* de Gentili (Messina-Florença, 1950) —, de meia dúzia de estudos notáveis — assim *Rhythmus und Metrum, Akzent und Iktus* de Vandvik (Oslo, 1937), *Rhythme en Metrum bij de Grieken van Damon tot Aristoxenus* (Groninga, 1940) e *Studia ad colometriam poeseos Graecae pertinentia* («Mnemosyne», 9 [1940], pp. 1-43) de Koster, *Meletemata metrica* de Lenchantin de Gubernatis, («Athenaeum», 22-23 [1944-45], pp. 72-97), *I ritmi eolici nella metrica greca* de Pighi («Eranos». Raccolta di scritti in onore del Prof. Casimiro Adami. Verona, 1941) — e de numerosos papiros e inscrições. Com regozijo se acolhe, por isso, a nova edição do livro de Koster, que, pelo seu eclectismo, prudência e riqueza de materiais, tantos sufrágios reunira quando da sua aparição.

O metricista holandês julgou desnecessário proceder a uma refundição total do seu trabalho («mon point de vue théorique étant resté le même et l'accueil favorable de ceux qui s'intéressent à cette matière témoignant que le livre a soutenu avec succès l'épreuve de l'application pratique»: p. VII) e limitou-se a corrigir e aditar alguns capítulos da parte grega, nomeadamente o III (prosódia), o IV (hexâmetro dactílico, em que recorre às estatísticas de O'Neill, *Word-types in the Greek hexameter*, «Yale Classical Studies», 8 [1942], pp. 105-178), o IV (trímetro iâmbico) e XIV (composição dos poemas, que fez beneficiar das aquisições do seu artigo sobre a colometria). No «Précis de métrique latine», à parte breves acrescentos doutrinários (por exemplo, pp. 318-319), as alterações resumem-se a notas de actualização bibliográfica (pp. 310, nn. 1, 2, 5; 317, n. 1; 318, n. 2; 319, n. 3; 320, nn. 2 e 3; 326, n. 1; 327, n. 3; 328, n. 1; 348, n. 1). A nova edição apresenta, ainda assim, mais cinquenta páginas que a edição anterior — o que, num livro de pouco mais de trezentas e cinquenta, não deixa de ser considerável.

Koster — que, na esteira de Maas e de Rupprecht, muito sensatamente prefere «a classificação e a comparação dos metros existentes à indagação dos metros primordiais» (p. 8) — mostra-se, por outro lado, irredutível seguidor da doutrina

dos pés protótipos (iambo, troqueu, espondeu, pirríquio), de que procederiam, por epícloce afinal, todos os outros (pp. 24-26). Uma teoria que lembra, para a linguística, a malfadada «árvore genealógica» de Schleicher. «Esta construção, toda a posteriori — observa Del Grande (*Res metrica*, «Parola del passato», 2 [1947], p. 117) —, poderá satisfazer, olhada no papel: mas, à luz de uma estética consciente das leis da criação artística, é um *monstrum*, no mau sentido da palavra. Todo o ritmo nasce completo na sua função de arte: e nele podemos encontrar elementos isócronos ou não. Mas pretender considerar a génese desses elementos como matemática progressão de aumentos de moras simples e duplas, é desconhecer o carácter intuitivo da arte.»

O Autor não evitou completamente a insídia que se esconde por trás da aceitação de um *ethos* dos metros, embora se esforce em geral por transferir para os Antigos as responsabilidades da classificação (p. 29): «O carácter do iambo é definido pelos Antigos como *λεκτικός* 'próprio da linguagem falada', do troqueu como *τροχάλος* 'rápido' e *κορδακικός* 'petulante', do dáctilo como *σεμνός* 'majestoso', dos iónicos como *μαλθακός* 'efeminado'. O anapesto era o ritmo próprio da marcha: exprimia também o movimento ordenado dos remadores.» É certo que, a p. 124, tem o cuidado de observar, a propósito do troqueu identificado como *κορδακιώτερος*: «Embora esta característica dos tetrâmetros trocaicos citados, a título de exemplo, por Aristóteles, seja bem adaptada ao seu emprego na comédia — não deve perder-se de vista que estes mesmos versos não faltam na tragédia, onde o seu carácter está bem longe de ser *κορδακικός*.» Mas pouco antes (p. 115), falando do colíambo, deixara escapar esta afirmação: «A violência e a energia inerentes ao trímetro de Arquíloco transformam-se em grosseria cómica no trímetro do poeta mendicante Hipónax (cerca de 540 a. Cr.) [...]; o efeito do metro está em relação com a matéria dos seus poemas.»¹ Não discutiremos o que há de infeliz na expressão «grosseria cómica» referida ao poeta de Éfeso (um destes tenazes lugares-comuns que passam em julgado aos mais atentos): mas permitir-nos-emos recordar, como Pontani (*Litteratura greca*, I, p. 177), que «o metro predilecto de Hipónax serviu depois a Catulo, por exemplo, para descrever o jubiloso regresso à luminosa quietação de Sírmio e para reevocar, em tons sonhantes e doloridos, o tempo de fábula do amor (*Fulsere quondam*)»...

Notemos, a propósito, que nem uma só vez é mencionado o nome de Knox

¹ Infeliz o exemplo escolhido para Hipónax: o frg. 1, ¹ Diehl não é do poeta de Éfeso, mas sim de Calímaco (Pfeiffer, Knox, Perrotta, Beutler; contra: Diehl, Masson). Má lição para o frg. 67, ² reproduzido a p. 113: ler *ἐν κατωτικῷ δούλοι* (e não *ἐν κασωρικῷ δόμῳ*, como vem ainda em Diehl-Beutler).

que formulou as delicadas leis a que obedece o trimetro dos iambógrafos antigos (*The early iambus*, «Philologus», 87 [1932], pp. 18-39): lacuna inexplicável, em especial se pensarmos que a parte referente a esta matéria é estudada com certa profundidade (nem falta sequer o recurso — precário, aliás — à estatística [pp. 116-117])².

Os versos eólicos são medidos segundo a escansão coriâmbica, embora bons metricistas (Thomson, Kikauka, Kolář) continuem a preferir a dactílica, e se possam mesmo aventar outras soluções (Del Grande). — Em todos os esquemas de versos helénicos (não assim nos latinos) se prescinde, e muito bem, do icto hermanniano. — Koster, que de resto cita, imparcialmente, as demais opiniões, vê no satúrnio um verso caracterizado pelo número de sílabas: em artigo recente (*Il verso saturnio*, «Rivista di filologia e di istruzione classica», 35 [1957], pp. 47-60), Pigghi considera-o «o representante latino de uma versificação baseada no puro ritmo verbal, que remonta sem dúvida a um período de comum ou vizinha cultura italo-céltico-germânica»; no satúrnio não interviria qualquer acento de intensidade, mas teria «parte notável a aliteração, como elemento fonético apto a isolar e realçar a palavra rítmica».

Revisão atentíssima em que raro se descobrem ligeiros senões; índices muito completos (geral, de autores, de termos técnicos, de versos citados). A edição, impressa em magnífico papel, é gráficamente primorosa: tem o esmero, o asseio e o bom gosto a que nos habituaram os livros publicados por A. W. Sijthoff.

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

Prosodia et ars metrica Latina a PP. VALENTINO CARRO et EMMANVELE FLÓREZ, S. I., conscripta. Editio sexta. Bibliotheca Comillensis. Santander, Editorial «Sal Terrae», 1958. 47 pp.

Parece letra morta, para alguns autores, o cabedal de factos apurados por um século e meio de gramática histórica: antes julgam que — no «interesse» dos alunos, disfarce do seu — tranquilamente devem prescindir da realidade científica e escogitar

² É comprovadamente apócrifo o frg. 81 Diehl de Hipónax: mas há outros exemplos seguros de tríbraco no «poeta maldito»: frgs. 3, 2; 14 A, 15; 30; 32; 36; 66.

o sucedâneo em meia dúzia de regras arbitrárias que só no quadriculado dos seus espíritos alguma vez puderam existir. Contra esta muralha de comodismo ou de ignorância não valem brados nem alegações; inútil deplorar o desperdício da memória ou a falência da razão: o mesmo seria, vendo bem, que lavrar o protesto na areia do deserto.

Assim, em vez de expor alguns factos (nada transcendentos) de fonética e de morfologia histórica, o Autor desta breve prosódia latina prefere recorrer a um punhado de abstrações: os «incrementos» nominais¹ e verbais, «próprios» e «comuns», «simples» e «duplos»... que não dispensam, claro está, as tabelas de excepções para cada uma das vogais (pp. 21-27)! E pensar que o P.^e Valentín Carro nos dá exemplos de boa doutrina, ao informar (p. 15) que «*e* atque *o* acuta sunt breuia cum in lingua Hispana mutantur in *ie* et *ue*», mas advertir cautelosamente em nota: «Non licet hanc regulam conuertere ita ut dicas: cum *e* uel *o* acutum non gignit *ie* uel *ue* Hispano sermone, est longum. Hoc enim falsum est ut apparet in *espejo*, *spēculum*, *ojo*, *ōculum*. Sunt aliquae cause in grammatica historica Hispana explicandae, quae impediunt efformationem diphthongi.»! Porque não procedeu com igual lucidez no caso dos «incrementos»?...

Melhor a segunda parte do opúsculo, a métrica latina do P.^e Manuel Flórez, que, embora sumariíssima, contém no geral boa doutrina. Estranha-se um pouco que o Autor, partidário da escansão coriâmbica dos metros eólicos (pp. 39-40), dê para o adónio uma escansão dactílica (p. 36): mas também Koster, coriambista ferrenho, considera tetrapodia logaédica o decassílabo alcaico...

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

¹ Causa arrepios ler «normas» como esta (pp. 21-22): «Computatio incrementi non incipit ab ultima syllaba, sed a paenultima: in uoce *ho-no-ris* incrementum est syllaba *no*, in *ho-nori-bus* syllabae *nori*.» Entre outras desacertos registam-se: «Consona *h* [sic] non auget numerum consonantium.» (p. 11, n. 1) e «Iuuat memoriam incrementa breuia in uoce *incrementum* [sic] inuenire.» (p. 23, n. 1: mas quem uma vez escandiu o famoso espondaico de *Buc.* 4, 49 ficou a saber que é longo o primeiro *e* de *incrementum*...)

Q. S. F. TERTULLIANI *De oratione et de uirginibus uelandis libelli*. Quos ad fidem codicum recensuit prolegomenis paucissimis adnotationibus instruxit G. F. DIERCKX. In aedibus Spectrum. Ultraiecti (Antuerpiae), 1956. 64 pp.

— *Aduersus Hermogenem liber*. Quem ad fidem codicum recensuit prolegomenisque notis instruxit J. H. WASZINK. In aedibus Spectrum. Ultraiecti (Antuerpiae), 1956. 68 pp.

A personalidade rica e vigorosa de Tertuliano, o seu estilo másculo e original, o seu latim de sabor clássico e ao mesmo tempo pessoal e moderno, a sua ideologia tão difícil de apurar por vezes, por causa da sua entusiástica adesão ao cristianismo e pelo triste lapso na heresia montanística em que morreu, conferem ao seu estudo um cunho de actualidade e interesse que prende não só os afeiçoados ao latim, mas qualquer estudioso da cultura patristica e medieval.

Por isso, estes dois trabalhos—da autoria respectivamente de G. F. Dierckx e J. H. Waszink, editados na magnífica colecção «*Stromata Patristica et Mediaevalia*»—, além do mérito tão apreciável de edições críticas modelares, possuem o interesse de, em três livros de Tertuliano, nos serem transmitidas algumas das suas curiosas ideias sobre a oração e sobre o vestuário feminino, particularmente sobre o véu, bem como a sua original e irónica diatribe contra o herético pintor cartaginês Hermógenes.

Apraz-nos ainda salientar o valor histórico e crítico das notas e dos prolegómenos, bem como o estilo latino dos autores, de castiço sabor clássico.

A. F.

JESÚS AYUELA, S. I., *Florilegio latino*. Santander, Editorial «Sal Terrae», 1958. 302 pp.

O Autor desta criteriosa antologia latina tem-se notabilizado entre os humanistas espanhóis pela convicção esclarecida e pela actividade vigorosa com que tem propugnado na cátedra e na imprensa, em conferências e em livros, a causa nobre da cultura greco-latina.

Esta selecta, acomodada ao segundo curso de latim dos Seminários, evidencia os dotes pedagógicos do A., na escolha tão oportuna e clarividente dos trechos dos autores latinos que melhor permitem aplicar com facilidade e exactidão os princípios estudados na gramática: Cícero e César, Ovídio e Virgílio formam o conjunto mais homogêneo e mais completo para adestrar alunos médios no gosto e na técnica do latim.

As notas, quer históricas, quer filológicas, revelam consumada experiência pedagógica e indiscutível competência, além de árduo e consciencioso trabalho. A sua colocação no rodapé merece a nossa franca aprovação. Se são para facilitar o estudo do aluno, devem situar-se onde melhor consigam esse objectivo. Para o professor experimentado, que saiba exigir dos discípulos o rendimento máximo, não existe o perigo de os alunos se fiarem na nota que poderão ler enquanto dão conta da lição. Pelo contrário, proporciona-lhe ocasião de poder exigir muito mais, ao mesmo tempo que ao aluno incute gosto e estímulo.

Oxalá entre nós se divulgassem mais estes métodos, que foram e são ainda os métodos dos mais insignes latinistas, propugnadores do latim vivo, escrito e falado, qual é ou deve ser, pelo menos entre os eclesiásticos.

A. F.

SEX. PROPERTII *Elegiarum libri IV* recensuit MAVRITIVS SCHVSTER. Lipsiae, in aedibus B. G. Teubneri, MCMLIV. xxxvi + 252 pp.

O texto de Propércio, já de si erizado de dificuldades, mais difícil se torna com as deficiências da tradição manuscrita. Não era, por isso, leve tarefa a de substituir a edição de C. Hosius, publicada pela *Bibliotheca Teubneriana*, em 1911, e reimpressa, sem grandes alterações, em 1922 e 1923, por outra edição actualizada, em que fossem tidos em conta os estudos de exegese properciana, surgidos nos últimos quarenta anos.

O trabalho foi confiado ao experiente latinista Maurício Schuster, mas teve de receber uma demão final de F. Dornseiff, por Schuster haver falecido em Julho de 1952.

M. Schuster — segundo no Prefácio escreveu — pôde aproveitar, na sua avaliação dos méritos relativos dos manuscritos propercianos, das indicações dadas

por Butler e Barber (1), da valiosa tese doutoral da americana Alice Catherine Ferguson (2), e dos trabalhos do holandês P. J. Enk (3).

Os numerosos livros e artigos citados de páginas XXXI a XXXVI, e que constituem abundante bibliografia, dão ideia da extensão e importância dos estudos propertianos de que o Autor fez uso, na elaboração da presente edição crítica. A leitura do texto, acompanhada do confronto com o *apparatus*, deixa mesmo a impressão de que o contributo dos exegetas de Propércio, sobretudo de Enk, tem um papel de maior relevo, nos passos em que esta edição apresenta alguma novidade, do que um exame novo dos manuscritos.

Por outro lado, e falando de mss., o A. aceita com frequência as lições dos *deteriores*, em especial de alguns designados pela letra ς , principalmente se tais lições são defendidas em trabalhos modernos. E isto, apesar das reservas feitas no Prefácio aos *deteriores*, com excepção de dois, o *Memmianus siue Parisinus* 8233 e o *Vaticanus Urbinas* 641, próximos do *Neapolitanus* (hoje *Guelferbytanus Gudianus* 224) que é o melhor código de Propércio.

Algumas lições do texto, de entre as menos usuais, que me parecem dignas de nota, são:

I, 9, 16: *acrius ille* subit, Pontice, si qua tua est;
Ille, em vez de *illa*, lição proposta por Hetzel e já aproveitada por Enk, refere-se a *Amor* que se encontra atrás no texto, e constitui uma *lectio difficilior* a que não falta subtilidade.

II, 6, 41: *nos uxor numquam, numquam seducet amica*:

A lição seguida é, segundo o *apparatus*, proposta por Th. Birt (4), contra *me ducet* de todos os códigos.

(1) *The Elegies of Propertius* edited with an introduction and commentary by H. E. Butler and E. A. Barber. Oxford, 1933.

(2) *The Manuscripts of Propertius*. Printed edition, distributed by the University of Chicago Libraries. Chicago, Illinois, 1934. 68 páginas.

(3) P. J. Enk, *Ad Propertii Carmina commentarius criticus*. Zutphaniae (Lips.), MCMXI; — *Sex. Propertii Elegiarum Liber I (Monobiblos) cum prolegomenis, conspectu librorum et commentationum ad iv libros Propertii pertinentium, notis criticis, commentario exegetico edidit...*, pars prior, pars altera, Ludguni Batauorum, MCMXLVI; —, *De codicibus Propertianis D et V in Mnemosyne*, 1949, pp. 157-169.

(4) Ou Rothstein, segundo o aparato de Phillimore, na sua ed. de Propércio, da *Bibliotheca Oxoniensis*.

II, 10, 23: *sic nos nunc, inopes laudis conscendere culmen*

Culmen, em vez de *carmen* dos restantes códigos, é a lição do *Memmianus*, um dos dois *deteriores* de que atrás falámos.

II, 22, 44: *quid iuuat, en, nullo ponere uerba loco?*

En do texto adoptado é uma sugestão de Nicolau Heinsius, em vez do *et* dos códigos (*in* ς), mais natural do que a primeira *v.l.* e sem os inconvenientes sintácticos da segunda.

II, 24, 4: *aut pudor ingenuis aut reticendus amor*.

Em vez do *ingenuus* dos códigos, que torna este passo de muito difícil entendimento, M. Schuster aproveita a forma proposta por Haupt, que facilita a compreensão do texto.

II, 26, 53-4: *crede mihi, nobis mitescet Scylla nec umquam*

alternante *uacans* uasta Charybdis aqua.

Vacans proposto por Ayrmann, em substituição de *uorans* dos códigos, solve razoavelmente as dificuldades do texto.

Em cada página, antes do aparato crítico, encontra-se a indicação dos passos similares de poetas gregos e latinos e, no final, o livro contém um *Index metricus et prosodiacus*, um *Index uerborum et locutionum* e um *Index nominum*.

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

GEORGES MÉAUTIS, *Le crépuscule d'Athènes et Ménandre*. Paris, Hachette, 1954. 252 pp.

É um livro que se lê com prazer este de G. Méautis. Feito em tom de divulgação, sem cair na banalidade, até aqueles que alguma coisa conhecem de Menandro e da sua época nele encontram motivos de reflexão. Se os factos não são novos, o Autor sabe expô-los frequentemente a uma nova luz, e as suas opiniões, por muito pessoais que sejam, têm o valor de um testemunho não despidendo.

O espírito de síntese do A. consegue, por vezes, resumir com inegável mérito numas linhas, o conteúdo de muitas páginas precedentes, como neste final do capítulo I (*L'Athènes du V.^e siècle*): «É, como acaba de ver-se, um espectáculo mortí-

ficante o que mostra a Atenas do iv século: uma cidade que declina, um contraste lamentável entre as recordações dum glorioso passado e a moleza dos vivos, homens de Estado que procuram, uns o seu interesse particular — eis Démades e Ésquines —, outros que se agarram desesperadamente ao que fez a grandeza da cidade — eis Licurgo e Demóstenes —, e o maior de todos, Fócion, que se sacrifica pela pátria, que procura salvá-la contra a vontade de si própria, mas que não tem qualquer ilusão» (p. 37).

Em contraste com este panorama político desolador, a floração do espírito artístico e literário de Atenas: «O ideal da pátria desaparece, sem dúvida, mas a família fica; os laços que unem o marido à mulher, aos filhos, tomam um carácter diferente; o ginásio e os seus belos efebos deixam de ser o essencial; o papel da mulher torna-se maior e assiste-se a um prodigioso afinamento da sensibilidade» (p. 38).

O movimento intelectual da Atenas do século iv constitui a matéria do capítulo II (*Ménandre, les artistes et les philosophes*). É particularmente valiosa a análise da relação entre as representações plásticas de Escopas e o ambiente social e ideológico da época de Menandro.

O que o A. diz do estado de insatisfação, de aspiração vaga de um «mais além», de recordação a um tempo melancólica e suave, de tudo, enfim, que constitui esse sentimento que os gregos designaram sob o nome de *πόθος* e Escopas materializou numa estátua célebre, pode em grande medida dizer-se da *saudade* portuguesa.

É curioso lembrar que, assistindo ocasionalmente a uma sessão do primeiro dos *Colloquia Humanitatis Conimbrigensia*, dedicado ao «Conceito de Barroco», tive oportunidade de chamar a atenção dos congressistas para a arte de Escopas e as suas características de dinamismo e expressão dramática que constituem uma forma de «barroco», na medida em que este conceito se não aplique exclusivamente a um determinado período artístico da época moderna. Estas ideias, a saber, o «barroco» na arte de Escopas e o paralelismo entre *πόθος* e a *saudade* portuguesa foram mais tarde desenvolvidas pelo Prof. Camón Aznar, director da Faculdade de Letras de Madrid e presidente do Congresso, que na sessão final se referiu ao «barroquismo» da *saudade* portuguesa.

Voltando, porém, a Menandro e ao livro de Méautis, acrescentaremos que a segunda parte da obra, intitulada *La vie et l'oeuvre de Ménandre* inclui, além de uma tentativa de biografia do poeta e dramaturgo, dentro do esquema usual, a tradução de fragmentos extensos da *Samia*, da *Perikeiromene* e dos *Epitrepontes*. Para o *Heautontimorumenos*, o A. serve-se da peça de Terêncio, do mesmo nome, não sem recordar o *dimidiatus Menander* que traduz por «un Ménandre diminué de la moitié, un Ménandre tronqué», interpretação que considero altamente discutível. Também um trecho relativamente longo da *Andria* terenciana é traduzido nas páginas 84-6.

O capítulo seguinte, que se lê com agrado, como todo o livro, intitula-se *La philosophie et la morale de Ménandre* e dá-nos um conspecto do mundo ideológico do comediógrafo grego, através de uma selecção dos seus fragmentos menos extensos.

Na *Conclusion*, o A. assinala a falta que nos fazem algumas das obras-primas da Antiguidade que se perderam, e, de passagem, refere como uma parte do texto de Menandro chegou até nós. Já antes se ocupara deste assunto, de modo sugestivo, ao tratar da recuperação do texto do *Phasma*, na página 76, e mais brevemente, a propósito da *Theophrastus*, na página 80.

Alguns reparos de pormenor que poderiam fazer-se a certas afirmações, discutíveis umas, rotineiras outras, não chegam a diminuir o interesse que esta obra pode ter para a divulgação inteligente duma figura do mundo antigo que está hoje em plena actualidade.

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

MOSES BENSABAT AMZALAK, *O pensamento económico de Cícero*. Lisboa, 1958. 56 pp.

O Senhor Prof. Moses Amzalak que tem dedicado vários estudos ao pensamento económico dos escritores do mundo greco-latino, acaba de publicar um ensaio semelhante sobre Cícero, nos *Anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras*. Trata-se de uma conferência inicialmente lida na sessão de 23 de Outubro de 1958, da Classe de Letras da Academia das Ciências.

Depois de referir que em 7 de Dezembro de 1957, passou o bimilenário da morte de Cícero — o qual, acentue-se aqui, exceptuada esta comemoração, passou despercebido entre nós —, o Prof. Amzalak traça um esboço biográfico do Arpinate, cujo final é do maior interesse. Com efeito, se o discutível livro de Carcopino é bem conhecido dos classicistas, outro tanto se não pode dizer do discurso de recepção de André François Poncet sobre a obra de Carcopino, quando este entrou na Academia Francesa. É, no trecho citado, uma fina crítica, de ironia caracteristicamente francesa e de superior bom gosto, a respeito de *Les secrets de la correspondance de Cicéron* do famoso latinista francês.

A parte respeitante ao pensamento económico de Cícero que não foi, nem podia ser, um economista, no moderno sentido da palavra, nem mesmo precursor

de teorias económicas contemporâneas, lê-se com muito agrado. Aí encontramos belos excerpτος do *De Senectute*, do *De Officiis* e dos *Paradoxa*, textos cuja leitura, ainda que repetida, nunca fatiga.

À sua conferência juntou o Autor uma *Cronologia de Cícero*, extraída da edição de Nisard, uma lista das *Traduções portuguesas dos trabalhos de Cícero* e uma *Bibliografia* das obras consultadas sobre Cícero, abundante e escolhida. A reprodução dos bustos de Cícero do Museu do Capitólio, de Roma, e da Aspley House, de Londres, aformoseia este trabalho, apenas prejudicado por um certo número de erros tipográficos. Em tudo o mais, a conferência do Prof. M. Amzalak lê-se com não menor gosto que proveito.

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO